Coleção Investigação | Artes e Humanidades

UMinho Editora

# Vozes que moldam Abril

## Os discursos presidenciais na celebração da Revolução

Maria Aldina Marques, Rui Ramos, Isabel Margarida Duarte,
Isabel Roboredo Seara, Alexandra Guedes Pinto, Rosalice Pinto





Investigação
Artes e Humanidades

UMinho Editora

AUTORES
Maria Aldina Marques
Rui Ramos
Isabel Margarida Duarte
Isabel Roboredo Seara
Alexandra Guedes Pinto
Rosalice Pinto

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Manuela Martins

FOTO CAPA
Ana Babii / Shutterstock

DESIGN
Tiago Rodrigues

PAGINAÇÃO
Carlos Sousa | Talento & Tradição

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS Papelmunde

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2024

DEPÓSITO LEGAL N.º 537331/24

ISBN 978-989-9074-44-6

eISBN 978-989-9074-43-9

https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores / Universidade do Minho – Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

# Vozes que moldam Abril

## Os discursos presidenciais na celebração da Revolução

CEHUM
Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho
fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UIDB/00305/2020

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020

*Vozes que moldam Abril* pretende assinalar o cinquentenário de Abril, na atenção aos discursos presidenciais comemorativos da *Revolução*. A pertinência e importância desta investigação de base linguística assenta no pressuposto de que os discursos não são mero espelho do mundo, transparentes, antes são modos particulares de o construir. Não se pode dissociar o que o presidente diz dos modos (linguísticos, discursivos) como o diz, dos contextos em que o diz. Analisar como são construídos os discursos presidenciais de celebração do 25 de Abril é um contributo fundamental para a compreensão dos usos e funcionamento da língua, mas também da recente História de Portugal.

Palavras-Chave: 25 de Abril, discurso político presidencial, ethos, memória, ciências da linguagem

*Voices that shape April* aims to mark the fiftieth anniversary of the *Portuguese April Revolution* by focusing on the presidential speeches commemorating this event. The relevance of this linguistic-based research is grounded on the assumption that discourse is not merely a transparent mirror of the world, but rather a particular means of constructing it. What the President says cannot be dissociated from the ways (linguistic and discursive) in which he says it or from the contexts in which he says it. Analyzing how the presidential speeches celebrating the revolution of 25 April are constructed is a fundamental contribution to understanding not only the uses and functions of language, but also the recent History of Portugal.

Keywords: April 25, presidential political discourse, ethos, memory, language sciences

*Preâmbulo* 9

*O 25 de Abril como memória construída nos discursos presidenciais de comemoração: negação e construção de um posicionamento enunciativo,* Maria Aldina Marques & Isabel Margarida Duarte 15

*A construção da MEMORIA nos discursos de celebração do 25 de Abril: relevância da anáfora retórica e da aforização,* Isabel Roboredo Seara 33

*Discursos comemorativos do 25 de Abril pelo Presidente Mário Soares: o encontro entre Portugal e a sua história*, Rui Ramos 75

*Vagueza, força argumentativa e dêixis pessoal nos discursos políticos presidensiais de comemoração,* Maria Aldina Marques 103

Ethos *coletivo e identidade nacional nos discursos presidenciais de 25 de Abril: uma análise discursiva,* Rosalice Pinto 121

*Passado, presente, futuro nos discursos presidenciais de celebração de Abril: unidade e diversidade na construção discursiva,* Alexandra Guedes Pinto 151

*Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril,* Maria Aldina Marques 195

Bionotas dos autores 215

## Preâmbulo

A democracia, em Portugal, tem data de nascimento. O livro, em formato e-book, que agora apresentamos celebra esta data, assumindo como objetivo primeiro assinalar os 50 anos do 25 de Abril, na atenção aos discursos presidenciais de comemoração da Revolução, realizados maioritariamente na Assembleia da República Portuguesa. Concordamos com Balandier (1992) quando sublinha a importância simbólica da dimensão cerimonial na manutenção do poder. Em eventos de celebração nacional, os discursos amplificam esta dimensão.

Os discursos presidenciais são lugar de legitimação e credibilização dos poderes dos presidentes, desde logo num sistema semipresidencial como o português, em que o Presidente da República é, de modo marcante, um referente simbólico, cujo poder se materializa no exercício público e institucional da palavra. Torna-se assim saliente a importância política e social dos discursos presidenciais (Windt, 1986). Não se pode dissociar o que o presidente diz dos modos (linguísticos, discursivos) como o diz, do contexto onde o diz ou dos destinatários do que diz. A magistratura de influência, assim referida pelo ex-Presidente Mário Soares, acontece pelo magistério da palavra (Marques, 2016). Por isso, analisar os modos como são construídos os discursos presidenciais de celebração da Revolução dos Cravos é um contributo central para o conhecimento do 25 de Abril, do seu lugar na História de Portugal, a partir dos olhares privilegiados dos presidentes da República, cujas vozes, sem dúvida, moldam Abril.

Há já vários anos, demos início a um projeto de investigação sobre os discursos presidenciais de comemoração nacional, nos 100 anos da República Portuguesa, com o título *O discurso do Presidente. 100 anos de discursos presidenciais em Portugal*. Como escrevemos aquando da sua elaboração, o estudo do modo como são construídos os discursos presidenciais é um contributo central para o conhecimento da História da República e da sociedade portuguesa no último século. A pertinência e importância desta investigação assenta no pressuposto de que os discursos, todos os discursos, não são transparentes, não são simples espelho do mundo, antes são modos particulares de o construir, a partir de um olhar marcado por dimensões experienciais e sociais, entre outras.

Foi um projeto que envolveu investigadores da Universidade do Minho, da Universidade do Porto, da Universidade Aberta e da Universidade Nova de Lisboa. No decurso da investigação, para além de apresentações em congressos e publicações em revistas nacionais e estrangeiras, foram realizadas duas teses de doutoramento (Aguiar, 2021; Lopes, 2024). Mais de uma dezena de anos volvidos, *Vozes que moldam Abril* é também o balanço, e encerramento, deste projeto, mas não, obviamente, do objeto de análise.

A investigação linguística sobre os discursos políticos portugueses tem vindo a ganhar cada vez mais espaço, não apenas na pesquisa sobre os discursos presidenciais (Carreira, 2019; Seara 2019; Marques, 2020; Pita, 2023), mas também na atenção a outros lugares institucionais do discurso político. É o caso do Parlamento Português (Marques 2000, 2005, 2010; Viola, 2020), e de novos lugares de exercício do discurso político, criados e desenvolvidos pelos media, sobretudo no que concerne a alguns géneros audiovisuais como o debate e a entrevista políticos (Pinto, 2005; Duarte 2023; Pinto 2013; Ramos 2013; Braz, 2017; Manole, 2020, Viola; 2020). A elaboração do projeto *O Discurso do Presidente. Cem anos de Discursos presidenciais em Portugal* pretendeu agregar investigadores de diferentes universidades portuguesas e impulsionar a investigação, na área das Ciências da Linguagem, e da análise dos discursos em particular, ao determinar os discursos presidenciais e, nestes, os discursos de celebração nacional como objeto de investigação.

Uma parte da pesquisa realizada no âmbito do projeto e agora alargada aos 50 anos do 25 de Abril incidiu, e incide, sobre os discursos presidenciais na celebração anual deste evento histórico. Justifica-se, pois, que tenhamos decidido assinalar o cinquentenário da revolução com uma publicação que dê conta desse trajeto investigativo em torno dos discursos presidenciais de comemoração.

O *corpus* é constituído pelos 46 discursos presidenciais, realizados entre 1977 e 2023, nos mandatos dos presidentes eleitos, António Ramalho Eanes (8 discursos), Mário Soares (10 discursos), Jorge Sampaio (10 discursos), Aníbal Cavaco Silva (10 discursos) e Marcelo Rebelo de Sousa (8 discursos). São apenas 46, porque não houve comemoração do 25 de Abril em 1975, 1976 e 1983. Em 25 de Abril de 1975, realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte. Em 25 de Abril de 1976 e em 25 de Abril de 1983, realizaram-se eleições para a Assembleia da República. A primeira comemoração aconteceu três anos após a revolução, em 1977.

Em 1992 e 1993, as comemorações não ocorreram no Parlamento. Em 1992, o Presidente Mário Soares realizou o seu discurso junto da Torre de Belém, comemorando, em simultâneo, os 500 anos dos Descobrimentos. Em 1993, devido a uma controvérsia entre deputados do PSD e jornalistas (boicote destes, na sequência da proibição de circulação em alguns corredores do Parlamento), o Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, cancelou a comemoração e o Presidente Mário Soares foi a Braga, para a inauguração de um monumento ao 25 de Abril. São esses dois discursos que incluímos neste *corpus*.

A perspetiva de abordagem dos discursos que privilegiámos é linguística, porque é a língua e os seus usos e funcionamentos que determinam todo o trabalho realizado. Com efeito, todos os autores reunidos neste livro trabalham em Ciências da Linguagem. Os textos agora publicados derivam de abordagens teóricas diversificadas, mas orientadas, todas, por um amplo quadro teórico-metodológico pragmático-discursivo da linguagem em uso, e a partir de uma abordagem qualitativa. Retomámos de Portolés Lázaro a defesa e explicação da importância de uma análise linguística dos discursos, na medida em que

> La importancia de la contribución contextual no anula, con todo, el valor de la forma lingüística elegida. La expresión lingüística que comunica un acontecimiento no es su representación, pero permite que a partir de ella el oyente la construya. Un mismo hecho puede ser contado de distintos modos y, según la formulación escogida, lo recreado por su interlocutor será también distinto [...]. (Portolés Lázaro, 2003, p. 45)

O livro agora apresentado é constituído por um total de sete trabalhos sobre esta temática, quatro inéditos e três éditos.

No Capítulo 1, intitulado *O 25 de Abril como memória construída nos discursos presidenciais de comemoração: negação e construção de um posicionamento enunciativo*, Maria Aldina Marques e Isabel Margarida Duarte exploram a construção da referenciação nos discursos de comemoração de Abril. Para isso, centram-se na análise das estruturas de negação e no modo como contribuem para a construção da memória de Abril, analisando as funções discursivas destas estruturas, e explorando as implicações da sua natureza polifónica (ou dialógica) nos sentidos do discurso.

O capítulo 2, da autoria de Isabel Roboredo Seara, tem como título *A construção da MEMORIA nos discursos de celebração do 25 de Abril: relevância da anáfora retórica e da aforização*. A autora analisa os oito discursos do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, para, circunscrevendo os conceitos de aforização, de enunciado breve e de anáfora retórica, mostrar como estes enunciados estão ao serviço da construção da *memoria* nos discursos de celebração de Abril.

O capítulo seguinte, capítulo 3, da autoria de Rui Ramos, debruça-se sobre os *Discursos comemorativos do 25 de Abril pelo Presidente Mário Soares: o encontro entre Portugal e a sua história*. O autor contextualiza e analisa os traços configuracionais mais relevantes desses discursos, focalizando a estrutura e o funcionamento dos títulos respetivos, as isotopias dominantes, os efeitos de discurso mais operativos e, no quadro da sua organização macroestrutural, a exortação final que eles realizam.

No capítulo 4, intitulado *Vagueza, força argumentativa e dêixis pessoal nos discursos políticos de comemoração,* Maria Aldina Marques analisa os discursos presidenciais de comemoração de Abril enquanto discursos de influência, de exercício de autoridade presidencial, centrando-se na análise da dêixis pessoal e da sua força argumentativa, a partir da manifestação discursiva de usos categorizados como aproximativos ou vagos.

No capítulo 5, Rosalice Pinto reflete sobre *Ethos coletivo e identidade nacional nos discursos presidenciais de 25 de Abril: uma análise discursiva*. A autora debruça-se sobre dois discursos presidenciais de 25 de Abril: o de Ramalho Eanes de 1977 e o de Marcelo Rebelo de Sousa de 2017. Seguindo perspetivas teóricas que preconizam o estudo da materialidade plurissemiótica de textos sócio-historicamente situados, tem como objetivo fundamental mostrar de que forma o *ethos individual* e o *coletivo* são materializados nesses dois discursos.

O capítulo 6, da autoria de Alexandra Guedes Pinto, tem por título *Passado, presente, futuro nos discursos presidenciais de celebração de Abril: unidade e diversidade na construção discursiva*. A autora analisa a organização semântico-pragmática dos textos em torno dos eixos passado-presente-futuro, correspondentes a três dimensões centrais destes discursos: evocação da data, foco no contexto da enunciação e projeção para a posteridade. O modo como estas três dimensões se realizam nos textos constitui o ponto fulcral da análise.

Finalmente, no capítulo 7, constituído por mais um texto édito, intitulado *Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril*, Maria Aldina Marques aponta como objetivo principal analisar a construção da imagem de autoridade do locutor-presidente, nos discursos presidenciais de celebração de Abril, segundo uma perspetiva teórica pragmático-enunciativa. O *corpus* de análise é constituído pelos discursos presidenciais de celebração do 25 de Abril até ao centenário da República. A autora considera a construção do *ethos* presidencial, enquanto imagem de autoridade, em duas vertentes que conjugam a imagem institucional **de** presidente da República com a imagem pública **do** presidente da República.

Este livro, onde se reúne um conjunto de contributos de investigação sobre os tópicos aqui indicados, é a nossa forma comum de celebrarmos Abril e os 50 anos da democracia portuguesa.

Os autores

## Referências bibliográficas

Aguiar, M. (2021). *Imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse nos 100 anos da República Portuguesa* (tese de doutoramento). Universidade do Minho.

Balandier, G. (1992). *Le pouvoir sur scèn*e. PUF.

Braz, A. C. (2017). *A ironia no discurso parlamentar português: graus de implicitação, índices linguísticos e estratégias discursivas* (tese de doutoramento). Universidade de Paris 8/Universidade do Minho.

Carreira, M. H. A. (2019). Configurações temporais e pragmático-enunciativas de linguagens de poder. In M. A. Marques & S. G. Sousa (eds), *Linguagens de poder* (pp. 11-22). Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho/ Ed.Húmus.

Duarte, I. M. (2023). Marcadores discursivos y argumentación en debates electorales. In C. Fuentes Rodríguez & E. Brenes Peña (eds.), *Macrosintaxis y Pragmática del Discurso Persuasivo* (pp. 23-48). Ediciones Universidad de Navarra, S.A.

Lopes, K. (2024). *Discursos de tomada de posse presidencial e construção dos tópicos discursivos. Brasil e Portugal nos tempos da democracia* (tese de doutoramento). Universidade do Minho.

Marques, M. A. (2000). *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar. A organização enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo* (coleção Poliedro). Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

Marques, M. A. (2005) Os apartes no discurso político parlamentar: vozes «off». In M. A. Marques, E. Koller, J. Teixeira, & A. Lemos. (org.), *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino* (pp. 193-216). Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

Marques, M. A. (2010). The public and private sphere in parliamentary debate: the construction of the addresser in the Portuguese Parliament. In C. Ilie (ed), *European Parliaments under Scrutiny: Discourse Strategies and Interaction Practices* (pp. 79-107). John Benjamins. https://doi.org/10.1075/dapsac.38.05mar

Marques, M. A. (2020). Discursos políticos presidenciais de Ano Novo. Gerir a incerteza. *Gragoatá* 24 (50), 717-736. https://doi.org/10.22409/gragoata.v24i50.34193

Manole, V. (2020). *O debate parlamentar em português (Portugal, Brasil) e romeno: análise pragmático-discursiva*. Casa Cărţii de Ştiinţă.

Pita, S. (2023). Discursos do 25 de Abril: percurso histórico de um género político. *Redis: Revista de Estudos do Discurso*, 13, 184-217. https://doi.org/10.21747/21833958/red13a7

Pinto, A. G. (2013). Marcas de dialogismo e polifonia nos manifestos políticos das presidenciais de 2011. *Estudos Linguísticos – Linguistic Studies* 8, 195-212.

Pinto, R. (2005) Le pathos dans les affiches politiques portugaises – stratégie rhétorico-politique discursive? *Actes du XXVème Colloque d'Albi* (pp. 319-330). Université Toulouse Le Mirail.

Portolés Lázaro, J. (2003). Pragmática y sintaxis. *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación* 16, 42-54. http://www.ucm.es/info/circulo/no16/portoles.pdf

Ramos, R. (2013). A relação Portugal – Timor-Leste nos discursos do Presidente e na imprensa. *Redis: Revista de Estudos do Discurso* 2, 229-247. https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/3594/3356

Seara, I. (2019). O presidente é o fusível de segurança do sistema. Discurso de comemoração do mandato presidencial e diálogo subsequente. Construção do ethos de proximidade e de autoridade". In M. A. Marques, & S. G. Sousa (orgs), *Linguagens de Poder* (pp. 97-117). Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho/ Ed. Húmus.

Teletin, A. (2013). Les vœux présidentiels au Portugal, en France et en Roumanie, et la crise internationale. Les enjeux des formes d'adresse et des procédés d'atténuation/ intensification. *Mots. Les langages du politique* 101, 31-46.

Windt, Th. (1986). Presidential rhetoric: Definition of a field of study. *Presidential Studies Quarterly* 16, 102-16. https://doi.org/10.1080/10510978409368157

Viola, A. I. (2020). *A gestão do ethos político: estudo das estratégias argumentativas de descredibilização e persuasão no debate sobre o estado da Nação* (tese de doutoramento). Universidade Aberta.

# O 25 de Abril como memória construída nos discursos presidenciais de comemoração: negação e construção de um posicionamento enunciativo

https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.1

**Maria Aldina Marques***
**Isabel Margarida Duarte****

* ELACH – CEHUM. Universidade do Minho. Investigação financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020 https://doi.org/10.54499/UIDB/00305/2020.
** FLUP – CLUP. Investigação realizada com o apoio do Centro de Linguística da Universidade do Porto, no âmbito do programa de financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal (Ref. UIDB/00022/2020).

**Resumo:** Nos discursos de comemoração, o evento comemorado é um tópico central que implica um posicionamento enunciativo do locutor com consequências na construção dos sentidos do discurso. Os discursos proferidos pelos presidentes na comemoração anual do 25 de Abril mostram como os sucessivos locutores se detêm na representação discursiva do evento celebrado. O estatuto presidencial, de mais alto magistrado da nação, confere-lhe legitimidade para coconstruir com a comunidade portuguesa uma memória de Abril, que determina o significado simbólico do evento. Num quadro de análise da construção da referenciação nos discursos de comemoração de Abril, centramo-nos na análise das estruturas de negação e no modo como contribuem para a construção dessa memória. O *corpus* de análise é constituído por excertos de discursos presidenciais de comemoração de Abril, entre 1977 e 2011. Pretendemos determinar as funções discursivas destas estruturas, explorando as implicações da sua natureza polifónica ou dialógica nos sentidos do discurso.

**Palavras-chave:** discurso político, enunciação, negação, memória coletiva, referenciação

> On voit ainsi s'inscrire au fil du discours non seulement le mot-événement, mais ce qui découle des représentations qu' on lui a mentalement associées (des mots, des images, des sons) ainsi que la temporalité qui lui est attachée, voire des domaines de mémoire également associés.
>
> Moirand, 2007, p. 10

## 1. Introdução

Os discursos presidenciais de celebração fazem parte de um evento político e social mais amplo com valor simbólico inegável, que os condiciona e, em particular no que agora nos interessa, condiciona os tópicos escolhidos e a organização global dos sentidos.

Neste género de discurso, o evento comemorado constitui-se como um tópico central, um objeto discursivo que participa na regulação da relação do locutor com o próprio discurso, enquanto implica um posicionamento enunciativo, e com os seus alocutários.

A análise que pretendemos realizar recupera o conceito de *memória interdiscursiva* tal como o apresenta Moirand (2007), pois, como a investigadora já havia escrito, "Les mots 'empilent' au fil du temps des sens différents, ce qui leur donne une épaisseur dialogique" (Moirand, 2004a, p. 93). Tal espessura decorre da memória carreada pela palavra, que nunca esquece "son trajet et donc les discours qu'il a déjà rencontrés" (Moirand, 2007). A memória das palavras é, de algum modo, a memória dos discursos em que são, ou foram, usadas. Consideramos que o género *discurso político de celebração* é uma prática discursiva de (re)memória e que a celebração de Abril, visando a (re)construção dessa memória coletiva, se faz em tensão com outras possíveis semiotizações do evento, com outras memórias (Marques, 2018).

De facto, nos discursos de celebração em análise, o estatuto presidencial, de mais alto magistrado da nação, confere legitimidade ao presidente para coconstruir com a comunidade portuguesa uma memória de Abril que determina o significado simbólico do evento na relação que a sociedade com ele estabelece. Por conseguinte, os discursos proferidos pelos presidentes

na comemoração anual do 25 de Abril mostram como os sucessivos locutores se detêm na representação discursiva do evento celebrado. Cabe acentuar que nos centrámos unicamente nos discursos presidenciais, ainda que consideremos fundamental ter em conta os outros discursos que integram cada cerimónia de celebração.

O *corpus* de análise é constituído por excertos dos discursos presidenciais de comemoração de Abril, entre 1977, a primeira cerimónia realizada na Assembleia da República, e 2011, ano do centenário da República Portuguesa. Inclui, por isso, os discursos dos antigos presidentes da República, Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio e Aníbal Cavaco Silva. Todos os excertos recolhidos têm como elemento comum a referência ao evento comemorado, num cotexto que integra uma estrutura de negação, de que damos como exemplo "… comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina." (Mário Soares, 1986).

Vamos centrar-nos num aspeto particular desta construção discursiva dos sentidos da Revolução dos Cravos, a partir da análise das estruturas de negação, do tipo *X não é Y*, que ocorrem no cotexto imediato de "Abril", e outras denominações correferenciais do evento, recolhidas no *corpus*, a fim de analisar o modo como o locutor delas tira partido para (re)construir uma memória, um sentido, de Abril. Esta é uma estratégia recorrente em todos os discursos presidenciais, à exceção dos discursos do Presidente Jorge Sampaio.

Considerando o estatuto institucional do locutor, enquanto Presidente da República, e o contexto, também institucional, em que usa da palavra, propomos que há uma sistematicidade na construção da memória de Abril, realizada pelos sucessivos presidentes, de acordo com os valores de democracia assumidos como compartilhados pela comunidade portuguesa. Embora seja um discurso de celebração, o discurso presidencial de celebração de Abril é um discurso argumentativo, na perspetiva teórica desenvolvida por Amossy (2000). De modo particular, o processo argumentativo revela-se na construção da *memória* de Abril decorrente da existência de divergências em relação ao significado político, social e simbólico deste evento histórico na sociedade portuguesa. Prevemos, pois, que as estruturas negativas são um recurso linguístico-discursivo fundamental na (re)construção argumentativa do evento 25 de Abril, enquanto dão lugar a vozes dissonantes que o locutor contraria e às quais se sobrepõe, num processo discursivo de sobre-enunciação (Rabatel, 2014-2015).

Pretendemos, em consequência, determinar as funções discursivas destas estruturas de negação, explorando as implicações da sua natureza polifónica[1] e argumentativa nos sentidos do discurso. Interessa-nos, em particular:

1. Dar conta das vozes que o locutor traz para o discurso, porque é importante conhecer as vozes em presença e em confronto;
2. Relacionar essas vozes com o posicionamento enunciativo que o locutor assume;
3. Sublinhar o contributo deste jogo de vozes para a construção da memória coletiva de Abril.

Este posicionamento enunciativo tem implicações argumentativas, pois, como diz Angenot (2008, p. 441), os falantes "argumentent pour *se situer* par rapport aux raisons des autres en testant la cohérence et la force qu'ils imputent à leurs positions, pour se *positionner* [...] pour soutenir ces positions et se mettre en mesure de résister". Em particular, pretende-se evidenciar os valores enaltecidos pelos diferentes locutores e problematizar o sentido da própria celebração.

A nossa perspetiva teórica é discursivo-pragmática. Estudamos os discursos de celebração de Abril enquanto objetos empíricos, tendo em conta as suas características de género e as suas circunstâncias históricas, para podermos compreender o processo discursivo de referenciação indissociável da enunciação (Koch, 1998; Moirand, 2004b; Rabatel, 2005; Mondada & Cavalcante, 2017). Abordaremos ainda o funcionamento discursivo da negação a partir das teorias da polifonia/dialogismo, tal como se propõe no modelo de Ducrot (1980, 1984), mas também de Rabatel (2005, 2010) e na relação com as teorias da argumentação no discurso, nomeadamente, a que é proposta em Amossy (2000).

Vale relembrar, de modo particular, a teoria de Ducrot (1980) e seus continuadores, nomeadamente nos desenvolvimentos propostos por Rabatel (2010), sobre a pluralidade de enunciadores, as relações que estabelecem entre si e o jogo argumentativo que configuram os discursos. Rabatel propõe um Enunciador principal (E), em sincretismo com o locutor (L), responsável pela convocação de outras vozes, outros PDV, para o discurso. Num enunciado negativo contrapõem-se dois PDV, o enunciador (E) afirma, por

1 Referimo-nos a uma natureza polifónica ou dialógica, dado que usaremos os termos indistintamente. Veja-se, no entanto, Brès *et al* (2005), para uma ampla (mas não concludente) reflexão sobre a questão.

exemplo, ser falso algo que um outro, (e), considera verdadeiro. Como refere Roitman (2023, p. 6), "... negative is a statement indicating or expressing a contradiction, denial, non-existence or refusal". Neste jogo e confronto de vozes, o locutor assimila-se ao PDV de (E) e distancia-se do PDV de (e). Cabe aos alocutários determinar a origem da voz assim convocada. Seguimos, aqui, a proposta de Rabatel (2010, p. 370): "Or L1/E1, en tant qu'il prend en charge les énoncés, c'est un syncrétisme qui réunit sous un même PDV le locuteur L, le locuteur lambda, et, en définitive, le sujet parlant". Os efeitos argumentativos que o jogo destes enunciadores inscrevem nos discursos serão examinados abaixo.

## 2. A construção do 25 de Abril nos discursos de comemoração

Para Mondada & Berthoud (1995, p. 206), "[...] proposer un topic, de la part de l'énonciateur, signifie proposer une façon de construire et de structurer discursivement un monde dans un espace intersubjectif". Ora, ao propor o tópico do 25 de Abril, e ao fazê-lo de forma argumentada, a partir de estruturas de negação que lhe permitem refutar outros sentidos, o locutor constrói o seu objeto de discurso, demarcando-se de outras vozes, outros pontos de vista, cuja origem, no entanto, não nomeia. Tal estratégia permite-lhe preservar os valores de comunidade e de coesão, segundo o princípio fortemente implantado na sociedade de que o Presidente da República é o presidente de todos os portugueses.

Mais ainda, a construção do significado do 25 de Abril, na vertente em que o vamos abordar, é feita a partir de um processo de triagem face a sentidos possíveis, que traz ao discurso presidencial uma especial *coloração didática* (Moirand, 1993).

### 2.1. A negação nos discursos de celebração de Abril

Para R. Martin (1997, p. 20), a operação de negação é simples "Soumise au principe de complétude, la négation dit le non-vrai; le reste est de l'ordre du non-dit". A complexidade atribuída do processo de negação tem a ver com fenómenos linguísticos variados a que está ligada, como "... phénomènes de thématisation et de présupposition, phénomènes de modalisation, phénomènes d'aspect et bien d'autres encore". Enquanto funcionamento discursivo, interessa-nos, sobretudo, a função referencial necessariamente articulada a uma função argumentativa que caracteriza as estruturas de

negação recenseadas, isto é, trataremos de analisar a estrutura de negação [X não é Y] como categoria semântico-pragmática ao serviço da refutação (a negação polémica, na proposta de Ducrot (1984), Perrin (2019)) e da construção discursiva do 25 de Abril.

### 2.1.1. Negação e polifonia

Nos enunciados negativos que constam dos dados em análise, o Presidente da República, identificado com L/E, refuta o ponto de vista de e1 para lhe sobrepor o que, no seu próprio ponto de vista, são os sentidos do 25 de Abril. Ou seja, o locutor retoma discursos alheios, a partir de uma *postura de sobre-enunciação* (Rabatel, 2003), suportada pelas características do enunciado negativo e reforçada pela continuidade sequencial discursivamente reorientada, nomeadamente pela presença de um conector *contra-argumentativo,* como no exemplo seguinte:

> (1) *[...] o 25 de Abril não é uma efeméride do passado*, que careça de ser ressuscitada ritualmente em cada aniversário, *mas antes um ideal que se mantém vivo* e actuante na consciência dos Portugueses e a que a grande maioria continua indelevelmente fiel. (Mário Soares, 1988)

Os alocutários, por sua vez, recuperam sem dificuldade a origem destas posições políticas que fazem parte do conhecimento compartilhado dos participantes no evento, e do povo português em geral. Retomando Givón (1978), Óscar Lopes, (2005, p. 197) afirma que "[...], uma oração negativa é sempre usada num contexto onde foi já discutida a afirmativa correspondente, ou em que se assume crença prévia ou, pelo menos, familiaridade com tal correspondente negativa". Nos casos em análise, há, sem dúvida, uma familiaridade, a expressão é de Óscar Lopes, dos alocutários com estas vozes que os sucessivos presidentes convocam, para as refutar e assim potenciar a adesão dos alocutários aos sentidos que propõem.

Este é, como vimos, um movimento argumentativo que, estrategicamente, interessa realizar de forma não explícita, dadas as circunstâncias contextuais. E, de facto, o discurso monologal coloca todas estas questões de confronto ao nível do não dito. Reduz a polemicidade possível, enquanto permite unicamente a reação (contra-) argumentativa do locutor, sem possibilidade de novo confronto reativo. Mais ainda, o posicionamento enunciativo que L1/E1 se atribui faz da negação uma estratégia ao serviço do objetivo global dos discursos, que nomeadamente pretendem ser discursos

inclusivos. No excerto seguinte, o Presidente Ramalho Eanes, num contexto de proximidade ao 25 de Novembro, traz para o discurso, o ponto de vista dos adversários políticos para assim o desqualificar:

> (2) Para *homens de menos escrúpulos* e menos confiantes no povo e na democracia, teria sido fácil então a aventura pretoriana. *Em alguns*, terão mesmo ficado a germinar desejos desse poder sem limites.
> *Não foi essa a escolha da instituição militar*, em coerência com os compromissos assumidos em 25 de Abril. (Ramalho Eanes, 1980)

Em (2), do contexto político vivido à época, infere-se que o presidente alude, entre outros, aos acontecimentos políticos que culminaram com o golpe de 25 de novembro de 1976, e de que ele próprio tinha sido protagonista, contra forças de esquerda lideradas pelo PCP.

Por meio das estruturas de negação, o locutor convoca vozes em rutura com o seu próprio discurso. Mas importa trazê-las para as refutar, e, assim, não apenas construir, mas em especial sobrepor uma particular imagem discursiva do acontecimento[2]. E este é, como referido, um movimento argumentativo que, estrategicamente, interessa realizar de forma não explícita.

### 2.1.2. Negação, argumentação e o reforço do ponto de vista do locutor

Este quadro político, social e discursivo não impede, antes favorece, a defesa dos pontos de vista assumidos pelos presidentes, nomeadamente quando são apresentados em divergência com outros, como no caso das estruturas em análise. Mas o locutor não se limita a refutar; à refutação acrescenta, de modo muito sistemático, uma ratificação-justificação-explicação que a fortalece e a torna argumentativamente mais forte, segundo o esquema x não é y [mas] x é z:

> (3) O 25 de *Abril não* é o dia de festa de uma geração*, mas* um momento que deve interpelar todos os Portugueses. (Cavaco Silva, 2007)

2 A refutação é, na relação com o Outro, um argumento usado para atacar outro argumento (é um tipo de contra-argumentação).

Nestes discursos de celebração, o locutor denuncia o que não é Abril (não x), mas, sobretudo, propõe uma alternativa (mas y), ou seja, propõe um significado de Abril que espera que a comunidade aceite e legitime.

A acumulação de marcadores discursivos (*mas* ocorre com *pelo contrário*, *antes*, *sim*), participa na intensificação do valor informacional e argumentativo do segmento que se lhe segue, guiando a interpretação que o destinatário fará:

> (4) Esta é, quanto a mim, a mais sólida garantia de que *as celebrações não terão um carácter passadista, mas, pelo contrário*, *constituem a plena demonstração de que o espírito do 25 de Abril está vivo* [...]. (Mário Soares, 1994)

A construção assinalada contribui sempre, na sequência que se segue ao MD, para um efeito majorante da opinião do locutor-presidente.

## 2.2. Estatuto presidencial e construção da memória de Abril

A voz presidencial é uma voz de autoridade, legitimada (pela Constituição, nomeadamente) e credibilizada pelo particular exercício das funções presidenciais (Marques, 2014). Aliás, a construção da imagem presidencial ocupa explicitamente parte da construção discursiva (Marques, 2014). O discurso realizado nas comemorações oficiais do 25 de Abril é uma afirmação desse estatuto, que é explicitamente assumido. O Presidente Jorge Sampaio, no exemplo abaixo, define os lugares da relação interlocutiva que aí estabelece com os portugueses:

> (5) Como Presidente da República e no plano em que me coloco, que é o dos grandes objectivos nacionais, *dirijo-me aos portugueses*. (Jorge Sampaio, 2001)

A construção da referenciação é, pois, indissociável deste estatuto. Na construção discursiva do 25 de Abril, e como já referimos, os tópicos propostos pelo locutor constroem "discursivamente um mundo" (Berthoud & Mondada, 1995). Ora, o modo como o locutor dá lugar ao processo de referenciação é fulcral para percebermos que mundo é aqui construído. E, com efeito, as estruturas de negação estão agregadas a algumas das grandes vertentes definidoras de Abril, em especial:

*a.* como evento histórico, que agrega dois eixos de sentido fundamentais:

a.1. um eixo de sentidos que o valoriza como um evento antitotalitário, de defesa da liberdade e do pluralismo:

(6) *[...] o movimento militar do 25 de Abril não tira a sua legitimidade das armas que o permitiram*, *mas sim da intenção democrática original* que o País recebeu com entusiasmo e que o seu autêntico programa claramente estabelecia e impunha. (Ramalho Eanes, 1978)

a.2. um eixo de sentidos que o valoriza como um evento que é de todos, isto é, do povo português como nação, e não pertença simbólica apenas de um grupo de portugueses

(7) O 25 de Abril *não é o dia de festa de uma geração*, mas um momento que deve interpelar todos os Portugueses. *Nós, os que estamos hoje aqui reunidos, não somos os donos da revolução, nem os proprietários da democracia*. (Cavaco Silva, 2007)

*b*. como celebração nacional, que entrecruza três eixos de sentido

b.1. A celebração não é uma rotina

(8) *Comemorar Abril* como aqui fazemos, na presença, responsável e consciente, dos representantes legítimos do nosso povo, *não é um acto de rotina imposto pelo calendário ou aconselhado pela memória*, ainda muito viva, de acontecimentos históricos recentes. (Ramalho Eanes, 1981)

b.2. A celebração é abertura para o futuro, mobilizando sentimentos de confiança, de esperança, e marcado como um tempo para os jovens

(9) *[...] comemorar o 25 de Abril* não pode nem deve ser uma rotina. Pelo contrário: *deve ser um acto criador de reafirmação e confiança dos Portugueses no futuro* de Portugal e nas virtualidades do regime de democracia pluralista que temos vindo colectivamente a construir, desde 1974, em paz e liberdade, superando dificuldades imensas e inevitáveis contradições. (Mário Soares, 1986)

b.3. A celebração é momento de união, de construção da identidade coletiva em volta do *25 de Abril*:

(10) Mais do que afirmarmos o que nos divide – o que é legítimo, mas não é para o dia de hoje –, *importa, creio, neste dia, acentuarmos o muito que nos une*. (Mário Soares, 1987)

Há uma grande sistematicidade nos discursos, apesar de nem sempre as vozes convocadas coincidirem, porque dependem de cada momento histórico, dependem de quem é constituído como adversário e dependem, em particular, das vivências, mas também da posição política dos diferentes presidentes, que, se bem que próxima, não é politicamente a mesma. E, quer o género discursivo, por um lado, quer o estatuto político de cada locutor, como mais alto magistrado da Nação, por outro, são centrais na construção da referência e, portanto, na definição de Abril.

Porque a voz do presidente é uma voz de autoridade, e a celebração do 25 de Abril é uma data fundamental para que o presidente faça saber ao país quais as suas ideias sobre o evento celebrado (e o futuro de Portugal), a modalidade deôntica (marcada em estruturas como *é preciso que*, *deve ser*, *importa*, etc.) coocorre com as estruturas negativas, intensificando a autoridade do dizer presidencial:

(11) [...] comemorar o 25 de Abril *não pode nem deve ser uma rotina*. Pelo contrário: deve ser um acto criador de reafirmação e confiança dos Portugueses no futuro de Portugal. (Mário Soares, 1986)

(12) Para que a fé dos Portugueses possa ser recuperada, para que a consciência de cada um possa ser a força da Nação, *é preciso que* a verdade seja dita e reconhecida. [...] o movimento militar do 25 de Abril não tira a sua legitimidade das armas que o permitiram, [...]. (Ramalho Eanes, 1978)

(13) O 25 de Abril *não* é o dia de festa de uma geração, mas *um momento que deve interpelar todos os Portugueses*. (Cavaco Silva, 2007)

Consideremos, finalmente, as vozes que o locutor traz para o discurso. O lugar de autoridade a partir do qual o presidente fala aos portugueses permite interpretar esta vertente polifónica dos discursos presidenciais como estratégia para o confronto de vozes e a realização de atos discursivos de advertência e crítica ainda que não tenham "destinatários identificados", pois, como referimos, é fundamental para a imagem presidencial não criar

divisões entre os portugueses (Marques, 2014, p. 304), imperativo a que se juntam as restrições do género Discurso de celebração nacional. Não são nunca vozes nem destinatários individuais, porque são confrontos com setores político-sociais de pensamentos divergentes.

Cabe ao alocutário ser capaz de identificar a quem se dirigem; o contexto histórico e político, em particular, permite colmatar esta indeterminação e identificar os destinatários das críticas, que são também a origem dos pontos de vista refutados. Cada ato de crítica é tomado pelo locutor como oportunidade para apresentar e explicar o seu ponto de vista contra outro ponto de vista do qual discorda e assim desvaloriza.

Dos discursos presidenciais de celebração de Abril, sobressaem linhas de força que, mais do que individualizar, aproximam as vozes presidenciais, na oposição a outras vozes também elas globalmente consideradas antidemocráticas. Os discursos dos presidentes aproximam-se, ainda, enquanto confirmam os sentidos, os valores de Abril.

Ramalho Eanes traz para o discurso e demarca-se dos defensores (militares e civis) de uma solução totalitária, ou seja, dos que têm "objectivos sectários", que se caracterizam por uma "vontade totalitária da opressão e da destruição". Em contraponto, valoriza, através de sucessivos atos de justificação-explicação, a liberdade, a responsabilidade e a solidariedade:

> (14) *O que hoje comemoramos não é o fim da ditadura, mas sim a afirmação da liberdade, da responsabilidade democrática, da solidariedade social.* O que hoje comemoramos é a afirmação de uma moral política onde a justiça, em todos os seus domínios, não seja um mero artifício de linguagem que encobre a vontade de opressão e de exploração. (Ramalho Eanes, 1982)

Mário Soares defende a mesma ideia, apontando os autores das vozes discordantes, que, apesar da reconhecida vivência democrática da sociedade, permanecem afinal iguais, isto é, os defensores de soluções totalitárias:

> (15) Não *foi uma revolução fracassada*, *como alguns terão sugerido*, *só por não termos caminhado para utopias que o andar dos anos mostrou serem puras miragens de falsa propaganda.* (Mário Soares, 1990)

À semelhança dos anteriores presidentes, também Cavaco Silva traz para o discurso outras vozes, agora a voz dos que pensam que são eles, por pergaminhos vários, os donos exclusivos da democracia e das celebrações, e a que opõe a universalidade pátria do evento histórico:

> (16) O que *esta data e o que o regime democrático têm de singular* é precisamente o facto de *não serem exclusivo de ninguém*, mas património comum de Portugal inteiro. *Ninguém é dono do 25 de Abril. A História pertence a todos, mesmo aos que a não viveram*. (Cavaco Silva, 2007)

Finalmente, os locutores dão também espaço aos críticos da comemoração, incapazes de se reverem no que Mário Soares (1986) define como "um acto criador de reafirmação e confiança dos portugueses no futuro de Portugal". O valor simbólico da comemoração da revolução, introduzido por Ramalho Eanes, é um tópico persistente nos discursos presidenciais:

> (17) *Comemorar* Abril como aqui fazemos, na presença, responsável e consciente, dos representantes legítimos do nosso povo, *não é um acto de rotina imposto pelo calendário* (...). Comemorar Abril, como hoje fazemos, é *um acto político que a todos vincula*. (Ramalho Eanes, 1981)

A construção, nestes discursos, de uma linha de força que valoriza a aposta no futuro (Marques 2014), testemunhada no uso recorrente de lexemas como "futuro", "virtualidades", "potencialidades", "projeto", "progresso", "desenvolvimento", "jovens", "juventude", configura-se como uma voz forte de repúdio de uma outra, a voz passadista da ditadura. Veja-se, a propósito, a seguinte passagem de um artigo do *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina* "Portugal na exposição de Nova York", n.º 7, novembro de 1939, onde a glória passada serve de desculpa à incapacidade de construir um futuro para Portugal:

> A América, pode dizer-se que não tem passado por isso o seu olhar é sempre em frente! Pelo contrário *Portugal, com um passado tão grande e tão belo*, para construir o mundo de amanhã *precisa apenas de conservar as suas tradições nacionalistas, familiares e religiosas*, e será sempre uma grande Nação! [...]. Não temos em Portugal – e ainda bem que não temos! – os famosos *bildings [sic]* americanos; mas bem pequenino é um ninho e nele vive-se bem!

O que o locutor-presidente contesta é esta exaltação do passado glorioso de Portugal como um valor absoluto e único que subsumia o próprio futuro.

## 3. Considerações finais

As estruturas de negação têm um lugar central na construção dos sentidos da revolução; com exceção de Jorge Sampaio, todos os presidentes convergem na construção em confronto dos sentidos de Abril.

Nesta construção da memória da revolução de Abril, importa observar o distanciamento do locutor face às vozes que traz para o discurso, ainda que reconheçamos a sua responsabilidade enunciativa; são pontos de vista convocados por "escolha" do locutor para, pelo viés dessa convocação, os neutralizar de forma argumentada. Evidencia-se, assim, a importância de dizer o que as coisas não são, da argumentação pelo dissenso, marcado em estruturas de *negação* que, segundo Martin (1977, p. 20), acima citado, dizem «*le non-vrai*». As características dos enunciados negativos, de que demos conta, concorrem para o apagamento das vozes a que L/E se opõe e cumprem desse modo uma função discursiva importante: fiéis à sua função de agregadores da nação, os presidentes contestam, mas não identificam adversários.

Finalmente, ao optarem, frequentemente, por uma modalidade deôntica e por atos sistemáticos de justificação-explicação, os presidentes dão uma coloração didática aos seus discursos e reforçam a sua imagem de autoridade. A recorrência de estruturas de negação seguidas de enunciados com valor explicativo-justificativo suplanta uma possível dimensão polémica que os presidentes não assumem nunca.

## Referências

Amossy, R. (2000). *L'argumentation dans le discours*. Nathan Université.

Angenot, M. (2008). *Dialogue de sourds. Traité de rhétorique antilogique*. Mille et Une Nuits.

Berthoud, A.- C. & Mondada, L. (1995). Traitement du topic, processus énonciatifs et séquences conversationnel. *Cahiers de Linguistique Française*, 17, 205-228

*Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 7, novembro, 1939.

Brès, J., Haillet, P., Mellet, S., Nolke, H., & Rosier, L. (Eds). (2005). *Dialogisme et Polyphonie*. De Boeck-Duculot.

Ducrot, O. (1980). *Les mots du discours*. Minuit.

Ducrot, O. (1984). *Le Dire et le Dit*. Minuit.

Koch, I. V., & Marcuschi, L. A. (2019). Processos de Referenciação na Produção Discursiva. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada 14*(3), 169-190. https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/43402

Lopes, Ó. (2005). *Entre a palavra e o discurso. Estudos de Linguística 1977 – 1993*. Coordenação de edição por Fátima Oliveira e Ana Maria Brito. Campo das Letras.

Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril. *forma breve* 11, 297-31.

Marques, M. A. (2018). Enunciação e referenciação. Os discursos de celebração de Abril. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* 7, 122-143.

Martin, R. (1996). Sur la monovalence de la négation. In *La négation: une ou multiple? Mémoires de la Société de Linguistique de Paris* (pp. 13-20). Klincksieck.

Moirand, S. (1993). Autour de la notion de didacticité. *Les carnets du CEDISCOR* 1, 9-20. https://doi.org/10.4000/cediscor.600.

Moirand, S. (2004a). De la médiation à la médiatisation des faits scientifiques et techniques : où en est l'analyse du discours? In J. Le Marec & I. Babou (dir.), Actes du colloque Sciences, médias et société (pp. 71-99.), ENS Lettres et Sciences humaines.

Moirand, S. (2004b). Nomination, caractérisation et objet de discours: questionnements autour du dialogisme et de la mémoire des mots. *In* A. Cassanas, A. Demange, B. Laurent, & A. Leclerc. (éds), *Dialogisme et nomination (*pp. 27-64). Publications de l'université Paul Valéry – Montpellier 3.

Moirand, S. (2007). Discours, mémoires et contextes : à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. *Corela. Cognition, représentation, langage*. http://corela.revues.org/1567

Laurent Perrin. "Je (n') dis pas" comme marqueur discursif polyphonique. Le Français Moderne. Revue de linguistique Française, 2019. hal-03716602

Mondada, L. (2002). Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. *Revista de Letras* 24, Vol. 1/2, 118-130. (Trad. M. Cavalcante). http://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/20146

Rabatel, A. (2003). L'effacement énonciatif et ses effets pragmatiques de sous- et de sur- énonciation. *Estudios de lengua y literatura francesas*, 33-61. https://www.cairn.info/revue-langages-2004-4-page-3.htm

Rabatel, A. (2005). La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. *Marges linguistiques* 9, 115-136. http://www.marges-linguistiques.com

Rabatel, A. (2014–2015). Analyse pragma-énonciative des points de vue en confrontation dans les hyperboles vives: hyper-assertion et sur-énonciation. *Travaux neuchâtelois de linguistique* 61-62, 91-109. https://www.revue-tranel.ch/article/view/2958/2668

Raposo, E., *Nascimento, M. F., Mota, M. A., Seguro, L., & Mendes, A.* (2013). *Gramática do Português*. Fundação C. Gulbenkian.

Roitman, M. (2023). Negative Form, Negative Meaning and the Impact of the Sociocultural Context. *In* M. Roitman (ed.), *Negatives and Meaning: Social Setting and Pragmatic Effects Using Negatives in Political Discourse, Social Media and Oral Interaction* (pp. 1-24). Stockholm University Press. https://doi.org/10.16993/bcd.a.

# A construção da *MEMORIA* nos discursos de celebração do 25 de Abril: relevância da anáfora retórica e da aforização

https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.2

**Isabel Roboredo Seara***

* Universidade Aberta. CLUNL – NOVA / CEHUM – PRADIC / DIGITHUM – LE@D.

**Resumo:** A questão dos enunciados construídos para serem memorizados e recordados é antiga. Já na Retórica foi dado especial relevo à questão da *memoria*, alicerçada em figuras e formas breves, fragmentárias, sentenciosas, às quais subjaz a facilidade de repetição e de memorização. Para a Retórica, a par da *inventio*, da *dispositio*, da *elocutio* e da *actio*, a *memoria* ocupa-se dos processos de memorização de um discurso (cf. Krieg-Planque, 2011, p. 30).

A fundamentação teórica deste estudo convoca noções de Análise do Discurso, Semântica, Retórica e Pragmática, nomeadamente os trabalhos de Maingueneau (1999, 2010, 2012 e 2022). Após circunscrever os conceitos de aforização, de enunciado breve e de anáfora retórica, ensaiar-se-á mostrar como estes enunciados, passíveis de serem destacados a nível enunciativo, estão ao serviço da construção da *memoria* nos discursos de celebração de Abril. Algumas especificidades dos enunciados, como o caráter cristalizado, a inscrição discursiva, a enunciação aforizante que remete para um referente social histórico, permitem comprovar a relação entre ideologia e discurso.

A análise incidirá sobre os discursos presidenciais do atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

**Palavras-chave:** discurso político de comemoração, análise pragmático-discursiva, construção da *memoria*, anáfora e pergunta retórica, aforização

> Nous parlons nos souvenirs avant de les évoquer: c'est le langage et c'est tout le système des conventions sociales qui en sont solidaires qui nous permet à chaque instant de reconstruire notre passé.
>
> Halbwachs, 1975, p. 279

## 1. Introdução

Os discursos presidenciais, na cerimónia oficial de comemoração do 25 de Abril, revestem-se de importância política, social e histórica. Embora obedeçam a exigências institucionais, patenteiam idiossincrasias que pretendemos realçar ao analisar os discursos proferidos pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. O *corpus* de análise é constituído por oito discursos do atual Presidente da República, proferidos justamente no dia da data comemorativa da revolução de Abril.

A primeira eleição de Marcelo Rebelo de Sousa ocorreu no dia 24 de janeiro de 2016 para um mandato de cinco anos (2016-2021), com 52% dos votos. Por sua vez, cinco anos volvidos, justamente no dia 24 de janeiro do ano 2021, foi reeleito para um segundo mandato, com 60,67% dos votos expressos.

Os discursos que são analisados foram, pois, proferidos em cerimónia solene do 25 de Abril, realizada na Assembleia da República, na precisa data festiva, nos anos 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

Como sublinha Marques: "O ato explícito de pensar publicamente o 25 de Abril é um ato de poder político com alto valor simbólico, que visa a coesão social e ideológica da Nação". (2018, p. 121).

Aos discursos presidenciais de comemoração de Abril estão subjacentes vários tópicos discursivos: desde logo, a necessidade de justificar e dar sentido ao momento comemorativo; por outro lado, o reforço do propósito de unir os portugueses, evidenciando que o presidente é o representante máximo e é o primeiro entre os portugueses, numa dinâmica de encenação da unidade nacional, cumprindo assim o que outros estudos sobre discursos

presidenciais advogam: "L'impératif d'unité est également martelé par le président dans ses discours" (Boussaguet & Faucher, 2018, p. 95). Outro propósito que é recorrente é o do agradecimento, rendendo homenagem quer aos capitães que estiveram na génese da revolução de Abril e na implementação do regime democrático quer aos presidentes antecedentes, quer, sobretudo, ao povo português.

Assim, o passado, o presente e o futuro de Portugal estão inscritos no importante momento político e mediático, assim como o passado, o presente e o futuro dos portugueses. (Amorim 2021, p. 248)

## 1.1. O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa

Marcelo Rebelo de Sousa foi eleito, pela primeira vez, Presidente da República Portuguesa no dia 24 de janeiro de 2016. Aos 68 anos, foi eleito o vigésimo Presidente da República Portuguesa, e na tomada de posse, no dia 9 de março, foi, desde logo, confirmada a afirmação do seu *ethos* de proximidade e de afetividade.

> (1) Aqui [em Portugal] se criaram e sempre viverão comigo aqueles sentimentos que não sabemos definir, mas que nos ligam a todos os Portugueses. Amor à terra, saudade, doçura no falar, comunhão no vibrar, generosidade na inclusão, crença em milagres de Ourique, heroísmo nos instantes decisivos (discurso de tomada de posse, 2016).

Como bem anota Amorim,

> Desde então, o epíteto "Presidente dos Afetos" é frequentemente utilizado na linguagem comum e na linguagem do jornalismo enquanto sinónimo substituto do seu nome e cargo. Como se de um cognome se tratasse, essa designação procura caracterizar o modo como o Presidente exerce o seu poder político: junto do *povo*, abraçando-o, beijando-o, tirando *selfies* com todos (2021, p. xi).

Para a construção dessa imagem, concorrem vários *ethè* já analisados anteriormente, nomeadamente em Marques (2014) e Seara (2019), ou seja, o *ethos* de autenticidade e o *ethos* de proximidade. O presidente é conhecido como um homem de contacto direto e caloroso, que declina quotidianamente a gramática gestual da proximidade e que, como sublinha Sebastião (2018), na biografia sobre o presidente:

> Senta-se no chão a falar com sem-abrigo, abraça e conforta quem chora desesperadamente, [...] fala com a mesma naturalidade com Chefes de Estado, presos ou sem-abrigo. Dá dicas sobre maquilhagem ou como estender a roupa com a mesma desenvoltura com que fala em várias línguas ou discursa na Assembleia Geral das Nações Unidas (2018, p. 14).

Como Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa é um presidente carismático, alcançou a aura que raras figuras da História do país e do mundo adquirem (Amorim, 2021, p. 95). É um dos presidentes mais populares da democracia portuguesa, dada a sua proximidade com os cidadãos, razão pela qual é considerado o Presidente-Celebridade, exercendo uma "magistratura de afetos" (cf. Sá Couto, 2019).

Importa anotar que na página da Presidência da República, na qual se pode ler a biografia de Marcelo Rebelo de Sousa, listando as habilitações literárias e profissionais, de elevado sucesso, os múltiplos cargos e desempenhos profissionais, se descortina a sua total dimensão mediática, como é referido por Maria João Avillez numa entrevista, mostrando que não há memória de um Presidente da República ser tratado pelo primeiro nome:

> Deve ser dos poucos portugueses que dispensa apelido e é pelo menos tão popular quanto um jogador de futebol: a televisão tornou-o num primo que vem jantar aos domingos com histórias para contar. Uma transversalidade quase única na sociedade portuguesa, dotes de comunicação dignos de um Vitorino Nemésio, a plateia do país predisposta a acreditar, mas, como dizer? (Sá Couto 2019, p.127).

Marcelo tem um estilo político, que remete para uma relação mais aberta com a sociedade, uma relação de proximidade, "ele é um de nós", como afirma António Costa Pinto (Sá Couto, p. 308)[1].

---

1 Excerto de uma entrevista de Sandra Sá Couto ao cientista político António Costa Pinto, realizada a 2 de março de 2018, constante do Apêndice 5 (pp. 306-309) da tese de doutoramento da autora: *O Presidente – Celebridade* (2019).
Alguns estudos têm-se focado na análise do desempenho de Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República, nomeadamente os trabalhos que constam de uma obra coletiva, publicada em 2017, *O Presidente da República em Notícia: Análise do primeiro ano de Marcelo Rebelo de Sousa em Belém*, coordenada por Felisbela Lopes e editada pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho. Da mesma autora, em coautoria com Leonete Botelho, revela-se capital a leitura do livro sobre os três primeiros anos do mandato do Presidente: *Marcelo – Presidente todos os dias* (2019).
Outro texto de superior importância é de autoria de Marina Costa Lobo "*Personality Goes a Long Way*", que foi publicado, em obra conjunta, em 2017, pela Cambridge University Press.

## 2. A construção da *MEMORIA*

> *[...] Que o rito se repita, mas que seja mais do que um rito, que seja memória, que seja gratidão, que seja esperança.*
>
> Marcelo Rebelo de Sousa, 2019

---

Por sua vez, o livro de Cláudia Sebastião, dado à estampa em 2018, *Marcelo Rebelo de Sousa – O Presidente dos Afetos*. Lisboa: Paulus Editora, teve uma ampla recetividade e, na sua apresentação em Lisboa, a jornalista Fátima Campos Ferreira reiterou precisamente que "Marcelo não traz mais integridade ou sentido de missão que os seus antecessores. Mas traz proximidade, coragem na forma como agarra o poder e o leva ao teatro da tragédia humana». (https://www.paulus.pt/blogs/news/a-simplicidade-dos-homens-grandes)

Face à popularidade do Presidente e, sobretudo, à singularidade do seu percurso, múltiplos trabalhos académicos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, de diversas áreas, desde o Jornalismo, às Ciências da Comunicação, da Linguística à Ciência Política, têm elegido a figura e os discursos do Presidente como foco, entre os quais nos permitimos destacar: a dissertação de mestrado, no âmbito do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação do ISCTE, da autoria de Ana Filipa Morão, intitulada*: O poder da imagem mediática de Marcelo Rebelo de Sousa – O perfil de um candidato atípico*. Na Universidade do Minho, no Mestrado em Ciências da Comunicação, *A Influência das Sondagens na Intenção de Voto - Uma Análise da Eleição de Marcelo Rebelo de Sousa*, da autoria de João Pedro Pacheco, em 2019.

Sob nossa orientação, na Universidade Aberta, no âmbito do Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa, a dissertação *Para preencher o défice de esperança... um discurso de afetos – Análise retórico-discursiva e contrastiva dos discursos do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa e dos seus antecessores*, de Sílvia Soares (2019), em que a autora analisa precisamente as estratégias linguísticas utilizadas pelo Presidente para criar um *ethos* de cumplicidade com o povo português. Refiram-se, ainda, a tese de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais de Sandra Sá Couto, intitulada *O Presidente-Celebridade* (2019), e a mais recente tese, defendida por Francisca Gonçalves Amorim, intitulada A *Retórica dos Afetos. O caso do XX Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa*, na qual o subcapítulo intitulado "Uma biografia dos Afetos" (pp. 55-99) nos permite compreender, através de uma organização primorosa, organizada por décadas, as estratégias emocionais utilizadas na retórica política do Presidente da República.

Propositadamente, referimos em último lugar alguns dos trabalhos desenvolvidos por investigadores do PRADIC e por linguistas que têm trabalhado, sob a tutela da Professora Doutora Maria Aldina Marques, no projeto intitulado "O Discurso do Presidente, 100 anos de discursos presidenciais em Portugal". Da autoria de Maria Aldina Marques, destacam-se os textos: "Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril". *forma breve* n.º 11, 2014, pp. 297-311 ; "Discours présidentiels au Portugal. Un regard pluridisciplinaire". *Mots. Les langages du politique,* 112, 2016, pp. 125-132; "Approximation, M.H.A. force argumentative et deixis personnelle dans les discours politiques de commémoration". Em Carreira e A. Teletin (ed.), *Travaux et Documents 62 – La déixis et son expression dans les langues romanes*, 2017, pp. 67-80; "Enunciação e Referenciação. Os Discursos de celebração de Abril". *REDIS, Revista dos Estudos do Discurso*, n.º 7, 2018, pp. 120-140. E, naturalmente, o texto, que assina com Isabel Margarida Duarte, precisamente neste volume coletivo, intitulado "O 25 de Abril como memória construída nos discursos presidenciais de comemoração: negação e construção de um posicionamento enunciativo".

Refiram-se dois textos relevantes de um investigador da Universidade do Minho, Rui Ramos, que integra desde o início o projeto atrás referido, que trazem uma importante reflexão sobre os discursos de comemoração: "O discurso da liberdade na pós-revolução. Análise de um discurso comemorativo do 25 de Abril em 1977". *forma breve*, n.º 11, pp. 273-295. "Mário Soares: Discursos do Presidente Mário Soares nas comemorações do 25 de Abril (1986-1995)", em Maria Aldina Marques e Xosé Manuel Sánchez Rei (Eds), *Estudos atuais de linguística galego-portuguesa*, 2019, pp. 187-212.

A ideia da construção da memória é antiga, está presente na Retórica Clássica, pondo em evidência figuras e formas propícias à recordação e à memorização. Juntamente com a *inventio*, a *dispositio*, a *elocutio* e a *actio*, a *memoria* corresponde à parte da Retórica que se ocupa justamente dos processos que permitem a memorização de um discurso. Na Retórica contrapõe-se a *memoria verborum* (memória das palavras) à *memoria rerum* (memória das coisas, dos factos *sententialiter*)[2]. Importa realçar que a primeira se concretiza naturalmente em formas de repetição e de retoma, ao passo que a segunda testemunha o poder cognitivo, de representação mental, estreitamente ligada às condições sociais, históricas e cognitivas de produção do discurso, expressa em construções discursivas mais elaboradas. No entanto, convém reforçar que, na perspetiva da análise do discurso, tanto a memória das palavras como a memória dos factos se materializam na linguagem (cf. Paveau, 2006).

Para o filósofo Halbwachs, a memória coletiva é uma reconstrução do passado com vista a organizar o presente, e não uma recriação idêntica de um passado preservado (cf. Paveau, 2006, p. 87). Este construtivismo é explanado na sua obra de 1941, em que se releva a importância da adaptação dos factos históricos às crenças e às necessidades do presente:

> Si, comme nous le croyons, la mémoire collective est essentiellement une reconstruction du passé, si elle adapte l'image des faits anciens aux croyances et aux besoins spirituels du présent, la connaissance de ce qui était à l'origine est secondaire, sinon tout à fait inutile, puisque la réalité du passé n'est plus là, comme un modèle immuable auquel il faudrait se conformer. (Halbwachs, 1941/1971, p. 7).

Partindo da convicção de que a linguagem é o tecido da memória, ou seja, que é unicamente através da linguagem, do discurso, que se preserva o essencial da vivência histórica, importa perceber e analisar as formas de preservação da memória coletiva, como defende J.-J. Courtine que, inspirado nas reflexões de M. Foucault e de P. Nora[3], integrou este conceito no

2 Atente-se na passagem de M. J. Carruther que confirma que: "No treinamento da memória no Ocidente, uma distinção fundamental também era feita entre 'memoria verborum', ou memorização literal, palavra-por-palavra, e 'memoria rerum', ou a recordação de palavras e ideias principais de um texto, sua "matéria substancial". A isso também se dá o nome de "memoria rerum", a "memória das coisas" e ao ato de lembrar "sententialiter ou summatim". In. Uma arte medieval para a invenção e para a memória: a importância do "lugar" (Remate de Males, 26(1), jan./jun. 2006, pp. 17-29).

3 Para além das obras de Michel Foucault (1969) e de Pierre Nora (1984), referimos como fundamentais para equacionar estes conceitos a de J. Le Goff, 1977, *Histoire et mémoire*, 1977; e a de Paul Ricœur, *Archéologie du Savoir*, 2000.

domínio da Análise do Discurso ao advogar: "Ce n'est plus la mémoire qui constitue un espace pour le langage, lieu de langage, mais le langage qui constitue la matière, ici tissu, de la mémoire" (Courtine, 1994, p. 10).

Nos discursos comemorativos do 25 de Abril sobressai a ampla valorização positiva da Revolução, relembrando os ideais por ela consagrados e a instauração da liberdade, enaltecendo os aspetos mais consensuais da democracia e ressaltando também os amplos direitos sociais conquistados. Assim, os discursos de comemoração salientam não só o objetivo de homenagear os militares de Abril, como visam defender e aprofundar as conquistas da Revolução, e bem como reforçar os ideais que devem continuar vivos na consciência de todos os portugueses.

Essa valorização positiva do 25 de Abril faz-se presente em todos os discursos presidenciais, sendo estes dominados, como ensaiaremos mostrar, pela memória dos factos, dos protagonistas e, ainda, pontualmente, pela memória individual, que é idiossincrática do discurso deste presidente. Enfatiza-se, em suma, a necessidade de preservar a memória, como sublinhara o filósofo Agostinho da Silva:" Todos nós temos o direito à *memória* e a nossa *memória* coletiva de Abril precisa de ser urgentemente dignificada"[4], e o presidente reafirma-o:

> (2) O *25 de Abril de 1974 faz parte da memória pessoal vivida da ainda maioria dos presentes nesta evocação, que por muito que se diga que um dia será olvidada, porque banal ou remota, nunca desaparecerá da memória coletiva*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)

## 2.1. Memória dos factos históricos

Evocar factos da história de Portugal é imperativo de um discurso de comemoração.

Tal como define Carme Molinero, a memória coletiva consiste no conjunto de elementos considerados socialmente relevantes: uma seleção de factos fixados na memória individual, de modo a reter imagens do passado que atuam como referência social (Molinero, 2006, p. 306). Saliente-se, por isso, retomando as palavras de Soutelo, a estreita relação existente entre memória e História, ao afirmar que entender o presente como História exige

4 "Restituir o sonho – a proposta do Prof. Agostinho da Silva". Jornal de Notícias, 25 de abril de 1989, p. 4. Sublinhados nossos.

uma "objetivação" da memória; sendo assim, a memória pública consiste na memória em que se baseia um presente histórico (Soutelo, 2009, p.1).

Destacaremos nesta análise dois *topoï* que são caros ao Presidente Marcelo Rebelo de Sousa. Desde logo, *o orgulho* de ser português e a coragem de trazer de novo para a cena pública e política os ideias patrióticos:

> (3) *Em suma, temos muito orgulho na nossa história, no nosso patriotismo aberto ao universo, na nossa capacidade para nos reinventarmos em democracia, mantendo-nos fiéis à nossa língua, às nossas raízes, à nossa maneira de ser.* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Por outro lado, a *esperança* que, como veremos adiante, no ponto 3.1., o presidente declina continuamente, ao relembrar que foi em Abril que se inaugurou esse horizonte de esperança e que o simbolismo da data não deve jamais esmorecer.

> (4) No dia 25 de Abril, *devemos celebrar a esperança*. Foi *a esperança* de um tempo novo que deu ânimo e coragem aos militares que derrubaram a ditadura. *É a esperança* de um futuro melhor que nos deve juntar todos em nome de Portugal e em nome dos Portugueses. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016)

Desde a história da fundação da nacionalidade até à história contemporânea, em todos os discursos, o presidente relembra acontecimentos marcantes que ajudaram a consolidar e erguer a nação como livre, democrática e independente, sem recear convocar momentos de dificuldades, qualificando-os de "cruentos", "dramáticos" e "chocantemente adversos".

> (5) Recordarmos o passado, a *cruenta* divisão da Europa, os intensos e mesmo *dramáticos* debates nacionais acerca do envolvimento na guerra, o chamado «Governo de União Sagrada», a inesquecível ida do Presidente Bernardino Machado ao Corpo Expedicionário Português na frente de batalha e aos nossos aliados no desafio comum, a muito *acidentada* preparação e difícil resistência das nossas Forças Armadas, confrontadas com situações *chocantemente adversas*, o sonhado papel legitimador, interno e externo, da presença militar portuguesa para a República nascente, englobando a defesa das colónias e, sobretudo, o direito a participar no momento da vitória, com as inerentes consequências políticas. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)

Os factos aparecem indissociavelmente associados a datas, pelo que, no discurso de 2020, relembra datas cruciais da história de Portugal: desde logo, a restauração da Independência, que representou o culminar de sessenta anos e pôs fim ao domínio espanhol (de 1580 a 1640); outra data que é convocada é a de 5 de outubro, a Implantação da República Portuguesa em 1910, que destituiu a monarquia constitucional e implantou o regime republicano em Portugal.

> (6) O 10 de Junho é essencial e vai ser evocado. O 1.º de Dezembro é essencial e vai ser evocado. O 5 de Outubro é essencial e vai ser evocado. O 25 de Abril é essencial e tinha de ser evocado. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

E retoma esses factos no final do mesmo discurso, repetindo, enfatizando a sua relevância:

> (7) Fizemo-lo na improvável independência, na impossível expansão marítima, na inesgotável presença universal, na intemerata semente de liberdade que há 200 anos foi lançada na Revolução do Porto, no inadiável gesto de Abril de 1974. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

Assume, com frontalidade, o passado histórico de domínio imperialista, criticando o atraso com que retardámos o processo de descolonização em África:

> (8) Continua a ser complexo entendermos tanto os olhares no fim do século XIX, *quando os impérios esquartejaram, a régua e esquadro, o continente africano*, ou como os do começo do século XX, quando o império monárquico passou a império republicano. Mais óbvio é, pelo contrário, o juízo sobre o passado ainda mais recente, quando outros impérios terminaram e o *império português retardou, por décadas, o processo descolonizador*, recusando-se a ouvir conselhos da História e apenas extinguindo o indigenato nos anos 60, ou seja, uma dúzia de anos antes de 1974. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

Em 2023, na cerimónia de comemoração do 25 de Abril foi convidado o Presidente da República Federativa do Brasil, Lula da Silva, e também nessa ocasião Marcelo Rebelo de Sousa aproveitou o ensejo para relembrar que o presidente brasileiro "representa precisamente a primeira das

descolonizações de Portugal" (Marcelo Rebelo de Sousa, 2023), máximo e simbólico representante de uma pátria irmã, anotando:

> (9) [...] a Assembleia da República viveu hoje, aqui, uma coincidência tão feliz, derivada dos 523 anos sobre o dia 22 de Abril que assinalou o momento primeiro do contacto português com o território brasileiro. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2023)

Ao relembrar alguns dos factos, o presidente evidencia que o conhecimento histórico visa compreender o passado, sem o julgar ou condenar e, similarmente, sem o enaltecer e glorificar, mas sobretudo no sentido de conservar a memória; e as comemorações, além de presentificarem o passado, visam unir os cidadãos em torno de imagens, de símbolos, de factos, de referências que singularizam e identificam o país e um povo que abriu novos mundos ao mundo[5].

## 2.2. Memória dos protagonistas

A memória dos protagonistas é maioritariamente expressa através de louvores e atos de agradecimento que tanto podem ser dirigidos a um destinatário global, no qual o locutor se inclui, como serem dirigidos, em concreto, a classes profissionais, a presidentes antecedentes, aos capitães de Abril, a vultos da história nacional.

> (10) *É notável aquilo que alcançámos* [...].
>
> Portugal possui atualmente cientistas e investigadores que ombreiam com os melhores. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016)
>
> (11) *Fomos pioneiros há 500 anos*, quando tirámos partido da nossa proximidade ao oceano para descobrirmos novos mundos*; fomos pioneiros há 40* quando a revolução de Abril iniciou uma vaga de democratização que se estendeu a vários países [...] (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016)

A exaltação dos valores dos que constroem Portugal é veiculada através de expressões valorativas que, para além do sentido de gratidão por parte do

5 Uma sentida homenagem à colega e amiga historiadora, Professora Maria Isabel João, que partiu prematuramente de entre nós, para agradecer o laborioso trabalho de investigação em torno das comemorações, entre os quais destaco o texto "Memória e comemoração". In História Revista, v. 8, n. 2/3, 2003. Disponível em: https://revistas.ufg.br/historia/article/view/10474.

presidente, estão imbuídas da vontade de corroborar o sentido de pertença e de orgulho em ser português, como é patente no uso da expressão "fomos pioneiros".

> (12) Em suma, *aos portugueses devemos a nossa democracia* ser efetivamente representativa e salutarmente participativa, ser passado, mas também presente e futuro, significar mais do que um sonho para alguns, antes um regime ao serviço de um desígnio nacional. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016)

O seu reconhecido posicionamento, mais conversador, fá-lo relembrar e convocar, de novo, para a Assembleia, o termo "patriotas":

> (13) E não tenhamos medo das palavras e do que elas encerram, *patriotas fervorosamente orgulhosos da sua Nação*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Neste mesmo discurso de 2017, o presidente elege também o "poder local" para lhe prestar homenagem e usa uma expressão metafórica que retomou em outros momentos para o qualificar: "fusível de segurança" (cf. Seara, 2019).

> (14) Há, neste contexto, um bastião da nossa democracia que merece, hoje, na evocação do 25 de Abril, uma palavra muito especial: *o poder local*. Já disse, e repito: *o poder local* foi e é um «fusível de segurança» singular da nossa democracia. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Tal como anotaremos mais adiante, a propósito do reconhecimento da importância do poder local, o presidente aproveita para relembrar a sua própria condição de autarca, mostrando assim o seu *ethos* de autoridade, que lhe advém da experiência nesse domínio da esfera local e um *ethos* de proximidade, na medida em que invoca o seu caso pessoal.

> (15) Espero-o, também, a duplo título, como Presidente da República e como antigo autarca, durante 19 anos, no mais rico, num seu vizinho, e no então, porventura, mais pobre município nacional. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Por outro lado, há uma convergência nos discursos presidenciais sobre a atuação dos militares de Abril como elemento central na condução do

processo revolucionário português, em 1974, não apenas porque lhes é historicamente atribuída a autoria do golpe que derrubou o regime ditatorial, mas sobretudo porque os militares e a organização responsável pela movimentação política, o MFA, foram legitimados como agentes principais da revolução (cf. Soares, 2009, p. 21).

Os capitães de Abril são recorrentemente convocados em todos os discursos do Presidente Marcelo e são legitimados pelo seu papel fundamental na queda da ditadura salazarista e como protagonistas da implementação serena do novo regime, assumindo um papel central na configuração do processo democratizador português, pelo que são exaltados e lhes é devido um agradecimento, como atestam as passagens *infra*:

(16) Para mostrar que não nos esquecemos da nossa História e que há datas, como a do 25 de Abril — *bem hajam os destemidos e corajosos Capitães de Abril* —, que não foram, nem nunca serão, indiferentes ao nosso destino coletivo. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

(17) Para os *Capitães de Abril* aqui presentes e para todos quantos já partiram, mas que continuam no nosso pensamento, a certeza de que não esquecemos, não omitimos, não apagamos. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)

(18) Evocar Abril não é apenas, nem sobretudo, agradecer ao representante dos *Capitães de Abril,* aqui presente, o seu gesto insubmisso e o dos seus pares. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

(19) [a mudança] ganhou o seu tempo e o seu modo decisivo no gesto essencial dos *Capitães de Abril*, aqui qualificadamente representados pela Associação 25 de Abril, que saúdo, reconhecido, em nome de todos os portugueses.
[...] Pois foram estes homens, eles mesmos, não outros, os heróis naquela madrugada do 25 de Abril! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

No discurso de 2021, a referência não se confina ao elogio dos militares de Abril, que operaram a Revolução e a mudança de regime, pois o presidente aproveitou o ensejo para lembrar (apelando, de novo, à memória) todos os combatentes da guerra do Ultramar e todos quantos os que deram a vida para que Abril efetivamente acontecesse.

(20) Tal como haviam sido eles, também foram muitos, muitos mais os combatentes, ano após ano, nas longínquas fronteiras do império.
[...] Estes não eram, não tinham sido militares de alcatifa, tinham sido, sim, grandes chefes militares no terreno e, nele, responsáveis por anos de combate, de coordenação com serviços de informação e de atuação antiguerrilha, de proximidade das populações. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

O tributo de gratidão, apelando à memória, estende-se dos capitães às Forças Armadas:

(21) [...] O que reforça a nossa unidade nacional, nomeadamente o papel estruturante das Forças Armadas. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)

E a defesa intransigente do papel central das Forças Armadas é criteriosamente justificada, apontando a sua centralidade na construção e na manutenção da democracia e criticando aqueles que fazem apenas a colagem da instituição militar a tempos passados da ditadura.

(22) Por isso mesmo, *a instituição militar, algumas vezes apressada e erroneamente vista por alguns como reminiscência do passado* e não como garantia do presente e aposta no futuro, mantém, para não dizer que reganha, centralidade quando se reforça a democracia ou mais amplamente se constrói a unidade nacional. Afirmá-lo sempre é imperativo, agir em conformidade é-o ainda mais. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)

É importante explicitar as referências aos anteriores Presidentes ou a destacados vultos da construção da democracia, justamente com o intuito de explicar o contributo para a transformação política e social da sociedade portuguesa, a fim de demonstrar, para a posteridade, o poder e a capacidade das pessoas comuns em mudar a História e, consequentemente, valorizar a preservação pela memória.

(23) Para evocar os que já nos deixaram, como Mário Soares — ainda há três meses — mas que continuam bem vivos na nossa memória. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

(24) Evocar Abril não é apenas, nem sobretudo, recordar, neste primeiro ano em que já não estão todos eles connosco, os quatro principais fundadores partidários do constitucionalismo pós-Abril, e que sucessivamente nos deixaram: Francisco Sá Carneiro, Álvaro Cunhal, Mário Soares e, no ano passado, Diogo Freitas do Amaral. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

(25) [...] o primeiro Presidente da República eleito da democracia portuguesa, que sempre recusou o marechalato que merecia e merece: o Presidente António Ramalho Eanes. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

A exceção na escolha singular do destinatário do reconhecimento e do agradecimento aconteceu precisamente no ano de 2020, em contexto de pandemia, em que o presidente discursou, em circunstâncias muito especiais[6] e enfatizou a importância dos que, com um espírito de total entrega e abnegação, ajudaram a salvar vidas e a ultrapassar os delicados momentos que se vivenciaram, enfatizando construtivamente "os exemplos de criatividade". No fundo, releva as ações solidárias, as motivações e as atitudes de um conjunto que não nomeia, mas que enaltece.

(26) Evocar Abril é *testemunhar gratidão* sem fim aos que salvaram, salvam e salvarão vidas. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)
Evocar Abril é reconhecer improvisos, impreparações, atrasos, mas também competências, devoções, determinações, trabalho e mais trabalho, contenção e mais contenção, que pareciam e parecem intermináveis.
Evocar Abril é retirar a seu tempo as lições do que foi e é esta vivência única, as fragilidades, as desigualdades, as clivagens no nosso tecido social, as debilidades, as carências, as descoordenações, a rigidez, a lentidão em demasiadas *das nossas instituições, mas também os exemplos de criatividade*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

6 Relembre-se a pandemia da Covid-19, que afetou o cenário mundial acarretando sérias implicações ao nível social, económico e financeiro; e que, face ao elevado nível de contágio do vírus, obrigava a uma liberdade condicionada. A Assembleia da República deliberou, contudo, manter, a cerimónia oficial de evocação do 25 de Abril deste ano de 2020, embora com um número muito reduzido de deputados e de convidados. E o presidente justificou o cenário ao advertir: "A presente evocação não é uma festa de políticos alheios ao clima de privação vivido na sociedade portuguesa."( Marcelo Rebelo de Sousa, 2020).

Mais do que valorizar os valores sociopolíticos ou ideológicos, o que seria expectável nos discursos de celebração, escolhe argumentos baseados na simplicidade e na capacidade de construção e de superação, predominando os que decorrem da solidariedade, da confiança e da justiça social, aduzindo inclusivamente o exemplo do Papa Francisco:

> (27) É não imolar quem ficou para trás no altar do progresso, como lembrava o Papa Francisco, ou seja, não excluir ainda mais os mais excluídos. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

Faz continuamente questão de relembrar os que sofreram, e dá particular destaque aos retornados, o coletivo dos portugueses que regressaram das ex-colónias portuguesas após 1974 que, como afirma Rui Pena Pires, "foi um processo complexo e o maior movimento populacional da história de Portugal" (Pires, 2003, p.132).

Marcelo relembra, sobretudo às gerações vindouras, que "é prioritário assumir tudo, todo esse passado, sem autojustificações ou autocontemplações globais indevidas, nem autoflagelações globais excessivas", pelo que, no discurso de 2021, enaltece aqueles que retornaram, em condições tão adversas, das então colónias ultramarinas:

> (28) E ainda aos muitos — e eram quase um milhão — que chegaram rigorosamente sem nada, depois de terem projetado uma vida que era ou se tornou impossível; aos muitos — e eram milhões — que sofreram, nas suas novas pátrias, conflitos internos herdados da colonização ou dos termos da descolonização. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

## 2.3. Memória pessoal/individual

Sendo o discurso de comemoração de Abril um discurso protocolar, com uma estrutura praticamente canónica e prototípica, assinale-se que o Presidente Marcelo, de forma não expectável (e será manifestamente interessante comparar com os discursos dos outros Presidentes, no pós-25 de Abril), convoca factos autobiográficos, que, como referimos (Seara, 2019) estão ao serviço da criação do *ethos* de proximidade. Essa postura decorre da legitimidade da instância política que representa, o mais alto cargo da Nação, que lhe é reconhecida e aceite, suportada pelo "regard social" que é invocado por Charaudeau (2015): "La légitimité politique, qu'elle procède d'une filiation, d'une formation, d'un mandatement ou qu'elle soi de fait, est

toujours le résultat d'un regard social qui reflète les valeurs au nom desquelles celle-ci se fonde" (p. 59).

Neste sentido, o presidente, assumindo, com verdade, a sua história de vida, recorda a sua filiação: o seu pai, Baltazar Rebelo de Sousa, de quem herda porventura o interesse pelas causas políticas e sociais, foi ministro do Ultramar, foi governador-geral de Moçambique, durante a ditadura, no regime salazarista:

(29) Quem vos apela é isso mesmo é o filho de um governante na ditadura e no império e que viveu, na que apelida de sua segunda Pátria, o ocaso tardio e inexorável desse império e que, depois, como constituinte, viveu o arranque do novo tempo democrático. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

(30) Valeu a pena. Quem o diz é um dos milhares de jovens desse início dos anos 70, então conhecedor das vicissitudes do estertor da ditadura, agora Presidente da República, em democracia, pelo voto dos portugueses. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

Essa conduta verbal está ao serviço da construção da imagem de político-celebridade, a que aludimos anteriormente, pois cumpre-se o que Sá Couto intuíra: "Os políticos-celebridade não hesitam em projetar as suas histórias pessoais, idiossincrasias e famílias". (Sá Couto, 2019, p. 33).

## 3. Estratégias discursivas ao serviço da construção da *MEMORIA*

Uma das estratégias discursivas para a construção da *memoria* é o recurso ao emprego da anáfora retórica.

### 3.1. Anáfora retórica

Partimos do estudo de Magri-Mourgues (2015), que procedeu a uma investigação sobre a anáfora retórica no discurso político do presidente francês Nicholas Sarkosy, para defendermos que esta figura é um dos alicerces da estrutura discursivo-textual, pois embora possa duvidar-se da sua função de progressão discursiva, já que há uma retoma reiterada dos mesmos

segmentos[7], ela representa inequivocamente um fator de estruturação textual ou, nas palavras de J.-M Adam (1990, p. 172), um fator de textualidade.[8] Desempenha um papel na arquitetura textual (Bonhomme, 1998), uma função de coesão aparentemente muito forte, uma vez que atua como elemento de ligação intra e interfrástico.

Tratando-se da repetição de estruturas idênticas no início de enunciados sucessivos, em geral contíguos, a anáfora retórica desempenha não apenas um papel na estruturação textual, mas dada a sua brevidade – relevante no discurso escrito oralizado – concorre para a capacidade de memorização do auditório, na medida em que a repetição da estrutura está ao serviço da sua mais fácil fixação. A este propósito, será curioso relembrar a produtividade dessa figura em textos de carácter religioso, tais como orações e ladainhas, com o objetivo similar de mais fácil repetição.

As repetições no início de frases sucessivas são relevantes do ponto de vista pragmático, na medida em que é o valor axiológico positivo ou negativo do segmento repetido que é acentuado, contrariando, assim, a monotonia de uma simples enumeração, tal como refere Molinié:

> La reprise à l'identique modifie le schéma syntaxique et mélodique de l'énoncé : au lieu du *continuum* réalisable par l'énumération qui déplacerait l'attention de l'auditeur ou du lecteur vers le complément du prédicat verbal en jouant sur le procédé de l'accumulation**,** s'instaure un phénomène de relance syntaxique renouvelé, en faveur d'un signifié global, qui tend à fondre les itérations sonores dans un même accent sémantique. (Molinié, 1986, p. 99)

A anáfora retórica é considerada um fenómeno textual, retórico e de memória, já que estabelece uma ligação a um referente já conhecido e presente na memória do interlocutor ou do auditório do discurso. A conceção de anáfora como fenómeno ao serviço da memória supera o critério textual, pois é considerado como determinante o conhecimento do referente, implicando a necessidade de se encontrar, no texto ou na memória discursiva, a entidade pertinente para a sua interpretação.

---

7 Magri-Mourgues adverte inclusivamente que "le martèlement prend l'allure d'une litanie quand les occurrences se succèdent identiques" (Magri-Mourgues, 2015, p. 2). https://journals.openedition.org/semen/10319#text

8 Para J.-M. Adam (1990), a textualidade é concebida como "un équilibre délicat entre une continuité-répétition d'une part et une progression de l'information, d'autre part." (p. 45).

Os tratados de retórica atribuem à anáfora retórica o valor de amplificação e ênfase. Como sublinha Bonhomme, serve para ativar uma "referência ostensiva" (Bonhomme, 2005, p. 112) e manter a atenção do auditório.

Ilustremos este uso com uma passagem do discurso do 25 de Abril, de 2017, em que o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa atribui a responsabilidade do 25 de Abril ao coletivo, justamente aos *portugueses*:

> (31) Sim, porque não podemos olvidar que, se há heróis da nossa democracia, para além dos que a prepararam e que, no 25 de Abril, lhe abriram caminhos de futuro, *esses heróis são os portugueses*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

O discurso subsequente é construído em torno desta construção anafórica, em início de enunciado, explicitando, detalhando, e enumerando as formas quotidianas através das quais os portugueses constroem a democracia:

> (32) *Os portugueses* constroem a democracia pelo voto [...].
> *Os portugueses* constroem a democracia nas escolas, nos lugares de trabalho nos sindicatos [...].
> *Os portugueses* constroem democracia quando, emigrantes, nunca se esquecem das suas terras e para elas contribuem sem cessar [...].
> *Os portugueses* constroem democracia quando, ao fim de anos de sacrifício, sentem que valeu a pena tudo terem feito para sanear as finanças públicas ou tornar possível crescer e criar emprego de forma duradoura
> Em suma, *aos portugueses devemos a nossa democracia* ser efetivamente representativa e salutarmente participativa [...]. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Na realidade, mais do que uma progressão, trata-se de uma anáfora paratática, em que, ao contrário da anáfora gramatical, a interpretação do segmento referencial repetido depende do enunciado original, mas é completado e atualizado, no sentido de enumerar as diferentes classes e atributos dos portugueses que são convocados a fim de construir um todo abrangente e homogéneo, que espelhe a imagem da construção coletiva da democracia pelo povo. É curioso anotar dois pormenores linguísticos que embora possam parecer, à primeira vista, despiciendos, merecem destaque: nos dois primeiros enunciados, o emprego do artigo definido "a democracia",

nos dois enunciados seguintes é omitido, privilegiando-se o substantivo genérico "os portugueses constroem democracia".

Por sua vez, no enunciado conclusivo da sequência "aos portugueses, devemos a nossa democracia" assume, de novo, destaque o agente "portugueses", insistindo que a dívida da democracia é efetivamente coletiva, ensaiando atualizar a memória coletiva.

Os portugueses são exaltados em todos os discursos, como se comprova nas seguintes passagens:

> (33) O 25 de Abril tem vários heróis – e o maior de todos é *o povo português*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016)
>
> (34) Fomos pioneiros há 500 anos, quando tirámos partido da nossa proximidade ao oceano para descobrirmos novos mundos: Fomos pioneiros há 40 anos quando a revolução de Abril iniciou uma vaga de democratização […].
> Enfrentamos grandes desafios, sem dúvida, mas *a história revelou que foi sempre nessas alturas que mostrámos ser mais fortes e mais corajosos*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016)
>
> (35) Sim, porque não podemos olvidar que, se há heróis da nossa democracia, para além dos que a prepararam e que, no 25 de Abril, lhe abriram caminhos de futuro, *esses heróis são os portugueses*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

O presidente elenca as razões que presidem à prossecução da comemoração de Abril, escolhendo uma construção final com infinitivo, em início de frase, concorrendo as formas verbais escolhidas para a construção não apenas da memória (*evocar*, *recordar*), mas também para frisar o esforço que é necessário empreender para que seja perpetuada a lembrança (*mostrar*, *sublinhar*, *reforçar*).

> (36) Faz sentido manter viva esta tradição (de celebração).
> […] *Para mostrar* que não nos esquecemos da nossa História […].
> […] *Para evocar* os que já nos deixaram […].
> […] *Para sublinhar* que a democracia tem uma Casa em que se entrechocam as mais variadas visões da vida e da sociedade
> […] Para *reforçar* que é porque entre nós há tanta diversidade que […].

> […] *Para recordar que* […] a Assembleia da República é um símbolo primeiro da democracia portuguesa. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Constatando que a anáfora retórica está amplamente representada no *corpus* dos discursos de comemoração de Abril proferidos pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, há uma série de variantes que permitem ilustrar a sua ductilidade enunciativa.

É o caso do discurso de celebração de 2019, em que, após a saudação inaugural de cumprimentos, que integra o protocolo oficial, o presidente inicia o seu discurso com esta formulação anafórica, de estrutura paralelística:

> (37) *Dir-se-ia que foi ontem, mas passaram já 45 anos*.
> *Dir-se-ia que foi ontem* que os jovens militares de Abril protagonizaram o momento único do fim de um regime e do nascimento de outro, *mas passaram já 45 anos*.
> […]
> Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados*: Dir-se-ia que foi ontem, mas passaram já 45 anos***.** E, há 45 anos, quais eram as expetativas, os anseios, os desafios, as causas dos jovens de Portugal? (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

Atente-se no valor argumentativo desse enunciado infinitivo, com o pronome em posição mesoclítica, e que é interpretado como tendo um sujeito indeterminado. Servindo-se de uma construção argumentativa, o locutor, através do uso do operador adversativo "mas", na segunda parte, refuta o enunciado anterior, conferindo uma maior força argumentativa, que visa justamente enfatizar a passagem do tempo. Essa construção baseia-se num esquema binário em que se opõem o passado e o presente, sendo a antonímia apoiada pelo reforço da importância na atualidade.

Por outro lado, é expectável que o emprego da anáfora seja naturalmente recorrente no fecho dos discursos, estando presente em atos de exortação, com valor iterativo e visando, por um lado, sintetizar o cerne da comemoração e, por outro, exortar a que permaneça vivo o espírito de Abril, como se pode constatar nos seguintes trechos:

> (38) *Que para sempre vivam* os caminhos de liberdade, democracia e dignidade das portuguesas e dos portugueses que Abril desbravou!
> *Que para sempre viva Portugal!* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

Nesse mesmo discurso de 2019, Marcelo Rebelo de Sousa faz uso, de novo, da anáfora retórica, estabelecendo a comparação entre o desafio que se impunha aos jovens no 25 de Abril de 1974 e o que se impõe no ano de 2019. Fá-lo através de enunciados com valor heurístico de máximas, que visam levar o auditório a optar por normas de conduta diferentes, adequadas ao tempo presente, incentivando o seu reforço. Estes enunciados breves que, de forma perentória, exortam ao crescimento da ambição espelham as causas por que os jovens em 2019 devem pugnar, pontuando, por isso, a diferença relativamente a tempos passados. A construção elítica "Mais ambição na [...]" está, assim, ao serviço da construção do valor apelativo, prescritivo e exortativo do enunciado, conferindo maior força persuasiva.

(39) *O desafio dos jovens de 25 de Abril de 1974* era muito nacional e muito concentrado em três objetivos cimeiros: a paz em África e, por isso, a descolonização, a democracia e o desenvolvimento, vistos a prazo mais curto.
*O desafio dos jovens de 25 de Abril de 2019* é muito mais global, muito mais complexo, muito mais exigente, na diversidade dos fatores de que depende e do prazo alargado que envolve.
*Mais ambição* no Portugal pós-colonial.
*Mais ambição* na democracia.
*Mais ambição* na demografia.
*Mais ambição* na coesão.
*Mais ambição* na era digital e na antecipação do futuro do emprego e do trabalho.
*Mais ambição* na luta por um mundo sustentável. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

A figura da anáfora retórica desempenha, como se comprova, um papel na tessitura textual (Bonhomme, 1998) e na construção da coesão, uma vez que atua como elemento de progressão. O paradoxo da repetição e do avanço do discurso, que, por um lado impõe, e, por outro transforma, conduz-nos a inferir uma progressão por detrás da sequencialidade, questionando quais as relações de hierarquização que a enumeração visa estabelecer.

Fazendo jus à história e evidenciando o lugar central de Portugal no mundo, o presidente convoca uma imagem poética "O mar projeta-nos e engrandece-nos, coloca-nos *no centro do planeta*". Esta imagem de um país é manipulada anaforicamente, com alguma subtileza, por expressões sinonímicas, quando explicita: "Portugal não se encontra na periferia; pelo

contrário, ocupa um lugar *bem central*" ou, mais adiante "Portugal *encontra-se no fulcro da* contemporaneidade" (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016).

Relembrando a história do país, finaliza o discurso recorrendo à mesma construção anafórica ao rememorar o estatuto precursor do povo português, no tom glorificador que o caracteriza:

> (40) *Fomos pioneiros há 500 anos*, quando tirámos partido da nossa proximidade ao oceano para descobrirmos novos mundos; *fomos pioneiros há 40* quando a revolução de Abril iniciou uma vaga de democratização que se estendeu a vários países da Europa. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016)

Atente-se nesta outra formulação.

> (41) No dia 25 de Abril*, devemos celebrar a esperança*. Foi *a esperança* de um tempo novo que deu ânimo e coragem aos militares que derrubaram a ditadura. *É a esperança* de um futuro melhor que nos deve juntar todos em nome de Portugal e em nome dos Portugueses. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016)

Eis uma ilustração organizada em torno da palavra "esperança". Cria-se uma cadeia discursiva que dá uma aparência de coesão baseada unicamente na repetição do último termo e na exibição de um nexo causal, o que permite manter o fio do discurso, através da argumentação.

O locutor termina glosando através de um enunciado deôntico, reforçando a importância de cultivar a esperança, ao referir primeiramente apenas a expressão e particularizando de seguida, relevando a importância que assumiu no passado ("*foi* a esperança") e assumindo a sua prossecução no presente ("*É* a esperança[...]). Evidencia-se, desse modo, que a anáfora é elástica, podendo ser encurtada ou prolongada em função do desenvolvimento, como sustenta Magri-Mourgues (2015).

No discurso de celebração de 2020, reitera a importância do "passado fundador" que foi o 25 de Abril, alertando, contudo, para que os portugueses não se quedem "deslumbrados, autocontemplativos, realizados". Sentenciosamente afirma "Valeu a pena o 25 de Abril" para, logo de seguida, explicitar, imbuído do seu pendor pedagógico, por que razão valeu a pena. E a retoma anafórica:

(42) *Valeu a pena* mesmo aquilo que ao longo de décadas, custou a tantos, de destinos sacrificados ou de metas ainda não realizadas. *Valeu a pena*. Quem diz é um dos milhares de jovens desse início dos anos 70, então conhecedor do estertor da ditadura, agora Presidente da República, em democracia, pelo voto dos portugueses. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

O discurso de comemoração configura, como se comprova, uma forma de ação política, sendo, por isso, proferido para exercer uma influência sobre um público plural com o objetivo de gerar ação coletiva, legitimando a autoridade presidencial. Daí que seja recorrente a aproximação dos atos breves exortativos de fecho de discurso aos enunciados dos slogans, encarados a partir dos estudos de Rinn (2008) e de Plantin (2011), que reforçam a dimensão persuasiva destes enunciados. Para Barbeau, "[le slogan] il doit être concis, accrocheur et marquer l'esprit tout en ayant une forte dimension persuasive afin d'amener autrui à agir" (2015, p. 2), sendo evidenciado na mobilização da construção coletiva do espírito de liberdade de Abril:

(43) *Que para sempre vivam* os caminhos de liberdade, democracia e dignidade das portuguesas e dos portugueses que Abril desbravou!
*Que para sempre* viva Portugal! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

Convocaremos um derradeiro exemplo, do discurso oficial de 2020, para ilustrar o uso reiterado e exponencial desse tipo de formulação anafórica, que surge em *doze* inícios de parágrafos consecutivos. O sucedâneo destes enunciados permite primeiramente comprovar a força persuasiva da anáfora, mas, neste caso, a escolha deliberada da forma verbal "evocar" ratifica precisamente o valor que é conferido à memória, apelando a um passado (que é explanado em alusões a múltiplos factos ou obreiros da história) e trazendo-o para o presente.

i. *Evocar o 25 de Abril* é falar deste tempo, não é ignorá-lo.
ii. *Evocar Abril* não é apenas, nem sobretudo, saudar de modo especial o Presidente António Ramalho Eanes [...].
iii. *Evocar Abril* não é apenas, nem sobretudo, agradecer ao representante dos Capitães de Abril [...].
iv. *Evocar Abril* não é apenas, nem sobretudo, recordar a Constituição.
v. *Evocar Abril* não é apenas, nem sobretudo, recordar, neste primeiro ano em que já não estão todos eles connosco, os quatro principais fundadores partidários.

vi. *Evocar Abril* é, nesta circunstância, combater a crise na saúde [...].
vii. *Evocar Abril* é chorar os mortos, que hão de merecer, no fim desta provação, uma homenagem coletiva.
viii. *Evocar Abril* é testar os que há a testar. É isolar os que há a isolar. É internar os que há a internar.
ix. *Evocar Abril* é testemunhar gratidão sem fim aos que salvaram, salvam e salvarão vidas.
x. *Evocar Abril* é reconhecer improvisos, impreparações, atrasos, mas também competências, devoções, determinações.
xi. *Evocar Abril* é retirar a seu tempo as lições do que foi e é esta vivência única.
xii. *Evocar Abril* é viver tudo isto em liberdade e democracia.

## 3.2. Pergunta retórica

A anáfora retórica surge reiteradamente numa combinação com outra estratégia discursiva recorrente nos discursos do presidente, que é a pergunta retórica[9].

Conhecendo a sua longa formação como professor universitário, compreende-se o uso reiterado da pergunta, a qual, instantaneamente, é seguida da resposta compromissiva. Estrategicamente, o orador evoca factos e ideias que sabe que devem ser partilhados e fá-lo usando a pergunta retórica.

(44) Quando e como voltará Portugal a querer ser uma sociedade a rejuvenescer [...]?
*Quando e como* esbateremos mesmo as desigualdades que ainda persistem [...]?
*Quando e como* anteciparemos o que aí vem, nesta era de revolução digital [...]?
*Quando e como* conseguiremos explicar aos menos jovens, e são muitos [...]? *(*Marcelo Rebelo de Sousa, 2020*)*

Após esta sequência anafórica de perguntas retóricas, recenseia, através de enunciados breves, os tópicos mais importantes através dos quais quer acenar e relembrar aos mais jovens, aqueles que, neste momento do

9 Assinalámos, já em Seara (2019, p. 108), a relevância da pergunta retórica quando afirmámos: "De resto, como estratégia discursiva, o par adjacente pergunta-resposta constitui um dos exemplos mais comuns na interação em sala de aula (Rodrigues, 1998, p. 129). A repetição, por seu turno, serve também para focar a atenção "on the part of the other speaker's discourse that the interlocutor now intends to address or expand of" (Schegloff, 1997; Tannen, 2007, p. 16).

discurso, privilegia. Dessa forma, reforça a necessidade de participação dos jovens, a fim de que se consciencializem do que foi o passado, a vivência em ditadura, a fim de valorizarem os princípios instaurados pelo 25 de Abril, enfatizando os ganhos em relação à pretérita realidade.

O enunciado interrogativo, seguido de resposta afirmativa simples, dada pelo uso do advérbio de afirmação, no sentido de reforçar a polaridade positiva – mais do que um advérbio consideramos que se constitui como um pró-texto, pois poder-se-ia glosar a partir da retoma do mesmo enunciado da pergunta – ajuda, assim, a construir a memória dos feitos já alcançados e cumpridos. Atesta-se o valor assertivo da pergunta retórica já intuído por Gardes-Tamine que a considerava como "une fausse question" (1993, p. 32), na medida em que apenas deseja captar a sua concordância, apesar de paradoxalmente instaurar uma relação de dialogismo com o auditório. Atente-se na sequência:

(45) Pós-descolonização? *Sim*.
Visão universal? *Sim*, querem-na, se significar um mundo mais aberto, mais dialogante, mais multilateral, mais inclusivo, mais contrário a clivagens que separem, que humilhem, que desumanizem
Democracia? *Sim!* Não querem voltar a ditaduras[…]
Desenvolvimento para mais e maior justiça social? *Sim!*
Parece um programa impossível? *Talvez*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

O discurso de 2019 culmina, resgatando, de novo, as estratégias amplamente declinadas nos discursos do presidente: a anáfora retórica, a pergunta retórica, sendo importante, neste caso, realçar a sua formulação negativa, às quais se apõem atos exortativos, construídos a partir da expressão "Que para sempre viva(m)!"

(46) *Por que razão haveriam* de ser as gerações de hoje as primeiras a renunciar a construir o impossível?!
*Por que razão haveríamos* de ser nós — precisamente nós! — a não acreditar em Portugal?! […]. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

As perguntas retóricas são uma exortação à reflexão por parte do auditório e, na maioria dos usos, atestados nos discursos presidenciais analisados, configuram perguntas interpelativas, que servem amiúde para interpelar ou para denunciar ou criticar e que visam convocar o auditório como

testemunha. Trata-se de perguntas fictivas, na medida em que visam apenas que o auditório ateste o que lhe é apresentado pelo orador, oferecendo-lhe apenas o direito de aprovar. É expressa uma orientação de anuência, porventura de conivência, relativamente à resposta pretendida pelo orador. Através dela, o presidente ensaia transformar a sua opinião pessoal numa opinião dita consensual. Assim se comprova o que sustenta Borillo (1981): "La question rhétorique, avec sa réponse implicitement suggérée, trouve éventuellement son interprétation dans la mise en place des bases discursives qui fondent l'interrogation." (p. 4).

No discurso de 2017, o presidente convoca a sua experiência enquanto professor da Faculdade de Direito de Lisboa, relembrando uma dúvida que os seus estudantes lhe colocavam, e reprodu-la, questionando o espírito da celebração de Abril.

> (47) Faria ainda sentido uma cerimónia, aparentemente de mera rotina, num claustro fechado, dividida entre reiterar a devida gratidão aos destemidos militares de 1974 e a todos quantos os haviam antecedido, na luta pela liberdade e pela democracia, e repetir os argumentos de confronto político de cada instante, nalguns casos pontuados por avisos ou quase ultimatos presidenciais? (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

E as perguntas sucedem-se, questionando a rotina da celebração:

> (48) Não seria preferível viver a data fora do hemiciclo, junto de mais portuguesas e portugueses, num gesto de abertura política a problemas concretos do dia a dia do cidadão comum, inovando nas ideias e ultrapassando a sensação de se estar a ver o mesmo, ainda que as pessoas e as circunstâncias fossem diferentes? (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

A resposta pode encontrar-se um pouco mais adiante, em frases lapidares, assertivas, reforçando a importância da História e da memória:

> (49) [...] Faz sentido manter a tradição. Hoje, mais do que nunca. *Para mostrar que não nos esquecemos da nossa História* e que há datas – como o 25 de Abril – [...] que não foram nem nunca serão indiferentes ao nosso destino coletivo. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Por sua vez, no discurso de 2022, combinam-se as estratégias que vimos anotando como dominantes: a anáfora e a interrogação retórica, questionando, perguntando, respondendo, insistindo na construção da relação dialógica com o seu auditório, expondo o seu conhecimento e explicando detalhadamente o que é a Pátria, como se estivesse no púlpito da sua aula.

> (50) Pela Pátria!
> *E o que é a Pátria* que elas [Forças Armadas] existem para servir? *É um* Estado independente há quase 900 anos? *É, mas é mais do que isso.*
> *É uma* comunidade de vida, de cultura, de língua, de identidades forjadas na diversidade, a que muitos chamam Nação, mesmo se o nosso Estado é, há muito plurinacional? *É, mas é mais do que isso.*
> *É uma* História feitas de glórias e fracassos, e mais glórias que fracassos, senão, porventura, aqui não estaríamos agora? *É, mas é mais do que isso.*
> *É uma* ideia, um projeto, um desígnio que nos une para além daquilo que nos separa, como o sermos universais, espalhados pelos mundos e servindo como plataformas de encontro entre eles? *É, mas é muito mais do que isso. É tudo o que disse, mas mais, muito mais.*
> (Marcelo Rebelo de Sousa, 2022)

Como se comprova, a resposta é categoricamente afirmativa, porém, incompleta. Elenca traços definitórios, retoma-os, repete-os, reformula-os, mas nunca são suficientes, como comprova a segunda parte do enunciado-resposta. A última ocorrência funciona como o culminar discursivo de uma enumeração, ecoando, dessa forma, a anáfora, desta vez na posição de epífora, reforçando que a cadeia discursiva poderia prosseguir. Comprova-se, deste modo, o que, de resto, Fontanier, já em 1968 prescrevera quanto à interrogação retórica: "elle consiste à prendre le ton interrogatif non pas pour marquer un doute et provoquer une réponse, mais pour indiquer au contraire la plus grande persuasion et défier ceux à qui on parle de pouvoir nier ou même répondre." (Fontanier, 1968, p. 368).

Assevera-se, por isso, o que sustentámos em trabalho anterior:

> À repetição dos atos ilocutórios de pergunta, segue-se de imediato a resposta com repetição do segmento, com um objetivo de reiteração, de confirmação do propósito. Configuram, pois, um argumento

> fortíssimo para mostrar os desejos do Presidente da República e o compromisso para os alcançar [...]. (Seara, 2019, p. 106)

O recurso à anáfora retórica faz, de facto, parte da estruturação sonora e rítmica dos discursos presidenciais, dado que a repetição e a estrutura paralelística das sequências assumem um forte poder persuasivo. Não se propõem ideias novas, circunscrevem-se e sistematizam-se definições, cumprindo, assim, as funções do género epidíctico, em torno de um núcleo axiológico, na medida em que se evidenciam mecanismos de identificação que ajudam a construir o sentido de comunidade, de povo, de pátria.

Os discursos de comemoração constroem um mundo de referência a partir dessas duas estratégias que destacámos. Assumem, desta forma, uma dimensão autotélica, na medida em que a concatenação de anáforas e de perguntas retóricas, como figuras estruturantes e amplificadoras, imbuídas de uma dimensão performativa, através da sua assertividade, estão ao serviço da "modalização enfática da asserção" (Angenot, 1992, p. 238) e concorrem para a construção da coesão e coerência discursivas.

## 3.3. Aforização

O discurso político é um lugar de memória. Os enunciados surgem e ressurgem em determinados momentos históricos e, sobretudo, em momentos de celebração, são relembrados, inovados e repetidos. Enunciados breves, aforismos, sentenças, slogans integram, pois, esse património verbal do discurso político que traz os vestígios de evoluções e contingências políticas, decorrentes dos momentos históricos e, sobretudo, dos seus protagonistas, como adverte Courtine (1981/2006): "Se o discurso é um lugar de memória, é porque ele traz o vestígio [...] das flutuações e das contingências de uma estratégia; a impressão sedimentada de uma história, de suas continuidades e de suas ruturas (p. 92).

Essas formas sentenciosas, estas formulações concisas, que inauguram e encerram os discursos presidenciais, cristalizam algumas das ideias e exortações e confirmam o carácter genérico dos enunciados e estão ao serviço da aforização. Nesse sentido, neste tipo de enunciado, segundo Maingueneau (2012), o locutor/orador dirige-se a um auditório universal, sendo os enunciados modalizados deonticamente e o poder persuasivo do discurso reforçado. Nessa perspectiva, o quadro teórico para pensar a dimensão enunciativa da questão é sugerido pelas propostas de Maingueneau (2012) sobre distanciamento enunciativo e aforização:

> Qu'il s'agisse d'une aphorisation primaire, comme le slogan, ou d'une aphorisation secondaire, l'aphoriseur n'énonce pas pour un allocutaire déterminé par um genre de discours, mais pour un auditoire qui ne situe pas sur le même plan, qui n'est pas susceptible d'intervenir dans l'énonciation. (p. 31)

Trata-se, por isso, de enunciados curtos e pragmáticos, simultaneamente, emotivos e mobilizadores, ao serviço da promoção da unidade nacional, numa data em que é justamente esse um dos propósitos primordiais. Anote-se que, embora breves, permitem descortinar o ideário político do presidente, perseverando no imperativo de a sociedade valorizar essa memória.

Reconhecendo o valor da palavra "esperança", e de todo um campo lexical de valorização do ambiente festivo e de comemoração que percorre os discursos presidenciais, podemos comprovar a retoma do enunciado inaugural no discurso de 2016:

> (51) Celebramos hoje o 25 de Abril, *uma ocasião de festa e alegria*, em que Portugal comemora a liberdade, a democracia e, também, o desenvolvimento e a justiça social. (Parte inaugural) (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016)

> (52) No dia 25 de Abril, *devemos celebrar a esperança*. Foi *a esperança* de um tempo novo que deu ânimo e coragem aos militares que derrubaram a ditadura.
> É *a esperança* de um futuro melhor que nos deve juntar todos em nome de Portugal e em nome dos Portugueses. (Parte final) (Marcelo Rebelo de Sousa, 2016)

O valor desta exortação final estende-se assim a todo o povo português, registando-se aqui a mesma estratégia usada pelo Presidente Mário Soares, como foi anotada no estudo do investigador Rui Ramos (2019): "A exortação à ação deixa de ser justificada, então, pela simples vontade do Presidente, para ser sustentada em algo que transcende o desejo individual, uma espécie de missão ontológica, republicana e democrática, indelevelmente marcada por uma orientação prospetiva e otimista [...]". (p. 202)

A rematar o discurso de 2017, é outro sentimento positivo que é convocado ("orgulho"), sendo relevante aqui a assunção de um "nós" inclusivo e a repetição em todos os segmentos frásicos do possessivo "nosso", reforçando o sentimento coletivo e a defesa de um patriotismo, que

deseja transmitir, e comprovando o *ethos* de solidariedade que o caracteriza, quer nas suas ações públicas, quer nas suas palavras. Cumpre-se assim um dos procedimentos enunciativos referenciados por Charadeau (2014), a modalidade elocutiva "d'engagement": "L'énonciation élocutive exprime à l'aide du "nous" contribue souvent à mettre em place um *ethos* de "solidarité" dans la conviction, le devoir ou l'action (p. 135). Alguns exemplos atestam este emprego:

> (53) Em suma, temos *muito orgulho na nossa história*, no *nosso* patriotismo aberto ao universo, na *nossa* capacidade para nos reinventarmos em democracia, mantendo-nos fiéis à *nossa* língua, às *nossas* raízes, à *nossa* maneira de ser: plataforma entre culturas, civilizações, continentes e oceanos. Numa palavra, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, nós *orgulhamo-nos* de Portugal. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

No seu texto lapidar "Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril", Maria Aldina Marques, apoiada em Plantin (1996), advoga que a "representação de Abril condiciona os objetivos discursivos de comemoração e a sua orientação discursiva [...] (Marques, 2014, p. 301) e ilustra com uma passagem do discurso presidencial de Mário Soares, todo voltado para o futuro. Interessante será cotejar todos os discursos presidenciais para perceber se é o passado, o presente ou o futuro que se afiguram como dominantes.

No caso do discurso do Presidente Marcelo, em 2018, como se pode comprovar nos excertos abaixo, é notória a insistência no passado e é essa memória coletiva que o orador quer continuar a construir, ora aludindo ao número de anos volvidos, ora expressando o seu tributo de gratidão, que é, de resto, formulado de forma curiosa: retoma o número de anos sobre a revolução para enumerar, similarmente, mas de forma gradativa – num propósito inequívoco de intensificação – as vezes em que deve ser necessário agradecer. E recorda e celebra o passado, a coragem dos capitães de Abril:

> (54) *Quarenta e quatro anos passaram* sobre a data primeira da democracia que hoje somos, e por muito repetitivo que a alguns pareça, ou porque resistem ao que mudou ou porque nunca conheceram o que era antes ou porque anseiam para além do que vivem, cumpre assinalar e agradecer. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018*)*

(55) *Agradecer uma, dez, vinte, trinta, quarenta, quarenta e quatro vezes e todas as que se sigam* no futuro aos Capitães de Abril, que deram o passo sem o qual a devotada luta de tantas décadas continuaria um sonho adiado. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)

Cientes de que nos discursos de comemoração devem conviver a organização e transmissão dos factos históricos (a revolução de Abril e a história subsequente surgem recorrentemente), pressente-se igualmente o desejo de unificar, organizar e hierarquizar a memória coletiva, ensaiando construir, através de uma narrativa coesa, uma imagem real da sociedade e do momento[10]. Finaliza, assim, relembrando a importância das **duas memórias**: a memória individual, de quem vivenciou os factos, e a memória coletiva[11] que deve organizar, orientar e permanecer, pugnando pela transmissão de um conjunto de valores que se devem perpetuar:

(56) Termino, pois, por onde comecei, pela data histórica que nos reúne hoje aqui: o 25 de Abril de 1974 faz parte da *memória pessoal* vivida da ainda maioria dos presentes nesta evocação, que por muito que se diga que um dia será olvidada, porque banal ou remota, nunca desaparecerá da *memória coletiva*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)

Os apelos que surgem nos finais dos discursos, expressos por exclamativas breves, incitam não só à celebração do 25 de Abril, como à defesa e ao aprofundamento dos ideais e das conquistas da Revolução, no presente e no futuro, mantendo-se sempre o tom de ampla valorização da revolução e dos ideais por ela consagrados. Incluímo-los no domínio das aforizações, precisando que se trata de slogans, na aceção de Reboul (1975): "une formule concise et frappante, facilement repérable, polémique et le plus souvent anonyme, destinée à faire agir les masses" (p. 42), inserindo-se, neste caso, no âmbito da categoria de slogan ideológico, na medida em que se cumprem os traços definitórios: é espontâneo, representa a vontade de um

10 Veja-se, a este propósito, o texto de Maria Manuela Cruzeiro: "O 25 de abril de 1974. Memória da Revolução e Revolução da Memória", publicado em *Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies*, v. 2, n. 1, pp. 25-34, 2014.

11 Subscrevemos a definição de Molinero: "A memória coletiva consiste no conjunto de elementos considerados socialmente relevantes: uma seleção de factos destinados a integrar-se na memória individual, de modo a proporcionar imagens do passado que atuam como referência social. [...] Entender o presente como História exige uma 'objetivação' da memória. (2006, p. 306) (sublinhado nosso).

coletivo, e atravessa temporalmente várias épocas, como se pode comprovar pela análise dos discursos de todos os presidentes pós-25 de Abril[12].

O enunciado exclamativo *"Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!"* apresenta-se, em epílogo, em todos os discursos analisados, como um enunciado formulaico, um slogan, embora com umas ligeiras variações, das quais destacamos a do discurso de 2022, em que *Viva Portugal!* adquire uma força maior do que a da própria data da efeméride, através das expressões "mas, sobretudo" e "não menos do que isso":

(57) [...] Viva o 25 de Abril! Viva Portugal! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018

(58) Que para sempre vivam os caminhos de liberdade, democracia e dignidade das portuguesas e dos portugueses que Abril desbravou!
Que para sempre viva Portugal! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

(59) Que o 25 de Abril viva sempre, como gesto libertador e refundador da história.
[...]
Nós somos esse Portugal.
Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

(60) Para que esse sonho do 25 de Abril viva sempre. *Mas, sobretudo*, para que Portugal viva sempre.
Vivam a liberdade e a democracia!
Viva o 25 de Abril!
Viva, *não menos do que isso*, Portugal! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2022)

(61) *Viva o 25 de Abril!*
*Viva a liberdade!*
*Viva a democracia!*
*Viva Portugal!* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2023)

12 Para além das já citadas obras de Olivier Reboul (1975). *Le slogan*. Bruxelles: Complexe, e de Michael Rinn (éd.). 2008. *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes. Sobre o uso de slogans no discurso político, refiram-se os trabalhos de Blanche-Noëlle Grunig (1990). *Les mots de la publicité. L'architecture du slogan*. Paris, Presses du CNRS; de Robert Denton Jr. (1980). The rhetorical functions of slogans: Classifications and characteristics. *Communication Quarterly*, 28: 2, pp. 10-18.

No *terminus* do discurso de 2021, concorrem quatro das estratégias anteriormente referenciadas: i) a coexistência dos tempos verbais (passado, presente e futuro) para mostrar a coalescência da temporalidade na cerimónia de comemoração, aqui veiculada pela forma simples do presente do verbo "haver", que reforça o valor da existência inequívoca de um país e de uma pátria; ii) o uso reiterado do possessivo, dado através da forma pronominal e das formas verbais na primeira pessoa do plural que, ao incluir o presidente, o afirmam como um concidadão; iii) o enunciado "Nós somos Portugal" reforça inequivocamente essa pertença; iv) e, por fim, o slogan festivo dos "Vivas" que tradicionalmente remata a data comemorativa:

(62) Houve, há e haverá sempre um só Portugal, um Portugal que amamos e do qual nos orgulhamos, além dos seus claros e escuros, também porque é nosso.
Nós somos esse Portugal.
Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

A força desses enunciados sentenciosos ou gnómicos advém da *performance* mnemónica, da autonomia discursiva e referencial, do apagamento do enunciador (é proferida por todos), e da sua vocação citacional (é invariavelmente a mais repetida), enunciando uma verdade que não é apenas válida para o momento histórico da celebração, mas é atemporal. Sendo a concisão a sua característica definitória, que consiste precisamente na relação entre um sentido forte e agregador, selado em poucas palavras, estão, pois, ao serviço da eficácia retórica, subscrita por Roukhomovsky (2001), "L'efficacité rhétorique de la forme brève tient désormais tout autant à cette relation *dialogique* qu'elle instaure entre l'auteur et son lecteur qu'à sa force de frappe" (p. 35). Os discursos de comemoração de Abril, sendo esta uma das datas de maior significado da história contemporânea portuguesa, assumem contornos otimistas e prospetivos, sempre no sentido de uma valorização positiva da Revolução dos Cravos: "*Que o 25 de Abril viva sempre, como gesto libertador e refundador da história* (2020); *Para que esse sonho do 25 de Abril viva sempre* (2022), ou seja, no sentido de prosseguir Abril como projeto de esperança.

## 4. Reflexões finais

Os discursos de comemoração de Abril, proferidos pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, exibem uma ampla valorização positiva da Revolução,

pois, além de exaltarem os ideais consagrados pela Revolução, elogiam o papel dos militares de Abril, de todos os presidentes anteriores e enaltecem o povo.

Essa valorização positiva do 25 de Abril que transparece dos discursos é enfatizada, relembrando a memória de factos históricos passados, nomeadamente do tempo da ditadura, sendo destacados os mais relevantes e que estão na génese da soberania e da independência da nação.

Ensaiámos comprovar como a construção da memória é tecida através de três categorias: da memória dos factos históricos, dos protagonistas e, por último, da memória individual, convocando factos autobiográficos e espelhando o estilo idiossincrático do "Presidente dos Afetos".

As estratégias discursivas que dominam nos discursos analisados concorrem para o "exercício do poder político presidencial" (Marques, 2014, p. 310), tendo sido destacadas, pela sua prevalência, a anáfora retórica, a pergunta retórica e a aforização.

A comparação diacrónica dos oito discursos do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa permite concluir que existe um fio condutor nos discursos da celebração de Abril, proferidos pelo Chefe de Estado, que seguem os padrões anteriormente assinalados, decorrendo estes não apenas das suas capacidades retóricas e oratórias, mas sobretudo pedagógicas. As *nuances* mais ou menos subtis ajustam-se não só aos momentos vivenciados em cada ano, mas também aos factos históricos que seleciona e que deseja evocar para avivar a *memoria*.

Em suma, o desempenho discursivo do presidente nos discursos de comemoração de Abril, embora exija a postura oficial de magistrado supremo da Nação, que discursa de um lugar marcadamente institucional, regido por regras protocolares fortemente ritualizadas – que cumpre com escrúpulo – patenteia, concomitantemente, a sua leitura pessoal da data comemorativa, ensaiando transmitir o seu vasto conhecimento histórico, através da escolha deliberada dos factos que deseja destacar e das pessoas que visa enaltecer, construindo uma imagem de guardião da memória coletiva e pessoal.

O presidente corrobora, assim, nos discursos analisados, a imagem de um chefe político que valoriza o passado e a memória, pois só um sólido conhecimento da história permite celebrar Abril e prosseguir, com orgulho e esperança, a construção da unidade nacional.

## Referências

Adam, J.-M. (1990). *Éléments de Linguistique Textuel*. Mardaga.

Amorim, F.G. (2021). *A Retórica dos Afetos: O caso do XX Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa*. Tese de Doutoramento em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade. ISCTE.

Amossy, R. (2012). *L'argumentation dans le discours*. Armand Colin.

Amossy, R. (2010). *La présentation de soi: Ethos et identité verbale*. Presses Universitaires de France.

Amossy, R. (2008). Dimension rationnelle et dimension affective de l'ethos. In M. Rinn, (dir.), *Émotions et discours: L'usage des passions dans la langue*, (113-125). Presses Universitaires de Rennes.

Angenot, M. (1992). *La Parole pamphlétaire*. Payot.

Barbeau, G. B. (2015). De l'appel à mobilisation à ses mécanismes sociodiscursifs: le cas des slogans écrits du printemps érable. A*rgumentation et Analyse du Discours [Online], 14*. http://journals.openedition.org/aad/1969. https://doi.org/10.4000/aad.1969

Bertrand, D., Dézé, A., & Missika, J.-L. (2007). *Parler pour gagner: Sémiotique des discours de la campagne présidentielle de 2007*. Presses de Sciences Po.

Bonhomme. M. (1998). *Les figures clés di discours*. Seuil.

Bonhomme, M., (2005). *Pragmatique des figures de style*. Champion.

Borillo, A. (1981). *Quelques aspects de la question rhétorique en français*. DRLAV 25.

Boussaguet, L., & Faucher, F. (2018). La construction des discours présidentiels post-attentats à l'épreuve du temps. *Mots. Les langages du politique*, *118*, 95-115. https://doi.org/10.4000/mots.23867

Brasart, P. (1994). Petites phrases et grands discours (Sur quelques problèmes de l'écoute du genre délibératif sous la Révolution française). *Mots. Les langages du politique, 40. Numéro thématique: Ecoutes, échos du politique*, 106-112.

Charaudeau, P. (1995). Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, v. 29, n. 117, 96-111.

Charaudeau, P. (2014). *Le discours politique: Les masques du pouvoir*. Lambert-Lucas.

Charaudeau, P. (2015). Le charisme comme condition du leadership politique. *Revue française des sciences de l'information et de la communication.* http://journals.openedition.org/rfsic/1597

Courtine, J.-J. (1981). L'analyse du discours politique. *Langages* 62. 9-128.

Courtine, J.-J. (1994). Le tissu de la mémoire: Quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. *Langages, 114, Mémoire, histoire, langage*, 5-12.

Cruzeiro, M. (2014). O 25 de Abril de 1974. Memória da Revolução e Revolução da Memória. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 2 (1), 25-34.

Denton Jr, R. (1980). The rhetorical functions of slogans: Classifications and characteristics. *Communication Quarterly,* 28 (2), 10-18.

Espírito Santo, P. (1997). *O Processo de Persuasão Política – Abordagem Sistémica da Persuasão com Referências ao Actual Sistema Político Português*. ISCSP.

Fleurdorge, D. (2001). *Les rituels du président de la République*. PUF.

Fontanier, P. (1968). *Les Figures du discours*. Flammarion.

Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Gallimard.

Gardes-Tamine, J. (1993). *La Grammaire 2 – Syntaxe*. Armand Colin.

Geneviève, B. B. (2015). De l'appel à mobilisation à ses mécanismes sociodiscursifs: le cas des slogans écrits du printemps érable. *Argumentation et Analyse du Discours*, *14*. https://doi.org/10.4000/aad.1969

Grunig, B.-N. (1990). *Les mots de la publicité. L'architecture du slogan*. Presses du CNRS.

Halbwachs, M. (1995) [1925]. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Mouton.

Halbwachs, M. (1997) [1950]. *La mémoire collective*. Albin Michel.

João, M.I. (2003). Memória e comemoração. *História Revista* 8 (2/3). https://revistas.ufg.br/historia/article/view/10474

Krieg-Planque, A. (2006). "Formules" et "lieux discursifs": propositions pour l'analyse du discours politique. *Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours*, *34*.

Krieg-Planque, A. (2009). *La notion de «formule» en analyse du discours: Cadre théorique et méthodologique*. Presses Universitaires de Franche-Comté.

Krieg-Planque, A. (2011). Les «petites phrases»: un objet pour l'analyse des discours politiques et médiatiques. *Communication & Langages, 168*, 23-41.

Krieg-Planque, A., & Ollivier-Yaniv, C. (2011). Les «petites phrases» en politique. *Communication & Langages, 168*.

Lacroix, B., & Lagroye, J. (1992). *Le président de la République: Usages et genèses d'une institution*. Presses de Sciences Po.

Le Goff, J. (1977). *Histoire et mémoire*. Gallimard.

Lehingue, P. (1992). La parole présidentielle: travail de codification et définition de poste. In B. Lacroix & J. Lagroye (Eds.), *Le président de la République: Usages et genèses d'une institution* (pp. 109-140). Presses de Sciences Po.

Lochard, G., & Boyer, H. (1998). *La communication médiatique*. Editions du Seuil.

Lopes, F. (Ed.) (2017). *O Presidente da República em notícia: análise do primeiro ano de Marcelo Rebelo de Sousa em Belém* [e-book].: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/221/showToc

Magri-Mourgues, V. (2015). L'anaphore rhétorique dans le discours politique. L'exemple de N. Sarkozy. *Semen, 38*. http://journals.openedition.org/semen/10319

Maingueneau, D. (2002). Problèmes d'*Ethos*. *Pratiques,* 113/114, 55-67.

Maingueneau, D. (2006). Les énoncés détachés dans la presse écrite. De la surassertion à l'aphorisation. *TRANEL*. *Travaux Neuchâtelois de linguistique, 44*, 107-120.

Maingueneau, D. (2010). L'énonciation aphorisante. In M. Iliescu, H. Siller-Rungaldier, & P. Danler (Eds.), *Actes du XXV° Congrès International de Linguistique et de Philologie romanes, tome V (pp.* 163-170). De Gruyter.

Maingueneau, D. (2011). Les "petites phrases": sur une petite phrase "de" Nicolas Sarkozy. Aphorisation et auctorialité. *Communication & langages, 168*, 43-56.

Maingueneau, D. (2012). *Les phrases sans texte*. Armand Colin.

Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril. *forma breve* 11. Universidade de Aveiro. 297-311.

Marques, M.A. (2016). Discours présidentiels au Portugal. Un regard pluridisciplinaire". *Mots. Les langages du politique,* 112, 125-132.

Marques, M.A. (2017). Approximation, force argumentative et déixis personnelle dans les discours politiques de commémoration. In M.H.A. Carreira & A. Teletin (ed.), *Travaux et Documents* 62 – *La déixis et son expression dans les langues romanes* (pp. 67-80): Université Paris 8.

Marques, M. A. (2018). Enunciação e referenciação. Os discursos de celebração de Abril. *REDIS Revista de Estudos do Discurso* 7, 121-140.

Matos, V. (2012). *Marcelo Rebelo de Sousa. Biografia*. Esfera dos Livros.

Molinero, C. (2006). Lugares de memoria y políticas de memoria. In F. Gómez (Ed.), *El Derecho a la Memoria* (pp. 298-306). Derechos Humanos, 5.

Molinié, G. (1986). *Éléments de stylistique française*. Presses Universitaires de France.

Mourão, A. F. (2017). *O poder da imagem mediática de Marcelo Rebelo de Sousa – O perfil de um candidato atípico*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa. http://hdl.handle.net/10071/15931

Nora, P. (1984). *Les lieux de mémoire*. Gallimard.

Nora, P. (1997). Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In P. Nora (Ed.), *Les lieux de mémoire* (p.24). Gallimard.

Pacheco, J. P. (2019). *A Influência das Sondagens na Intenção de Voto – Uma Análise da Eleição de Marcelo Rebelo de Sousa*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade do Minho.

Paveau, M-A. (2006). *Chapitre 3. Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition*. Presse Sorbonne Nouvelle. http://books.openedition.org/psn/735

Paveau, M.-A. (2006). La mémoire en discours. In M.-A. Paveau, *Les prédiscours: Sens, mémoire, cognition*. Presses Sorbonne Nouvelle. https://doi.org/10.4000/books.psn.735

Pires, R. P. (1987). *Os retornados: um estudo sociográfico*. IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Pires, R. P. (2003). *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Celta Editora.

Plantin, C. (2011). *Les bonnes raisons des émotions*. Peter Lang.

Possenti, S. (2011). Réflexions sur la mémoire discursive. *Argumentation et Analyse du Discours*, *7*. https://doi.org/10.4000/aad.1200

Prior, H. (2018). O *Pathos* na Comunicação Política: da política dos afectos ao Neuropoder. *Revista Rhêtorikê*, 5, 73-88.

Reboul, O. (1975). *Le slogan*. Complexe.

*Revista CRISTINA | Entrevista a Marcelo Rebelo Sousa*. (n.d.). Www.youtube.com. Retrieved April 8, 2024, from https://www.youtube.com/watch?v=kEdMurLo-kw

Ricœur, P. (2000). *Archéologie du savoir*. In P. Ricœur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Seuil.

Rinn, M. (2008). *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*. Presses Universitaires de Rennes.

Roukhomovsky, B. (2001). *Lire les formes brèves*. Armand Colin.

Sá Couto, S. (2019). *O Presidente Celebridade*. Tese de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais. Universidade do Porto. https://hdl.handle.net/10216/119125

Seara, I. R. (2019). "O Presidente é o fusível de segurança do sistema". Discurso de comemoração de mandato presidencial e diálogo subsequente. Construção do *ethos* de proximidade e de autoridade. In M. A. Marques & S. G. Sousa (orgs.), *Linguagens de Poder* (pp. 97-117). CEHUM/ Edições Húmus.

Sebastião, C. (2018). *Marcelo Rebelo de Sousa – O Presidente dos Afetos*. Paulus Editora.

Ramos, R. (2014) O discurso da liberdade na pós-revolução. Análise de um discurso comemorativo do 25 de Abril em 1977. *Forma breve*, n.º 11, 273-295.

Ramos, R. (2019) "Mário Soares: Discursos do Presidente Mário Soares nas comemorações do 25 de Abril (1986–1995)". M.A. Marques & X. M. Sán (eds), *Estudos atuais de linguística galego-portuguesa* (pp. 187-212). Ed. Laiovento.

Soares, S. (2019). *Para preencher o défice de esperança... um discurso de afetos – Análise retórico-discursiva e contrastiva dos discursos do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa e dos seus antecessores*. Dissertação de Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa, Universidade Aberta.

## Webgrafia

Página da Presidência da República Portuguesa: https://www.presidencia.pt/

# Discursos comemorativos do 25 de Abril pelo Presidente Mário Soares: o encontro entre Portugal e a sua história*

https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.3

**Rui Ramos****

* Uma primeira versão do presente estudo foi originariamente publicado em Ramos, 2019. O texto aqui apresentado constitui uma republicação desse original, com expansão e alterações pontuais. Agradeço à editora Laiovento a pronta anuência à sua integração neste volume.

** CIEC – CEHUM – Universidade do Minho. Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho), com a referência UIDB/00317/2020.

**Resumo:** Mário Soares exerceu o cargo de Presidente da República entre 1986 e 1995, tendo tido a oportunidade de pronunciar 10 discursos comemorativos do 25 de Abril ao longo dos seus dois mandatos. O presente estudo contextualiza e analisa os traços configuracionais mais relevantes desses discursos, do ponto de vista da Análise do Discurso. Em particular, focaliza a estrutura e o funcionamento dos títulos respetivos, as suas isotopias dominantes, os seus efeitos de discurso mais operativos e, no quadro da sua organização macroestrutural, a exortação final que eles realizam.

**Palavras-chave:** Mário Soares, 25 de Abril, discurso de comemoração, memória discursiva, exortação

"Éramos infelizmente uma terra de súbditos e não de cidadãos".

Mário Soares

## 1. Introdução

A investigadora Maria Aldina Marques (2014), num texto que dá conta de um dos seus estudos do discurso presidencial em Portugal, afirma que "a celebração do 25 de Abril, em sede de Assembleia da República, é um evento discursivo institucional que tem como momento central o discurso presidencial" (p. 297)[1]. De facto, o Presidente da República, no semipresidencial sistema político português, constitui um dos quatro órgãos da soberania (juntamente com a Assembleia da República, o governo e os tribunais), mas o seu poder não é executivo, é sobretudo de fiscalização do funcionamento dos restantes poderes e manifesta-se pela palavra – seja a palavra formal de ratificação ou rejeição dos diplomas emanados da Assembleia ou do governo, seja a palavra persuasiva e influenciadora dos contactos com os restantes órgãos de soberania ou o povo português.

Assim, o presidente exerce um poder que lhe é atribuído dominantemente pelo uso que faz da palavra / dos discursos, falando de um *lugar* institucional singular, que lhe confere uma autoridade formal e institucional, mas, porque exerce a sua magistratura num regime democrático, tem necessária e permanentemente de construir a sua autoridade ética, moral e política através de um fazer discursivo que lhe garanta aceitação, reconhecimento e adesão não só dos restantes poderes políticos, mas também (e, talvez, sobretudo) do povo.

Os momentos em que se dirige ao povo português, seja de forma direta, seja através dos seus representantes eleitos (os deputados da Assembleia da República), assumem particular relevo na construção da sua relação com os portugueses, ou da relação que se estabelecerá entre o povo e o seu primeiro magistrado.

1 Para a consulta de outros estudos da mesma autora acerca de discursos presidenciais, ver Marques, 2014, 2016, 2017 e 2018.

Assim, para o enquadramento da análise da figuração em causa, há que considerar uma imagem de si (um *ethos*) prévio, ou pré-discursivo, que o presidente projeta, e o *ethos* construído no e pelo discurso (Amossy, 1999, 2010)[2]. Da articulação dos dois resultará, em larga medida, a eficácia do seu discurso e, portanto, a eficácia e o poder da sua ação – sendo que, como é sabido, o Presidente Mário Soares[3], cujos discursos em sessões comemorativas do 25 de Abril constituem o objeto do presente estudo, assumiu o propósito e a estratégia de exercer uma *magistratura de influência*, fórmula que dá a ver a sua consciência de limitação de poder ao nível executivo, mas não a renúncia à "força da palavra / o poder do discurso" (para parafrasear Joaquim Fonseca, 1992, num estudo em que sublinha igualmente questões de *ethos* prévio e construído, ainda que prefira falar de "imagem pública que o locutor dá de si" e de "imagem construída no seu discurso").

Acrescenta Fonseca (1992) que os dados congregados em torno da enunciação e do enunciador, sejam prévios ou construídos no discurso, integram "um universo de saberes, uma enciclopédia, seguramente mais vasta, que o Locutor faz igualmente presidir, de imediato, à produção (e à esperada recepção-interpretação) do seu discurso" (p. 316). Lembra ainda que esta enciclopédia acolhe outros elementos, "nomeadamente o sistema de referências e avaliações que vai ser construído no discurso" (Fonseca 1992, p. 316). Para a presente análise, importa considerar, entre estas referências, as expectativas associadas ao tipo de discursos em causa – discursos de comemoração. De facto, há que sublinhar que os discursos do Presidente Mário Soares em análise são discursos de comemoração proferidos, na sua maioria, na Assembleia da República, em sucessivos aniversários da revolução de 25 de Abril de 1974 – em concreto, entre 1986 e 1995. Enquanto tal, são discursos enformados por dois tipos de contingências fundamentais:

a) por um lado, trata-se de discursos regidos por regras protocolares próprias, fortemente ritualizados em termos de género, tema, tempo de duração, formas de alocução, etc. Ainda que pertençam ao paradigma dos discursos refletidos, com uma génese escrita, destinam-se a ser apresentados oralmente;

2 Para uma análise dos mecanismos de construção dos *ethè* em discursos políticos em Portugal e no Brasil, ver Pita e Pinto, 2014.

3 Mário Soares (7/12/1924-7/1/2017) foi uma das figuras mais marcantes do regime democrático em Portugal. Antes de 1974, foi um dos fundadores do Partido Socialista e destacou-se como opositor ao regime ditatorial. Após o 25 de Abril, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro sem Pasta e Primeiro-Ministro em diversos governos e Presidente da República (1986–1995), entre outras funções políticas ao nível nacional e da União Europeia.

b) por outro lado, são discursos de comemoração, esperando-se que façam o elogio de feitos ou indivíduos tomados como *exemplares*, com as implicações de afirmação de valores e comportamentos (portanto, numa orientação retrospetiva) e de exortação (portanto, numa orientação prospetiva) que a evocação dos exemplos implica. As duas orientações temporais divergentes encontrar-se-ão associadas, respetivamente, a um macroato ilocutório assertivo e a um macroato ilocutório diretivo não impositivo de incitação.

Há ainda que assinalar que, de alguma forma, os discursos de comemoração desempenham também um papel autojustificativo, construindo a história na perspetiva dos detentores do poder, reorganizando a memória coletiva (Ramos, 2014). Ora, no início desta década de mandato presidencial, estavam ainda frescas as cicatrizes do processo de passagem da ditadura à democracia e, aquando do primeiro destes discursos, tinham decorrido menos de quatro meses desde que Portugal aderira formalmente à Comunidade Económica Europeia.

Quanto ao *ethos* prévio do locutor, assinale-se que Mário Soares é um dos mais notáveis pais da democracia portuguesa. Atribuam-se-lhe boas ou más decisões, não é possível ignorá-lo na escrita da história do regime democrático nacional. Desempenhou funções na oposição e no governo e, quando terminou os seus dois mandatos presidenciais, continuou a gozar de grande popularidade entre os portugueses. Dele ficou e fica uma imagem de lutador por ideais políticos e sociais, mas também a de bonomia, de empatia e de capacidade discursiva.

Hoje, à distância de três décadas do primeiro discurso, podemos fazer um exercício de explicitação das nossas próprias expectativas acerca da sua organização textual, dos seus objetivos pragmáticos e da construção dos seus objetos discursivos. E não seria completamente insensato esperar que estes discursos cantassem ainda com emoção recente o "dia inicial inteiro e limpo" que Sophia de Mello Breyner Andresen assim retratou. A análise, contudo, viria a revelar algo ligeiramente diferente, como se mostrará abaixo.

O reconhecimento da importância destes discursos parece justificar, então, a sua análise profunda e sistemática. Os instrumentos que dominamos (e que consideramos adequados a tal empresa) são os de uma abordagem discursiva, em rigor uma abordagem pragmático-enunciativa e, portanto, são esses que empregaremos no presente estudo.

## 2. Corpus e metodologia

O *corpus* de análise é constituído pelos discursos que o Presidente da República, Mário Soares, proferiu nas cerimónias de comemoração do 25 de Abril, durante os seus dois mandatos, ou seja, entre 1986 e 1995, tal como foram registados e se encontram disponíveis no arquivo da Biblioteca da Presidência da República.

A análise desses discursos assume-se como discursiva, portanto construída sobre uma abordagem qualitativa, dominantemente numa linha específica pragmático-enunciativa. Procura identificar as isotopias dominantes e os mecanismos discursivos que permitem construir um *ethos* que valide os macroatos ilocutórios realizados. Para o efeito, seleciona aspetos relevantes da construção dos discursos: os títulos respetivos, as isotopias mais relevantes e alguns efeitos de discurso mais produtivos.

## 3. Evidências

### 3.1. Os títulos

Todos os discursos, tal como foram registados e se encontram disponíveis no acervo da Biblioteca da Presidência da República, apresentam um título. Tenham-no ostentado desde a criação ou não, tenha ele sido anunciado no momento da respetiva alocução pública ou não, na leitura que hoje pode realizar-se, o título assume uma função cognitiva básica, um papel catafórico de anúncio do rumo discursivo do corpo do texto. Definindo o seu tópico geral, ou a linha de desenvolvimento mais saliente, o título constitui uma contextualização semântica preliminar e ativa um conjunto de pressupostos que, em conjunto com outras condições contextuais, balizarão a leitura do texto.

São os seguintes os títulos dos discursos em análise:

– 1986: Um futuro de esperança
– 1987: Um país de todos os portugueses
– 1988: Desenvolvimento ao serviço de todos
– 1989: Um país seguro da sua identidade
– 1990: Uma revolução precursora
– 1991: Não banalizar a revolução
– 1992: O 25 de Abril, a liberdade e o mar

– 1993: Fidelidade do 25 de Abril
– 1994: Uma revolução pioneira
– 1995: Uma visão atual da democracia

Como pode verificar-se, os discursos dos primeiros quatro anos do primeiro mandato não anunciam, no título respetivo, que celebram a revolução. Em vez disso, afirmam atitudes ou valores que o presidente parece querer partilhar com os portugueses (a esperança, a igualdade, o desenvolvimento, a identidade nacional). Só a partir do quinto discurso, o último do primeiro mandato, a revolução marca presença no título, para assim se manter até ao nono e voltar a desaparecer no décimo e último discurso.

Entre os títulos que remetem expressamente para a revolução, dois constituem aproximadamente uma paráfrase um do outro: "Uma revolução precursora" e "Uma revolução pioneira", respetivamente de 1990 e de 1994. Em ambos os casos, o semantismo dos adjetivos empregados incorpora uma orientação prospetiva, de anúncio de algo que se segue e uma configuração de um evento em larga medida em função do que se lhe seguiria, implicitamente evocando outros eventos de alguma forma associados, ou inscritos numa linha de coerência com o referenciado. E, se o adjetivo "precursora" não marca necessariamente uma avaliação positiva dos estados de coisas, seja dos explicitamente evocados pelo nome que constitui o núcleo do sintagma, seja dos implicitamente evocados pelo semantismo do adjetivo, no caso de "pioneira" parece haver obrigatoriamente uma avaliação positiva de uns e outros.

A avaliação positiva dos estados de coisas é identificável também no título do primeiro discurso, mas percorre-o um traço disfórico na sua avaliação do presente: se o futuro é de esperança, então será legítimo deduzir que o presente difere dos estados de coisas positivamente conotados e situados hipoteticamente num momento de tempo ainda não vivido. O título parece anunciar que o texto realizará, de alguma forma, um macroato ilocutório promissivo, em que o presidente assume adotar uma determinada atitude para trazer aos portugueses estados de coisas mais favoráveis do que os contemporâneos, ou um ato ilocutório expressivo de crença num futuro melhor, caso em que não haverá um compromisso do presidente com a realização de atos futuros. Os títulos do segundo e do terceiro discursos apresentam o traço comum de evocarem a igualdade entre os indivíduos: "Um país de todos os portugueses" (1987) e "Desenvolvimento ao serviço de todos [os portugueses]" (1988). Para além do valor da igualdade, um outro valor do ideário republicano e socialista (moderno e moderado)

subjaz a esta formulação: a valorização do indivíduo, em detrimento de uma eventual massificação pela valorização exclusiva do país, do Estado, da nação, da sociedade, do partido ou de ideais vagos. A par dele, e como já se manifestara no título do primeiro discurso, há um tom esperançoso e desenvolvimentista.

O título do quarto discurso, "Um país seguro da sua identidade" (1989), por seu lado, assume uma orientação presente-passado, fruto do semantismo de "identidade" (que remete para o que o país sente ser, construído sobre aquilo que foi). Além disso, parece anunciar mais a configuração do "país", do todo nacional, do que dos indivíduos. À semelhança do que acontece com o título do último discurso do primeiro mandato (de 1990), quatro dos títulos dos discursos do segundo mandato fazem referência explícita ao 25 de Abril (1991 a 1994). O primeiro deles, "Não banalizar a revolução", opera um ato ilocutório diretivo não impositivo de advertência e de crítica, pelo uso do advérbio "não" e pelo implícito por ele carreado. O ato ilocutório só será feliz se assumir, como condição prévia, que há alguém que banaliza, ou pretende banalizar, ou corre o risco de banalizar a revolução. A formulação com o verbo no infinitivo vale por realizar uma frase com verbo no imperativo e corresponde a um enunciado de valor diretivo, sendo parafraseável por "não banalizem a revolução". Ainda assim, e como assinala Marques (2014), a formulação adotada, apagando da superfície frásica o agente (neste caso, da "banalização"), permite a construção dos atos de advertência e de crítica sem destinatário identificado, preservando a imagem destes e, concomitantemente, reforçando a imagem de homem magnânimo associada ao locutor.

Este será, apesar dessas estratégias de mitigação, o título que manifesta mais visivelmente o atrito das relações sociais e políticas, já que os restantes tendem a ser mais consensuais ou de liderança global.

O título "Uma visão atual da democracia" (1995), encabeçando o último discurso comemorativo do 25 de Abril que Mário Soares proferiria como Presidente da República, anuncia uma visão retrospetiva e uma apresentação do estado de coisas, de alguma forma evocando o modelo da conclusão que reflete sobre o trabalho desenvolvido. A consciência de fim de ciclo poderá ter influenciado o que o presidente tinha a dizer aos portugueses e este título manifesta-o eloquentemente.

## 3.2. Isotopias dominantes nos discursos

### 3.2.1. A evocação dos valores

*a) O equilíbrio entre o Estado e o mercado*

Do *ethos* pré-discursivo de Mário Soares faz parte a sua história pessoal de vida, no que é relevante para aferir do perfil do Presidente da República: republicano assumido, agnóstico, opositor ao Estado Novo, defensor do regime democrático, cofundador e dirigente histórico do Partido Socialista. Contudo, longe de serem inflamadamente de esquerda e perturbadoramente fraturantes, os seus discursos defendem valores, assim como um tipo de organização social, razoavelmente pacíficos na sociedade portuguesa, inclusivamente para aqueles que se situam politicamente à sua direita – o que será coerente com o seu desejo expresso de assumir o papel de "presidente de todos os portugueses". Constrói, desta forma, um *ethos* de líder moderado e sensato, o que é favorável à intensificação e à extensificação do poder mobilizador da sua palavra.

Tal posicionamento é visível, por exemplo, na defesa da iniciativa privada e do direito à diferença, e do papel do Estado dominantemente com uma função de regulação, e não de coletivização da economia, de negação do individualismo ou de planificação social estrita:

> (1) Obviamente que o estado desempenha, numa sociedade moderna, funções próprias na regulação da economia, na proteção de empresas mais vulneráveis ou na promoção de projetos inovadores [...]. Mas não tem, quanto a mim, de se substituir à imaginação, ao espírito de empresa ou à livre iniciativa dos cidadãos, imprescindíveis para assegurar o progresso e a liberdade. (Mário Soares, 1986)

> (2) As sociedades modernas, culturalmente diversas, respeitadoras dos direitos individuais e das diferenças, traduzem a sua vitalidade na capacidade que revelam de tornar os seus membros sujeitos do seu próprio destino e da sua própria felicidade individual. Os cidadãos, para o serem completamente, têm de ser participantes activos e responsáveis pela vida da comunidade e solidários, ao mesmo tempo, com as nobres causas de além-fronteiras. (Mário Soares, 1987)

(3) Saibamos criar uma verdadeira sociedade de cidadãos, sem subserviência nem medo. Uma sociedade de livre iniciativa, concerteza [sic], mas impregnada por preocupações de justiça social. (Mário Soares, 1991)

No excerto (1), o "não" polémico que pontua o início da segunda frase convoca um outro enunciador, do qual o presidente se afasta explicitamente. Nesse processo, ele reconhece e recorda que há forças ou vozes (representadas por esse enunciador convocado para o discurso presidencial) na sociedade portuguesa e na política nacional que advogariam que o Estado deve substitui-se "à imaginação, ao espírito de empresa ou à livre iniciativa dos cidadãos". Negando tal possibilidade, assumindo inequivocamente que se trata da sua opinião através do mecanismo de alocação de opinião "quanto a mim", o presidente afasta-se das posições mais à esquerda no espectro político.

Contudo, defendendo a iniciativa privada e a economia de mercado, valores tipicamente de direita, Mário Soares não deixa de condenar o que mais modernamente é chamado "capitalismo selvagem", afirmando a necessidade de equilíbrio e justiça social, de proteção dos mais desfavorecidos – não só no final do excerto (3), mas também, por exemplo, nos seguintes:

(4) Não podemos [...] perder de vista que o indispensável desenvolvimento tem de ter uma verdadeira dimensão social – condição imprescindível de sucesso – [...] do mesmo passo que deve basear-se na solidariedade para com os portugueses mais pobres e menos preparados profissionalmente. (Mário Soares, 1988)

(5) Aos modelos cada vez mais questionados do economicismo, do monetarismo e do consumismo – que chegaram a ter grande voga nos anos oitenta – importa hoje sobrepor os ideais humanistas que estão no cerne da identidade e que são os únicos que podem dar um sentido de futuro ao projecto europeu, tornando-o uma referência universal. (Mário Soares, 1993)

(6) Não há desenvolvimento sustentado com exclusão social, marginalização dos imigrantes, enormes bolsas de pobreza e acentuadas assimetrias regionais. (Mário Soares, 1994)

*b) Um desenvolvimento sustentável*

O excerto (4), ao associar "desenvolvimento" a uma "verdadeira dimensão social", deixa adivinhar algo que o excerto (6) apresenta de modo explícito: a consonância entre o que Mário Soares anuncia e as propostas de um *desenvolvimento sustentável*. Esta fórmula foi cunhada pelo chamado Relatório Brundtland, em 1987, e adotada pela ONU, e articula as dimensões económica, social e ambiental naquilo que designa. Mário Soares evoca, no seu discurso de 1988, a questão da harmonização entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, ainda que não o faça nos termos típicos do Relatório Brundtland:

> (7) Urge, pois, que saibamos decifrar os novos sinais do tempo e que participemos activamente na defesa das grandes causas, as únicas capazes de mobilizar hoje a Humanidade: a paz, a preservação do ambiente, o equilíbrio paisagístico e urbano, a humanização da vida quotidiana, a defesa do património artístico e histórico, a qualidade de vida. (Mário Soares, 1988)

Mário Soares também usa uma fórmula ligeiramente diferente no excerto (6), recorrendo ao adjetivo "sustentado" em vez do original "sustentável", com as naturais diferenças semânticas associadas às duas formas[4].

O valor da preservação ambiental, explicitamente inscrita no quadro do desenvolvimento sustentável ou não, emerge igualmente nos discursos de 1989, 1990, 1991, 1993 e 1994.

*c) A proteção dos mais fragilizados*

Retomando o excerto (4) e a exortação à defesa dos "portugueses mais pobres e menos preparados profissionalmente", há que assinalar que é exatamente na sequência de um segmento em que defende a proteção dos mais desfavorecidos que Mário Soares cita, de alguma forma inesperadamente (tendo em conta o seu *ethos* prévio), o Papa João Paulo II:

> (8) É essa, aliás, a preocupação expressa apelo Papa João Paulo II, na sua Carta-Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, ao afirmar que «a

4 Esta variação de fórmula é frequente no discurso político português. Para a sua análise, assim como para a análise mais alargada da interdiscursividade entre discurso ambiental e o discurso político no cenário da vida pública portuguesa, ver Ramos (2017).

> solidariedade é o caminho para o desenvolvimento» e que «a solidariedade ajuda-nos a ver o *outro* – pessoa, povo ou nação – não como instrumento qualquer, de que se exploram, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, abandonando-o quando já não serve; mas, sim, como nosso-semelhante». (Mário Soares, 1988)

Ainda assim, a citação, apesar do uso de aspas, não é rigorosa no retomar do texto original, ligeiramente diferente; e, sobretudo, ignora a conclusão à qual o parágrafo citado conduz na encíclica papal: "a importância de despertar a *consciência religiosa* dos homens e dos povos" (João Paulo II, 1987). Neste aspeto, o discurso de Mário Soares poderia ser acusado de ser manipulativo.

*d) Os valores republicanos*

Na "*religião" republicana e laica* soarista, outros valores marcam o discurso do presidente. Entre os mais recorrentes, contam-se os valores da República e é mesmo feita evocação explícita da Revolução Francesa, apontada como precursora da revolução portuguesa:

> (9) O 25 de Abril terá sido, porventura, das derradeiras revoluções europeias de um ciclo iniciado há 200 anos com a grande Revolução Francesa. Também ele foi feito em nome da liberdade, da igualdade, da fraternidade e do inalienável direito dos homens a tornarem-se cidadãos e a decidirem sobre o seu destino colectivo, como Nação. (Mário Soares, 1989)

O termo "cidadão", com todo o historial que convoca, é frequente nos discursos do presidente, e os valores herdados da Revolução Francesa, com matizes atuais, são evocados em todos os discursos. Destes usos do lexema "cidadão", vale a pena reter o seguinte:

> (10) Éramos infelizmente uma terra de súbditos e não de cidadãos. (Mário Soares, 1987)

Neste segmento, o contraste entre o semantismo de "súbdito", submisso, dependente, devedor de obediência, e o de "cidadão", indivíduo ativa e voluntariamente participante num grupo, pleno de direitos e responsabilidades individuais, senhor do seu destino, apresenta-se altamente produtivo na

construção da ideia de contraste entre o Estado Novo e o regime democrático. O paralelismo entre o regime monárquico francês, onde de facto existiam súbditos, e a ditadura portuguesa, assim como entre a República de cidadãos e a democracia, é evidente.

Habitualmente, dois dos ideais-chave da Revolução Francesa encontram-se expressamente presentes (liberdade e igualdade) e um deles, a fraternidade, é substituído nas alocuções presidenciais pelo seu quase sinónimo *solidariedade*:

> (11) *A República moderna* que estamos a construir desde o 25 de Abril assenta na liberdade, no desenvolvimento, na igualdade de direitos e de oportunidades, na justiça social, no direito à diferença, no reconhecimento da qualidade e do mérito e na solidariedade para com os mais pobres e esquecidos. (Mário Soares, 1988)

> (12) Liberdade, igualdade, segurança, prosperidade, concórdia nacional e bem-estar são princípios e objectivos que só poderemos salvaguardar e alcançar no quadro de uma democracia desenvolvida. (Mário Soares, 1989)

> (13) Temos urgentemente de regressar à honradez republicana e à disciplina das virtudes cívicas no cumprimento das funções públicas, que devem ser das mais nobres e dignificadas da vida colectiva. (Mário Soares, 1995)

Os valores evocados por Mário Soares são, assim, pacíficos e transversais à sociedade portuguesa. A sua afirmação ganha a capacidade de afirmar o presidente como representante legítimo de todos os portugueses e reforça intensamente a imagem de estadista que se espera encontrar associada ao Presidente da República.

### 3.2.2. A preservação da memória

Os primeiros discursos em análise fazem a evocação da revolução, aparentemente sem que o presidente sinta a necessidade de a descrever nos seus passos históricos – o locutor limita-se a evocar breve e economicamente os acontecimentos e a sublinhar o seu valor simbólico, político e social. Chega até a afirmar que o 25 de Abril está vivo e dispensaria mesmo os rituais:

(14) A mais grata afirmação que se pode fazer, neste dia em que se cumprem catorze anos sobre o reencontro de Portugal com a Liberdade, é a de que o 25 de Abril não é uma efeméride do passado, que careça de ser ressuscitada ritualmente em cada aniversário, mas antes um ideal que se mantém vivo e actuante na consciência dos Portugueses e a que a grande maioria continua indelevelmente fiel. (Mário Soares, 1988)

Contudo, com o passar do tempo, em particular nos discursos do segundo mandato e dirigindo-se especialmente aos jovens, o presidente assume a necessidade de lhes transmitir o conhecimento do que representou o 25 de Abril e, de alguma forma, de os fazer comungar da energia libertadora e criativa que a revolução representou, para que os seus ideais sejam adotados pelas novas gerações:

(15) Aos jovens que, entretanto, nasceram não lhes foi dado, naturalmente, viver a intensidade desse tempo. É nosso dever transmitir-lhes o testemunho da nossa experiência, dar-lhes a conhecer o significado do 25 de Abril, ensinar-lhes como a força criadora da liberdade transformou Portugal e nos permitiu ultrapassar tantos momentos difíceis. (Mário Soares, 1993)

A diferença cronológica entre os discursos de onde os dois últimos excertos foram retirados é de cinco anos e a mudança de avaliação dos estados de coisas é notória. Há, assim, uma perceção de que é necessário preservar a memória, para que perdure e as vitórias da liberdade não se percam na voragem do tempo. Naturalmente, qualquer evocação da história constitui, afinal, uma reescrita, uma interpretação mais ou menos pessoal.

A evocação do 25 de Abril elaborada pelo presidente constitui, antes de mais, uma oportunidade de viver, no presente, as possibilidades que a revolução criou e focalizar o futuro, e não uma lamúria nostálgica dos dias de efervescência revolucionária:

(16) É por isso que tenho sempre defendido que as comemorações do 25 de Abril, dia da liberdade, deveriam ter um carácter fundamentalmente prospectivo – e não passadista – voltando-se resolutamente para a invenção do futuro. (Mário Soares, 1990)

(17) Esta é, quanto a mim, a mais sólida garantia de que as celebrações não terão um caráter passadista, mas, pelo contrário,

> constituem a plena demostração de que o espírito do 25 de Abril está vivo. (Mário Soares, 1994)

Ainda quanto à preservação da memória, é do passado coletivo e de uma certa ideia de grandeza e vocação universalista que Mário Soares fala sempre que perspetiva a identidade nacional. Não se alonga em elaborações sobre o passado histórico, antes faz alusões muito breves, dando a ver as coisas e os seus estados como partilhados com o alocutário:

> (18) A nossa vocação universalista, que sempre nos singularizou, ao longo dos séculos, confere-nos uma especial responsabilidade num mundo que não tem alternativa para além da paz. (Mário Soares, 1987)

> (19) Creio, sinceramente, que Portugal, fiel à sua vocação humanista e ao universalismo da sua cultura, saberá estar, neste tempo decisivo, à altura do seu destino nacional e do importante papel que lhe cabe no mundo moderno. (Mário Soares, 1988)

> (20) [...] que faz de Portugal – nação multissecular, pioneira na descoberta do vasto mundo – um interlocutor hoje indispensável. (Mário Soares,1989)

Em ambos os casos – seja evocando os acontecimentos diretamente associados ao 25 de Abril de 1974, seja aludindo a eventos ou ao período histórico para os quais remete uma certa memória construída de grandeza nacional – o presidente edifica uma imagem de guardião da memória e da identidade coletiva, estratégia fundamental para a aquisição da credibilidade que lhe permitirá realizar os múltiplos atos ilocutórios de exortação dirigidos aos portugueses, de apelo à coragem e à tenacidade no enfrentar dos desafios do futuro.

### 3.2.3. A exortação aos portugueses

Em todos os discursos, a modalidade deôntica, associada ao verbo *dever* ou a outros recursos com valor semelhante (por exemplo, através das opções lexicais do enunciador), marca a sua presença com evidência. Verifica-se, nomeadamente, numa sistemática exortação dirigida aos portugueses, em particular aos jovens. Como foi referido acima, estes são frequentemente configurados como alocutários preferenciais no discurso presidencial, ou seja, são diretamente referenciados. Não só com a justificação já assinalada

(dar-lhes a conhecer os valores que nortearam o 25 de Abril, partilhar com eles a experiência que os mais velhos testemunham, tanto da opressão e da vergonha durante o Estado Novo, como da liberdade e do orgulho de construir uma sociedade nova durante o período democrático), mas também de forma menos linear: a eles o presidente associa frequentemente a educação, a ciência e a cultura, numa espécie de deslizamento conceptual:

(21) Nesse sentido, torna-se urgente fazer um esforço formidável na educação e na formação profissional da nossa juventude, apostando a fundo na investigação científica e tecnológica e abrindo grandes espaços, nas nossas preocupações quotidianas, à plena criatividade e à inovação. Com efeito, a inovação e a participação terão de ser opostas ao conformismo e à passividade, que vêm de longe; e a criatividade e o pluralismo, à imitação e ao seguidismo amorfo. Trata-se de criar um estado de espírito colectivo especialmente entre as jovens gerações, que ultrapasse clivagens ideológicas e se consubstancie num verdadeiro projecto nacional. (Mário Soares, 1986)

(22) Temos de nos saber elevar à altura das grandes preocupações e desígnios do momento histórico de viragem que vivemos. [...]. De apostar nos jovens, na sua educação e formação profissional e cívica. De dar à Cultura e à Ciência – sem hesitações – o lugar ímpar a que têm direito. (Mário Soares, 1993)

(23) A valorização da gente portuguesa continua a ser o primeiro e o mais decisivo desses combates. Devemos, por isso, apostar na educação, na ciência, na cultura, na formação profissional. (Mário Soares 1994)

Desta forma, no discurso presidencial, compõem o mesmo *frame* os jovens, a educação, a ciência e a cultura. Estas podem ser vistas como dissociadas, e eventualmente estabelecendo laços de complementaridade com outros âmbitos da sociedade – por exemplo, a ciência pode ser, e é frequentemente, associada à economia, à competitividade, às empresas e ao mundo do trabalho. Mas, aparentemente, não será tanto assim no discurso presidencial, marcado por valores mais humanistas do que economicistas (ainda que haja alguns discursos do presidente onde esta associação é feita). E a própria formação não se restringe à competencialização técnica dos indivíduos, mas integra uma dimensão "cívica" ou ética.

E, como sociedade, "torna-se urgente", "temos de" ou "devemos" satisfazer esses imperativos de educação e formação dos jovens, respondendo adequadamente aos desafios da democracia, do desenvolvimento, do momento histórico que se vive. O uso frequente da primeira pessoa do plural inclusivo, assumidamente "eu + tu", congrega na mesma pessoa verbal o locutor e os alocutários, atenuando a força impositiva dos atos ilocutórios diretivos, na medida em que o locutor também assume para si o encargo de cumprir o conteúdo proposicional dos enunciados que concretizam o ato diretivo.

Por outro lado, a exortação à ação deixa de ser justificada pela "simples" vontade do presidente, para ser sustentada em algo que transcende o desejo individual, uma espécie de missão ontológica, republicana e democrática, indelevelmente marcada por uma orientação prospetiva e otimista, como prospetiva e otimista é a expectativa que decorre da formação dos jovens. Esta estratégia credibiliza o locutor, que deixa de falar em nome de si mesmo, para passar a falar em nome desse imperativo que transcende o indivíduo, correspondente ao bem comum.

## 3.3. Efeitos de discurso

### 3.3.1. Estratégias de aproximação ao alocutário

*a) O uso do "nós" inclusivo*

O uso insistente do "nós" inclusivo constitui uma estratégia de aproximação ao alocutário. Marques (2014) afirma que esta estratégia no discurso presidencial permite a construção de uma imagem de solidariedade e lembra que foi Mário Soares que usou como marca de campanha afirmar-se "o presidente de todos os portugueses".

Este plural congregador surge desde o primeiro discurso do presidente e manifesta-se em todos eles. Para além do que é identificável nos excertos acima, podemos recortar os seguintes, a título de exemplo:

> (24) Creio que nenhum outro quadro é mais adequado a essa celebração do que a Assembleia da República, sede da representação nacional e centro vital da nossa democracia. [...].
> Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que para Portugal começou o futuro – um futuro que queremos de liberdade. (Mário Soares, 1986)

(25) O tempo que vivemos apresenta-se incerto. Após as grandes transformações que o Mundo sofreu no final da década de oitenta, ainda não conseguimos um novo equilíbrio internacional. (Mário Soares, 1992)

*b) A criação de empatia*

No excerto (25), a crítica operada ("ainda não conseguimos") inclui o locutor entre os criticados, contemplando, portanto, aquela uma dimensão de autocrítica, o que colabora na criação de um *ethos* de seriedade e integridade, ao mesmo tempo que convoca a imagem de um homem honesto e franco – caraterísticas que o autorizam na realização do ato ilocutório de crítica.

A aproximação ao alocutário manifesta-se igualmente na expressão de emoção e de empatia. Mesmo mantendo o seu estatuto e o seu espaço formal e institucional, o presidente manifesta-se homem, mostra preferências, assume erros, irmana-se com os portugueses. O segmento apresentado em (25), acima, assumindo um relativo insucesso, contribui para a criação desse efeito. Outros podem ser exemplificados pelos excertos seguintes:

(26) A todos os que tornaram possível o Portugal de hoje, livre e democrático, dirijo, como Presidente da República, uma saudação calorosa e sentida. (Mário Soares, 1989)

(27) [...] soubemos, entretanto, salvaguardar o valor essencial do relacionamento fraterno com as nações africanas que falam a nossa língua, com as quais – e com o nosso tão querido Brasil – estamos a construir, perseverantemente, uma verdadeira Comunidade de língua, de culturas e de afectos. (Mário Soares, 1990)

(28) Sou, como sabem, assumidamente, um homem do 25 de Abril e por isso vos posso falar com inteira franqueza: temo que esta celebração ritual, cada ano repetida, longe de despertar na juventude interesse e curiosidade por um maior conhecimento e pelo estudo do que foi realmente – e do que ainda hoje representa – essa manhã heróica da nossa libertação, como Nação, contribua, por assim dizer, para banalizar a Revolução, tornando-a desinteressante e incompreensível aos olhos dos mais jovens. (Mário Soares, 1991)

Nestes exemplos, como em muitos outros que os discursos guardam, a emoção pode ser ou não verdadeira, a autocrítica sentida ou puramente retórica, as confissões sinceras ou forjadas. Mas o que é relevante é que a materialidade linguística mostra esses recursos e eles operam no discurso, construindo o *ethos* do enunciador.

*c) A evocação da memória interdiscursiva*

Finalmente, um outro mecanismo de aproximação ao alocutário reside na evocação de algumas frases feitas e de lugares-comuns, ou de outros enunciadores mais ou menos reconhecidos que constituem garantia de partilha de experiências, interdiscursos, cumplicidades. O presidente cita, de forma por vezes pouco rigorosa mas suficientemente alusiva, outras enunciações, supostamente reconhecíveis pelo alocutário, potenciando a partilha e a proximidade, e favorecendo a adesão daquele aos pontos de vista e à orientação argumentativa do discurso:

(29) Um grande filósofo contemporâneo enunciou como objetivos essenciais do estado democrático: «reduzir a infelicidade ao mínimo» e «elevar ao máximo a liberdade de as pessoas viverem como desejam». (Mário Soares, 1986)

(30) Esses momentos irrepetíveis [...] foram fixados para sempre pela arte da grande Vieira da Silva em cartazes que correram mundo, proclamando: «a poesia está na rua», síntese admirável de um acontecimento histórico imperecível: o advento da liberdade para um povo dela privado há quase cinquenta anos. (Mário Soares, 1987)

(31) Mas se é verdade que a história – como ensinou alguém – «é um processo em constante movimento com um horizonte em expansão, caracterizado pela novidade e pela criação incessante», havemos de reconhecer que o 25 de Abril foi fértil em movimento. (Mário Soares, 1989)

(32) Parafraseando um grande estadista americano – o Presidente Kennedy –, diria aos Portugueses: não perguntem o que o vosso país pode fazer por vós, perguntem o que todos vós podeis fazer pelo vosso país; não perguntem o que a Europa vai fazer por nós, perguntem o que nós, cidadãos portugueses e europeus,

podemos fazer por Portugal integrado numa Europa capaz de se tornar, cada vez mais, a vanguarda da liberdade, do progresso e do bem-estar. (Mário Soares, 1989)

(33) Ao comemorar o Dia da Liberdade, convido os portugueses a lançarem um olhar retrospectivo, até 1974, por forma a recuperarem a energia criadora desse dia memorável, em que, como então se disse, «a poesia estava na rua»! (Mário Soares, 1993).

O efeito conseguido passará pelo reconhecimento de ideias prévias partilhadas (nomeadamente, através de frases feitas e lugares-comuns), de um espaço de confluência entre o (novo) discurso do locutor e as (velhas) ideias do alocutário. Esse será um passo fundamental para a aceitação das ideias do locutor que, aparentemente, emergem de forma natural e coerente, eventualmente incontornável, de um conjunto de valores e práticas tidos como incontestáveis.

### 3.3.2. Os contrastes

O discurso de Mário Soares apresenta um outro artifício retórico que consiste na enumeração de pares antonímicos, eficaz para conseguir obter um efeito de intensificação de realidades contrastantes e, assim, reforçar o dramatismo, estratégia fortemente operativa na busca de adesão do alocutário à retórica inerente do discurso:

(34) Ao medo que paralisa devemos responder com a acção que confia. Aos reflexos de isolamento e exclusão com a solidariedade – essa ternura dos povos, como alguém disse – e com generosidade. Ao autoritarismo com o aprofundamento da democracia. À arrogância com o diálogo e a humildade democrática. (Mário Soares, 1993)

Em alguns outros casos, a oposição não decorre de enumerações, mas a justaposição de ideias contrastantes, pelo uso de estruturas frásicas complexas com relações adversativas/concessivas:

(35) Integrados hoje no Grupo dos países mais desenvolvidos e de maior bem-estar, embora tenhamos a consciência clara de que, entre eles, somos dos mais pobres e carenciados [...]. (Mário Soares, 1991)

(36) O Mundo mudou muito, desde então. É certo. O passado, de tanto se esfumar, parece confuso. Caíram impérios, desagregaram-se Estados multinacionais, alteraram-se as relações de força no plano internacional, certos mitos, antes dominantes, gastaram-se inexoravelmente. Como certas palavras e algumas ideias. Mas justamente porque vivemos num mundo em acelerada transformação, convulso, desorientado e inseguro, quanto ao futuro, é cada vez mais importante para um Estado-Nação como Portugal, com um alto sentido da sua identidade e da sua história, manter e aprofundar os valores da democracia, do respeito pelos outros, do pluralismo e da participação cívica. (Mário Soares, 1992)

(37) Temos muitos problemas pela frente e grandes dificuldades a vencer. Mas a verdade é que constituímos um país *em movimento,* com rumo definido, dotado de energia criadora, com gente boa e dinâmica, com capacidade de inovação, que pretende afirmar-se em todos os domínios. (Mário Soares, 1992)

Nos casos exemplificados, a junção ou o alinhamento de realidades contrastantes conferem o dramatismo que potencia a adesão emocional do alocutário, o que mostra que a retórica inerente ao discurso presidencial está longe de ser fria e racional, mas que se socorre, igualmente, da mobilização das emoções do ouvinte/leitor. Não se centra, então, na argumentação, mas na persuasão[5].

### 3.3.3. A emergência da oralidade

O discurso de Mário Soares, apesar de se configurar como discurso refletido e de ter uma génese escrita, destina-se originariamente a ser veiculado no modo oral. E inscreve-se na tradição da oratória parlamentar, vivendo (tanto no polo da produção, quanto no polo da receção) da palavra dita. Não será de estranhar, portanto, que manifeste a emergência de marcas de oralidade – não as inúmeras falhas, as reformulações, as pausas vazias ou preenchidas, os bordões que habitam o nosso discurso espontâneo e oral, mas as estruturas paralelísticas ou as repetições, por exemplo, que conferem ritmo, marcam o relevo de cada tópico ou permitem a memorização de

5 Para a análise linguística do jogo entre argumentação e persuasão no discurso presidencial (no caso, do Estado Novo), veja-se Aguiar, 2017.

determinados segmentos ou ideias-chave. Os excertos seguintes ilustram algumas dessas estratégias:

(38) A todos os que tornaram possível o Portugal de hoje, livre e democrático, dirijo, como Presidente da República, uma saudação calorosa e sentida. A todos eles é devida homenagem. Aos jovens e corajosos «capitães de Abril», que derrubaram a mais velha ditadura da Europa. Aos resistentes, que nunca vacilaram perante a repressão e sempre acreditaram no restabelecimento da democracia. Ao Povo anónimo, que nunca aceitou a ditadura e que durante tantos anos sofreu a opressão, na sombra e no silêncio, mas sempre inconformado, e que na Primavera de 1974 veio espontaneamente para a rua aclamar, de travos [sic] na mão, a liberdade reconquistada. A todos aqueles, enfim, que, ao longo destes 15 anos, que hoje se completam, contribuíram para a construção e consolidação da sociedade democrática, aberta, tolerante e pluralista em que hoje vivemos. (Mário Soares, 1989)

(39) É verdade que subsistem, em Portugal [...] enormes desigualdades e significativas manchas de pobreza. [...].
É verdade que, tal como em muitas outras zonas do globo, conhecemos as ameaças de um desenvolvimento urbano e industrial não controlado [...].
É verdade, também, que a economia portuguesa sofre ainda de uma grande vulnerabilidade estrutural [...].
É verdade, finalmente, que ainda não conseguimos vencer, apesar dos esforços desenvolvidos, a decisiva batalha da educação, da investigação científica e da cultura. (Mário Soares, 1989)

Em ambos os casos, é possível identificar, no texto escrito, um ritmo de elocução, e é fácil seguir a estruturação do discurso, apesar da frase longa, estabelecendo os elos coesivos necessários, mesmo entre itens consideravelmente afastados entre si na organização textual; ou perceber a lógica da repetição, que permite ao ouvinte evocar a informação guardada na memória e mesmo antecipar parte do discurso, o que manifesta o seu envolvimento no processo comunicativo como parte ativa.

## 3.4. A organização macroestrutural dos discursos: o incitamento final

Todos os discursos, sem exceção, terminam num crescendo emotivo, numa apoteose que realiza um ato ilocutório diretivo não impositivo de exortação / incitamento. Em nove dos dez casos, os verbos com valor imperativo são conjugados num plural que inclui o enunciador, congregando todos os portugueses junto ao seu primeiro magistrado para vencer os desafios do futuro. Mário Soares assume um papel de líder, de um líder que se move pelas mais nobre causas e é guiado pelos mais elevados padrões éticos e morais. As linhas de desenvolvimento dos discursos conduzem necessariamente a estes momentos de grande efeito retórico, marcados pela esperança e pela configuração eufórica dos portugueses, dos seus feitos passados, da sua identidade e das suas possibilidades de sucesso futuro. Servem de exemplo os parágrafos finais do primeiro e do último dos discursos analisados:

> (40) O legado inestimável do 25 de Abril foi abrir-nos de par em par as portas do futuro, facultando a todos, e sobretudo aos jovens, a responsabilidade e o gosto de ser português. Temos hoje tudo nas nossas mãos. Moldemos o destino. A liberdade, o desafio, a inovação, a aventura, o risco – saibamos vivê-los solidariamente e em responsabilidade. (Mário Soares, 1986)

> (41) Invocando o 25 de Abril, mas a pensar no futuro, dirijo-me a todos os portugueses – através de vós, Senhores Deputados, seus legítimos representantes – incitando-os a que continuem e aprofundem o combate por um Portugal mais livre, mais solidário e mais justo. Não há nada mais nobre e mais gratificante do que lutar por um ideal, desinteressadamente. (Mário Soares, 1995)

Nos dois casos que servem de exemplo, a alusão explícita ao 25 de Abril serve para lançar um olhar prospetivo e otimista, configurando a revolução como passo inicial de uma caminhada feliz. Os valores defendidos pelo presidente estão presentes de forma direta e indireta, sinteticamente apresentados e evocados. E essa evocação colabora na construção do *ethos* presidencial, como referência primeira da ação política e da construção de uma sociedade livre, de homens livres. Os discursos de Mário Soares terminam, então, com atos ilocutórios diretivos não impositivos, o que pode levar a entendê-los, na sua globalidade, como realizando, efetivamente, macroatos ilocutórios deste tipo, que se sobrepõem a outros atos secundários ou locais.

## 4. Notas finais

De forma breve, pode afirmar-se que os discursos comemorativos do 25 de Abril de 1974 do Presidente Mário Soares são discursos persuasivos, fortemente marcados por modalidade deôntica. O enunciador usa um conjunto de argumentos que se repetem em cada nova enunciação, mas também o apelo à emoção, com estratégias várias para envolver afetivamente o seu alocutário.

A modalidade deôntica e os atos ilocutórios diretivos realizados encontram fundamento e justificação nos valores partilhados na sociedade portuguesa – a liberdade, a igualdade, a solidariedade, o humanismo, a livre iniciativa, o direito à propriedade privada. Mário Soares assume-se como defensor desses valores, que associa estreitamente ao 25 de Abril. Do seu ponto de vista, são valores progressistas, pelos quais vale a pena lutar, e que poderão tornar a sociedade nacional mais justa e próspera. São valores de que os portugueses se podem orgulhar, que os harmonizam com o resto do mundo "civilizado".

Assim, os discursos presidenciais constroem uma visão otimista do Portugal democrático, otimismo alicerçado no modelo político e social que a liberdade veio permitir. Tal otimismo não se esgota no presente, mas tem uma orientação prospetiva forte, o que é compatível com o sentimento de esperança no futuro – no que os portugueses conseguirão fazer no futuro, mais próximo ou mais longínquo. Ainda que sejam discursos de comemoração (e, portanto, tipicamente virados para o passado), a sua orientação prospetiva é forte e operante na construção das suas linhas de desenvolvimento.

Acresce que a referida visão otimista, resultante dos valores adotados e das práticas políticas e sociais vigentes, contrasta violentamente com os estados de coisas anteriores à revolução, e brevemente evocados nos discursos do presidente. Sem esses valores progressistas e com práticas políticas e sociais repressoras, sem liberdade, sem igualdade, sem humanidade, não seria possível ter esperança no futuro, não seria possível ter a ambição de construir um país que reconciliasse os portugueses com a sua história feita e a fazer. Encontra-se aqui, portanto, uma justificação para a realização da revolução – ou mesmo a expressão implícita da necessidade imperiosa de uma revolução.

É esta visão dos estados de coisas que justifica a presença sistemática de um grupo de destinatários bem recortado nos discursos presidenciais – os

jovens. Em larga medida, a rememoração do 25 de Abril destina-se a eles, como oportunidade pedagógica, para lembrar e ensinar o seu valor e os seus ideais, mas também a referida orientação prospetiva e programática, como incremento e louvor da ambição de construir um futuro de esperança.

Nos discursos em análise, o enunciador constrói para si uma imagem de homem equilibrado, sensato, com forte sentido ético, consciente dos problemas, mas com esperança de os ultrapassar. A consciência dos problemas, manifestada no seu elencar, contribui para alcançar a necessária credibilização/autorização para realizar atos diretivos não impositivos de exortação à ação. A afirmação da esperança e a partilha das dificuldades e dos ideais com os portugueses, com os quais se irmana sistematicamente, dão-lhe o estatuto de líder. E assim, pela palavra pública, Mário Soares reforça a sua legitimidade para exercer o mandato de Presidente.

## *Referências*

Aguiar, M. (2017). Manipulação nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo: estratégias discursivas e manipulatórias. *REDIS: Revista de Estudos do Discurs*o, 6, 12-36. Disponível em http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15717.pdf

Amossy, R. (1999). *Images de soi dans le discours*. Delachaux et Niesté.

Amossy, R. (2010). *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Presses Universitaires de France.

Fonseca, J. (1992). *'Elogio do sucesso'*: a força da palavra / o poder do discurso. In *Linguística e Texto/ Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação* (pp. 315-375). Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Universidade de Nice.

João Paulo II (1987). Carta Enc. *Sollicitudo Rei Socialis* (30 de dezembro de 1987). Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html

Marques, M. A. (2014). *Palavra de Presidente*: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril. *Forma Breve*, 11, 297-311.

Marques, M. A. (2016). Discours présidentiels au Portugal. Un regard pluridisciplinaire. *Mots. Les langages du politique*, 112 *(Discours présidentiels et de présidentielles),* 125-132. Disponível em https://journals.openedition.org/mots/22534#xd_co_f=ZTQzY2Q1YjYtNTU5Yi00ZDg3LTg4YzctNmFhZmUxMDg2N2Mx~org%2f22534"http://mots.revues.org/22534

Marques, M. A. (2017). Approximation, force argumentative et deixis personnelle dans les discours politiques de commémoration. In Carreira, M. H. & Teletin, A. (Eds.), *Travaux et documents, 62 (La déixis et son expression dans les langues romanes)* (pp. 67-80). Université Paris 8.

Marques, M. A. (2018). Enunciação e referenciação. Os discursos de celebração de Abril. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso,* 7, 122-143. Disponível em http://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/5210

Pita, S. & Pinto, R. (2014). Construção dos ethè em discursos políticos em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso, 3*, 126-154. Disponível em http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12966.pdf

Ramos, R. (2014). O discurso da liberdade na pós-revolução. Análise de um discurso comemorativo do 25 de Abril em 1977. *Forma Breve*, 11, 273-295.

Ramos, R. (2017). O interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem, 3*(2), 69-84.

Ramos, R. (2019). Discursos do Presidente Mário Soares nas comemorações do 25 de Abril (1986-1995). In Marques, M. A. & Sánchez Rei, X. M. (Eds.), *Estudos atuais de linguística galego--portuguesa* (pp. 185-210). Edicións Laiovento.

# Vagueza, força argumentativa e dêixis pessoal nos discursos políticos presidenciais de comemoração de Abril*

https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.4

**Maria Aldina Marques****

* Este texto, com alterações pontuais, foi inicialmente publicado na série *Travaux et Documents* 62, *La déixis et son expression dans les langues romanes*, publicada pela Universidade de Paris 8, a quem agradeço, nas pessoas do seu atual coordenador, Professor Doutor Camillo Faverzani, e da então coordenadora, Professora Doutora Maria Helena Araújo Carreira, a pronta anuência à sua integração na presente publicação.

** ELACH – CEHUM. Universidade do Minho. Investigação financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020 https://doi.org/10.54499/UIDB/00305/2020.

**Resumo:** Os discursos presidenciais de comemoração de Abril são discursos de influência. São um exercício de autoridade para apresentar ao Parlamento e ao país a visão do presidente sobre a revolução, sobre o passado de Portugal como nação entre as nações, mas também sobre o seu futuro político, económico e social, que antevê e deseja ver cumprido. Neste quadro político e discursivo, centrámo-nos na análise da dêixis pessoal e da sua força argumentativa, a partir da manifestação discursiva, nomeadamente, de usos categorizados como aproximativos ou vagos. Os dados para análise fazem parte de um *corpus* de discursos presidenciais de celebração do 25 de Abril (até ao centenário da República), de que foram selecionados os primeiros discursos proferidos por cada um dos quatro presidentes da República envolvidos neste evento discursivo de comemoração nacional.

**Palavras-chave:** argumentação, dêixis, discursos de celebração, usos aproximativos

A grande arma de um Presidente é a palavra.

Manuel Alegre, *Manifesto eleitoral*

## 1. Introdução

A comemoração da revolução de 25 de Abril de 1974 é um acontecimento político e social simbólico, onde o Presidente da República desempenha um papel estratégico em termos de funções e poderes presidenciais. De facto, o presidente faz a gestão da memória coletiva, d*o espírito de Abril*, reafirmando a coesão nacional, mas faz também passar a sua agenda política, objetivo que é, até, explicitamente assumido pelo Presidente da República Jorge Sampaio, no último discurso do seu mandato (1). Aí, a escolha da expressão "Sempre pretendi" com valor aspetual frequentativo sublinha a sistematicidade do propósito presidencial. Por sua vez, o excerto (2) particulariza um aspeto dessa agenda, agora da responsabilidade do Presidente Cavaco Silva.

(1) *Sempre pretendi, com as mensagens* que, anualmente, aqui deixei, *ajudar à construção de um país à altura da esperança que o 25 de Abril trouxe aos portugueses*. (Jorge Sampaio, 2005)

(2) Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Não quero limitar-me ao diagnóstico. *Quero apelar a uma intervenção mais ampla e mais coerente* naquilo que, mais do que uma soma de dramas individuais, é – e deve ser – um peso na nossa consciência colectiva.
*Quero propor um compromisso cívico, um compromisso para a inclusão social*. (Cavaco Silva, 2006)

Em consequência, deve ser sublinhado que os discursos presidenciais de comemoração são de modo fundamental discursos de influência, no sentido em que são exercícios de autoridade presidencial, que apresentam ao Parlamento e ao país o pensamento do presidente sobre a Revolução, marco histórico agregador do evento, sobre o passado de Portugal, mas de modo central sobre o futuro político, económico e social do país.

Neste quadro político e discursivo, debruçámo-nos sobre a questão da dêixis pessoal e, em particular, sobre a referência aos participantes no ato de enunciação, isto é, no discurso e pelo discurso. Pretendemos analisar este processo de referenciação, marcado pela (in)determinação dos referentes discursivos, pela natureza polilogal do acontecimento discursivo e pela situação comunicativa dos participantes.

A indeterminação, ou vagueza, ou aproximação, como iremos referir abaixo, é uma característica das línguas em uso. A linguística da frase, no seguimento da chamada gramática tradicional, tem abordado e tratado esta questão, mas apenas no quadro de análise do sujeito sintático (Raposo 2020, p. 2477-2479). A abordagem que aqui fazemos é mais ampla e tem o discurso como unidade de análise, dado que vai além da unidade frásica, e está ancorada num quadro teórico enunciativo e discursivo[1].

Como refere Bazzanella (2011, p. 21), "There are several reasons for resorting to indeterminacy in language". Três das razões apontadas para a sua ocorrência são claramente de natureza pragmático-discursiva; decorrem da escolha do locutor "motivated by subjective reasons (that is, one could be precise, but actually is not; […]), or by communicative goals […], or by interactants' relationship with the speaker […]" (Bazzanella, 2011, p. 22)[2].

A *indeterminação* é, contudo, uma noção teórica nem sempre clara, pelas ligações que diferentes investigadores estabelecem entre termos e noções afins. Aproximação, indeterminação, imprecisão ou vagueza ora são considerados sinónimos ora noções próximas, mas diversas, de que dão conta trabalhos como os de Vigara Tauste (1966); López Díaz (2003); Bazzanella (2011); Voghera (2013), entre outros. O excerto abaixo sublinha essa diversidade conceptual e terminológica:

> *The boundaries of indeterminacy are fuzzy and difficult to fix*, both for the fluidity of the trait itself, and for the variety of labels that have been used; "vague language" (Channel 1994, Cutting 2007), "loose talk" (Mihatsch 2007), 'approximate/imprecise expressions' (or 'approximation', 'imprecision' cf. Wachtel 1989) will be considered here as possible synonyms of linguistic indeterminacy. (Bazzanella, 2011, p. 24)

1 Em português Europeu, deve salientar-se, num quadro de análise pragmático-discursiva, os textos de Carapinha (2005a e 2005b) sobre discurso jurídico e vagueza.

2 Encontra-se já em Powell (1985) a referência a uma dimensão avaliativa de expressões quantificadoras aproximativas.

Como Bazzanella, usaremos os diferentes termos como sinónimos. Propomos estudar a dêixis pessoal e a sua força argumentativa a partir da manifestação discursiva de usos que caracterizámos como *vagos, imprecisos, indeterminados* ou *aproximativos*.

Inseparável do conceito de polissemia, ou polifuncionalidade, das unidades linguísticas, a dêixis marcada por valores aproximativos dá conta da plasticidade dos valores referenciais dos deíticos em contexto e, sobretudo, de um estratégico posicionamento avaliativo assumido pelo locutor.

Dadas as limitações institucionais do regime semipresidencial português em que o presidente não tem poder executivo ou legislativo, e reconhecendo, também, que o modo como o presidente se mostra e se autodesigna nos discursos de comemoração nacional é uma estratégia central para a construção da sua mensagem política[3], colocamos como hipóteses de trabalho que os pronomes deíticos *eu, nós, se*, entre precisão e imprecisão, são mecanismos linguísticos ao serviço da construção de uma estratégia discursiva de (des)inscrição gradativa da voz do locutor, com valores argumentativos fortes. Neste quadro político-discursivo, a dêixis pessoal assume valores aproximativos, de indeterminação referencial, regulados pragmaticamente.

Assim, estabelecemos como objetivo global da nossa investigação determinar os efeitos de sentido decorrentes do uso das formas pronominais *eu, nós* e *se*, nos discursos políticos comemorativos do 25 de Abril. De modo específico, propomo-nos:

1. Identificar os contextos de ocorrência dos pronomes *eu, nós, se*;

2. Determinar os valores da autodesignação presidencial associados aos diferentes pronomes pessoais;

2. Analisar as relações entre *eu, nós* e *se* com base na noção gradativa de aproximação ou vagueza;

4. Determinar os mecanismos de regulação contextual do valor de aproximação dos pronomes deíticos.

3 A importância da autodesignação dos locutores nos discursos políticos, e nos discursos em geral, está presente nos textos de Zupnik (1994), Carreira (2004), Marques (2000) e Lorda-Mur (2005).

5. Mostrar a importância da indeterminação referencial da dêixis pessoal e respetiva força argumentativa nos discursos políticos de comemoração de Abril.

## 2. Quadro teórico e metodológico

Ao focarmos o funcionamento discursivo da dêixis, fazemo-lo usando uma abordagem enunciativa e discursiva tal como tem sido desenvolvida por investigadores como Benveniste (1974), Kerbrat-Orecchioni (1980), Ducrot (1984), Fonseca (1996), Rabatel (2001, 2019), Moirand (2005), entre outros. Enquanto categoria deítica, os pronomes pessoais são, como refere Kerbrat-Orecchioni (1980), factos enunciativos, isto é, são marcas linguísticas da presença do locutor no seu discurso. Fazer a análise segundo uma perspetiva discursiva implica considerarmos estas unidades microlinguísticas menos "pour elles-mêmes, que pour le rôle qu' elles sont amenées à jouer dans le cadre global de la textualité." (Micheli & Pahud, 2012, p. 89). Da indeterminação do sujeito sintático, estudado pela sintaxe, passamos, portanto, à análise da construção da dêixis como estratégia discursiva de identificação aproximada das vozes do discurso. Finalmente, o conceito de género discursivo é fundamental para a presente análise como princípio de pesquisa e categorização de modos de dizer historicamente situados, que influenciam a construção discursiva (Bakhtine, 1984, Adam, 2005).

### 2.1. Vagueza, argumentação e dêixis

Segundo Desmarchelier (2005, parag 34), "les outils de la *déixis* et les instances du discours [...] je / nous / vous, [...] constituent les premiers indices de l'orientation énonciative du texte". Esta orientação enunciativa tem consequências ao nível da argumentação, tal como a concebe Amossy (2000), nomeadamente através da construção aproximativa da referenciação[4] deítica. Ainda que o valor deítico pessoal prototípico seja um valor preciso, um valor deítico determinado, característico de deíticos pessoais como a 1.ªp/sg, e que está presente nos discursos em análise, há todo um conjunto de meios para tornar estrategicamente vago um uso deítico num enunciado. Importa realçar que essa plasticidade enunciativa é comum a todas as formas deíticas, incluindo a forma de 1.ªp/sg (Marques, 2000, 2014; Duarte & Marques, 2014). Na análise realizada, consideramos a questão da dêixis na relação com a aproximação ou indeterminação como uma estratégia de

4 Sobre referenciação cf., por exemplo, Mondada e Dubois (1995) e Cavalcante (2003).

referenciação, ou melhor, de indeterminação da referenciação. Seguimos a proposta básica e ampla de López Díaz (2003), que considera que "... a indeterminação baseia-se na falta de informação em situações em que os elementos em falta são impossíveis de detetar referencialmente" (p. 420), para, na análise, determinar as razões das escolhas feitas pelos presidentes da República. Daí termos assumido que o uso e a interpretação dos deíticos são regulados pragmaticamente. Dado este enquadramento teórico, a análise da dêixis nos discursos presidenciais de celebração de Abril assenta na valorização do contexto geral, em particular do género de discurso, dos papéis sociais e comunicativos dos participantes e do cotexto linguístico.

### 2.1.1. Constituição e características do corpus analisado

Os dados da nossa análise fazem parte do *corpus* constituído pelos discursos presidenciais de comemoração do 25 de Abril. De 1977, data da primeira comemoração da revolução até 2011, centenário da implantação da República Portuguesa, há um total de 32 discursos. Durante este período, os quatro Presidentes, António Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio e Aníbal Cavaco Silva, pronunciaram, respetivamente, 8 discursos (± 22 637 palavras), 8 discursos (± 13,623 palavras), 10 discursos (± 40 065 palavras) e 6 discursos (± 11 771 palavras). São discursos que se inserem num evento discursivo mais amplo, a sessão solene que se realiza no Parlamento, e onde participam outros oradores.

Trabalhámos, especificamente, com um *subcorpus* composto pelos primeiros discursos dos quatro Presidentes da República eleitos entre 1977 e 2006. A tabela abaixo resume os dados relativos aos quatro presidentes, seus discursos e o número de palavras por discurso:

Tabela I – Total de palavras dos discursos presidenciais analisados

| | 1977 | 1986 | 1996 | 2006 | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|
| António Ramalho Eanes | 2072 | | | | |
| Mário Soares | | 2302 | | | |
| Jorge Sampaio | | | 2877 | | |
| Aníbal Cavaco Silva | | | | 2274 | |
| | | | | | **9255** |

Fonte: elaboração própria

Os dados da tabela mostram uma relativa homogeneidade em termos da quantidade de palavras por discurso; são discursos relativamente breves,

dada a complexidade, e ritualização, da cerimónia e o número de oradores envolvidos. De facto, para além do Presidente da República, que encerra as comemorações, intervêm os líderes das bancadas parlamentares e o Presidente da Assembleia da República.

## 3. Eu, nós, se. Referenciação, aproximação, argumentação e dêixis nos discursos de comemoração de Abril

Interessam-nos as categorias *eu, nós, se*[5] enquanto factos enunciativos que representam vozes discursivas, especificamente um locutor singular ou um locutor coletivo. Em português, em situações de comunicação formal, de registo formal, em que ocorrem discursos previamente escritos e depois oralizados, é principalmente a forma verbal que marca a dêixis pessoal, mais do que a coocorrência de pronome + forma verbal, exceto no que concerne ao pronome *se*, que deve ser sempre explicitado. Os exemplos (3), (4) e (5) extraídos do primeiro discurso de comemoração ilustram estes usos.

(3) *Somos* uma geração de sacrifício: Quantos de *nós*, em busca do pão ou por força do dever, *abandonámos* a terra e a família, o País e os amigos para voltar, tantos anos depois, marcados pelos encontros da morte, da violência, da injustiça?! (Ramalho Eanes, 1977)

(4) Mas não *sou eu* o único português que assumiu compromissos com a Nação. Porque *recuso* demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades. (Ramalho Eanes, 1977)

(5) Na ausência de ordenamento legal, todos os dias *se assiste* a conflitos que, em rigor, têm de ser encarados como sabotagem económica. (Ramalho Eanes, 1977)

A simples quantificação das ocorrências nos quatro discursos presidenciais fornece informações interessantes, que reunimos na Tabela II, de que se

5 Consideramos que *se* pode ter valores dêiticos (os únicos que aqui são pertinentes), embora esteja sujeito a várias categorizações. Na *Gramática do Português*, de Raposo *et al.*, por exemplo, *se* é designado quer como pronome reflexo de terceira pessoa (2013, p. 458), quer como pronome átono de 3.ª pessoa (2013, p. 445) quer como se impessoal (2013, p. 446). De qualquer forma, para a análise agora realizada, importa que é um mecanismo linguístico ao serviço da construção de uma voz discursiva.

destaca o facto de *nós* ser a escolha preferida de todos os presidentes, com exceção do Presidente Jorge Sampaio, que opta em primeiro lugar pelo uso da forma de 1.ªp/sg.

Tabela II – Formas deíticas de pessoa nos discursos presidenciais

| | EU / forma verbal | NÓS / forma verbal | SE + forma verbal |
|---|---|---|---|
| António Ramalho Eanes | 5 | 29 | 8 |
| Mário Soares | 4 | 30 | 1 |
| Jorge Sampaio | 21 | 14 | 6 |
| Aníbal Cavaco Silva | 13 | 33 | 1 |

Fonte: elaboração própria

Na leitura dos dados, torna-se saliente que os presidentes optam, maioritariamente, por falar em nome de um coletivo. Apesar de o Presidente Jorge Sampaio preferir a forma de 1.ªp/sg, a diferença face às ocorrências da 1.ªp/pl é quantitativamente pequena.

É expectável que a origem desta voz plural predominante, dado que se trata de um discurso de comemoração nacional, seja o povo português, um grupo em que o locutor se integra. No entanto, é necessário considerar as escolhas enunciativas e os contextos de ocorrência para identificar essas particularidades e os seus efeitos discursivos.

## 3.1. Eu: evocar a legitimidade para fortalecer a convicção e a credibilidade

A análise das ocorrências de *eu* evidencia um valor preciso, marcando sempre a voz do locutor/enunciador (L/E) (Rabatel, 2019). Os contextos de ocorrência permitem identificar três valores, tendo em conta o estatuto político do presidente, o significado dos verbos escolhidos e o conteúdo temático do enunciado declarativo:

(a) O primeiro valor de *eu* evidencia a legitimidade política e institucional dos Presidentes, na referência explícita à cerimónia de tomada de posse presidencial, como ato de compromisso ("jurei garantir"):

(6) Em 14 de Julho do ano passado *jurei, neste mesmo lugar, garantir condições de existência de um Estado de direito democrático*. (Ramalho Eanes, 1977)

(b) O segundo valor afirma as convicções dos Presidentes, em torno de temas centrais como a democracia e a liberdade. Em (7) e (8), verbos de opinião ("creio"), sintagmas verbais com valor compromissivo ("não hesitarei") e a retoma de discursos anteriores ("disse e hoje repito") são marcas deste posicionamento assumido:

(7) *Creio* que nenhum outro quadro é mais adequado a essa celebração do que a Assembleia da República, sede da representação nacional e centro vital da nossa democracia, que – como uma vez *já disse e hoje repito* – todos os democratas têm o dever irrecusável de prestigiar. (Mário Soares, 1986)

(8) *Não hesitarei em tomar as medidas* necessárias e correctas *que assegurem a viabilidade da Nação* como sociedade livre onde valha a pena viver. (Ramalho Eanes, 1977)

(c) O terceiro valor que o uso de *eu* evidencia afirma a credibilidade – e autoridade – dos presidentes. O respeito das responsabilidades e compromissos assumidos perante Portugal são mostrados, em (9), no uso de estruturas predicativas como "recuso demitir-me das responsabilidades" e "é meu dever exigir". O locutor mostra-se como exemplo e constrói um *ethos* de liderança num quadro de democracia:

(9) Mas não sou eu o único português que assumiu compromissos com a Nação. Porque *recuso demitir-me das responsabilidades* que o povo português colocou sobre os meus ombros, *é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades*. (Ramalho Eanes, 1977)

Os presidentes estão empenhados em construir um posicionamento discursivo que conjuga, por um lado, a legitimidade institucional conferida pelo cargo que ocupam e, por outro lado, uma dimensão pessoal de credibilidade, que fortaleça a autoridade das suas palavras, e que é fundamental para a sua imagem e os seus desígnios (Charaudeau, 2005; Marques, 2014). O recurso à forma deítica de primeira pessoa faz parte dessa estratégia argumentativa.

### 3.1.2. Nós: indeterminar o compromisso (e a responsabilidade) com o enunciado e a enunciação

É a deslocação do centro deítico de *eu* para *nós* que caracteriza a construção enunciativa dos discursos presidenciais, em concordância, aliás, com a função do presidente, garante da coesão nacional. Através do uso do pronome de 1.ªp/pl, ocorre uma desinscrição enunciativa do locutor, mais ou menos evidente na superfície discursiva dependendo dos contextos linguísticos. Este procedimento discursivo preserva a sua imagem, amalgamada a uma comunidade difícil de delimitar com precisão. Sobressaem três categorias, tendo em conta o processo de referenciação em curso que apoia a interpretação dos deíticos:

(a) *Nós, o povo*

O presidente fala em nome do povo (10), mas também em nome próprio. Num contexto de assertividade não modalizada, a indeterminação agrega e identifica as convicções e os desígnios presidenciais com as crenças e desejos que ele atribui ao povo (11), materializados no ato exortativo final "sejamos, orgulhosamente, portugueses":

> (10) *Vivemos* hoje numa sociedade aberta, responsável, pacífica, de incontestável vitalidade democrática, onde as instituições funcionam com normalidade. (Mário Soares, 1986)

> (11) Portugal e os Portugueses não são estrangeiros em nenhuma parte do mundo. Vencidos os estigmas do ostracismo a que *estivemos sujeitos* durante tantas décadas, restaurada a dignidade e o *nosso* próprio prestígio externo, tendo hoje uma presença e uma voz indiscutíveis na comunidade internacional, recuperados os valores da liberdade e da tolerância, que identificam a cultura humanista e o universalismo português, *sejamos*, orgulhosamente, portugueses. (Mário Soares, 1986)

(b) *Nós, os políticos*

Nestes usos, trata-se sobretudo do apelo a uma classe política dirigente, empenhada no processo de democratização do país. Em (12), os compromissos assumidos no passado sustentam a exortação presidencial:

(12) Os compromissos que *firmámos com o povo* que a todos elegeu impõem que *reflictamos* nas responsabilidades, como esse mesmo povo crescentemente reclama. (Ramalho Eanes, 1977)

(c) *Nós, os outros*

*Nós* representa, neste contexto, um grupo com contornos indefinidos. Dado que, no exemplo (13), o presidente está a falar de deputados (Esta Assembleia da República) e que realiza um ato de censura, este *nós* é na verdade um vós, ou seja, os destinatários primeiros, a individualizar do conjunto dos alocutários/destinatários com funções parlamentares:

(13) Esta Assembleia da República recebeu do povo o encargo de traduzir os ideais da Revolução na realidade concreta do dia-a-dia dos cidadãos. *Não podemos continuar a iludir o futuro com base nas frustrações do passado*. (Ramalho Eanes, 1977)

Esta estratégia repete-se para apoiar atos de censura e divergências do presidente relativamente a outras instituições, políticas, mediáticas, ou, mesmo, em relação à sempre vaga opinião pública, e particularmente aos partidos políticos. É na indefinição dos limites referenciais de *nós* que reside esta plasticidade na interpretação. Cabe ao alocutário, se o desejar, identificar quem integra este *nós* grupal:

(14) *Somos continuamente confrontados* com a máxima «é preciso *adaptarmo-nos*», como se não houvesse escolhas, nem alternativas: como se só houvesse uma solução possível. (Jorge Sampaio, 1996)

(15) Um futuro de progresso e de bem-estar está ao nosso alcance e depende fundamentalmente de cada um de nós, porque a todos estão abertas iguais possibilidades de intervenção na sociedade e no Estado. Nesse aspecto, não *aceitamos* exclusões nem discriminações ou desculpas, sejam de que natureza forem. *Temos* o dever nacional de não deixar perder a oportunidade que se nos oferece. (Mário Soares, 1986)

São estratégias comunicativas de mitigação de atos ameaçadores da face (FTA), que preservam as imagens dos participantes no evento discursivo e as relações institucionais. A falta de precisão na interpretação referencial permite ao presidente posicionar-se contra os deputados, os partidos ou

o governo, ou ainda setores da sociedade civil, sem pôr em risco a coesão nacional, ou a colaboração entre os órgãos institucionais.

### 3.1.3. Se: um enunciador coletivo em contextos de negatividade

*Se* é, prototipicamente, um pronome da não-pessoa, mas o seu caráter indeterminado permite outros usos deíticos. É então equivalente a *nós* inclusivo ou mesmo a *eu*.

Nos discursos comemorativos presidenciais, o pronome *se* é raramente utilizado, contrariamente à nossa hipótese. Só Ramalho Eanes é a exceção. O contexto político é fundamental para compreender este afastamento. À época, existia uma forte tensão, bem conhecida dos portugueses, entre o presidente e o parlamento. Portanto, são críticas graves aos adversários que ele apaga sob esta designação, como em (16), mas que o contexto linguístico de negatividade (*agitação e desrespeito pelas leis; violar os preceitos)* aliada à polarização de espaços *(lá fora vs aqui/nesta Assembleia*) põe em relevo:

> (16) Não *se* pode ser democrata *nesta Assembleia* e fomentar *lá fora* a *agitação* e o *desrespeito* das leis.
> Aplausos do PS, PSD, CDS e PCP.
> Não *se* pode *violar lá fora* os *preceitos* que *aqui se* votam. (Ramalho Eanes, 1977)

Neste excerto, opacifica-se a identificação referencial da voz coletiva, em particular, a integração ou exclusão do alocutário. *se* está em vez de "vós, alguns dos partidos com assento no parlamento". É um ato indireto de culpabilização. Os aplausos dos 4 partidos políticos são importantes para a compreensão dos processos interpretativos em curso, pois sinalizam a adesão explícita às palavras do presidente, ao PDV veiculado, enquanto se demarcam da responsabilidade por um hipotético envolvimento em movimentos conspirativos. Importa, no entanto, sublinhar que a composição do parlamento na altura expõe os destinatários visados pelo locutor.

A plasticidade do pronome *se* aproxima-o de outros usos de *nós*, nomeadamente quando faz referência ao povo português, ou aos democratas em geral, incluindo o próprio locutor-presidente. Em (17), o tópico em curso, apelando à solidariedade nacional, numa sociedade competitiva, mas inclusiva, sustenta o processo inferencial de delimitação do grupo.

(17) Assumir como desígnio colectivo a protecção dos que vão resvalando, lenta e invisivelmente, para a margem de *uma sociedade que se quer competitiva e dinâmica, mas também justa e inclusiva*. (Cavaco Silva, 2006)

Seja qual for o caso, o destinatário identifica o referente discursivo que mais lhe convém e, em consequência, opta, ou não, por fazer parte do grupo. Esta é a eficácia dos usos aproximativos de referenciação deítica, que a interação entre *eu, nós, se,* num mesmo enunciado, reforça e complexifica.

(18) Se o *conseguirmos*, *seremos* dignos do reconhecimento de uma memória futura. É essa a *minha* ambição. (Cavaco Silva, 2006)

(19) Não *se* é livre, sem mais. É-*se* livre para pensar e agir, para fazer alguma coisa. Livre para fazer o que a liberdade *nos* permite, nas *nossas* vidas pessoais, na profissão que *escolhemos*, nos projectos que *ambicionamos* levar a cabo, no País que *sonhamos* e *queremos* construir. (Cavaco Silva, 2007)

A escolha de um pronome deítico constrói e mostra um posicionamento avaliativo do locutor. Para os presidentes, trata-se de preservar a face, de serem credíveis e exercerem o poder.

Quase paradoxalmente, a indeterminação referencial dos deíticos analisados faz emergir uma voz assertiva, genérica, naturalizada, acima da opacidade dos efeitos discursivos do apagamento enunciativo operado pelo uso dos deíticos. Além disso, essas diferentes categorias são estratégicas para o locutor se autodesignar, tomando-se como objeto do discurso. E, por isso, a força assertiva das declarações reverte a favor da imagem do presidente.

## 4. Conclusão

O que caracteriza e liga as ocorrências das formas de dêixis pessoal, EU, NÓS, SE é a construção de imagens de autoridade e de credibilidade dos presidentes da República Portuguesa.

EU mostra um presidente explicitamente assertivo e credível, que se posiciona perante o evento comemorado, perante o povo e perante as instituições de governo. NÓS e SE, ao contrário, obscurecem esse posicionamento em benefício das vozes coletivas que o locutor gere estrategicamente. Os pronomes analisados, num *continuum* de valores deíticos, determinam

os modos de presença do locutor, ou seja, do presidente, no seu discurso, em relação aos outros, sejam eles participantes presentes, ou ausentes, no espaço físico da interação discursiva em curso. A estratégia de indeterminação do referente discursivo permite que o locutor se apague para melhor dizer, e convencer.

No que diz respeito aos participantes no evento discursivo, vemos a importância de uma categorização aproximativa:

1. no apagamento da voz do locutor, diluída num grupo de vozes de limites difusos;

2. na ocultação do alocutário como voz enunciadora e destinatária de atos de crítica;

3. no dinamismo da imagem presidencial, de um locutor responsável por esta "multiplication de sources énonçantes" (Rabatel, 2004, p. 19).

Expressar-se por meio de uma referenciação aproximativa é colocar-se em segundo plano para melhor impor a sua agenda; trata-se, na verdade, de construir uma posição alta (legítima), mas não ameaçadora.

O locutor mostra no seu discurso vozes diferentes da sua, vozes de autoridade (o povo é soberano), vozes mais ou menos solidárias, e também vozes dissonantes, que critica de forma velada, quer porque o presidente é o garante da unidade nacional, quer porque, no regime semipresidencial português, não tendo poderes legislativos nem executivos, é nos discursos e pelos discursos que impõe a sua voz.

Não esgotámos, nestes usos, a análise dos modos de presença do locutor no seu discurso. Importa, por isso, dar continuidade a estes estudos, na consideração, nomeadamente, de outros mecanismos linguístico-discursivos presentes.

## Referências

Adam, J.-M. (2005). *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours.* Armand Colin.

Alegre, M. (2011). *Manifesto eleitoral*. http://www.manuelalegre.com/302000/1/001485,000001/index.htm.

Amossy, R. (2000). *L'argumentation dans le discours*. Nathan.

Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. Gallimard

Bazzanella, C. (2011). Indeterminacy in dialogue. *Language and Dialogue* 1 (1), 21-43.

Benveniste, E. (1974). *Problèmes de linguistique générale*, 2. Gallimard.

Carapinha, C. (2005a). Vagueness and judicial argumentation. In F. Oliveira & I. M. Duarte (orgs), *Da língua e do discurso* (pp. 563-577). Campo das Letras.

Carapinha, C. (2005b). *Contributos para a análise da linguagem jurídica e da interacção verbal na sala de audiências* (tese de doutoramento). Universidade de Coimbra.

Cavalcante, M. *et al* (eds). (2003). *Referenciação*. Ed. Contexto.

Carreira, M. H. (2004). Les formes allocutives du portugais européen : évolutions, valeurs et fonctionnements discursifs. *In*: F. Blanco & J. Amenos (eds.), *Coloquio pronombres de segunda persona y formas de tratamiento en las lenguas de Europa*. Instituto Cervantes. http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf.

Charaudeau, P. (2005). *Le Discours politique. Les masques du pouvoir*. Vuibert.

Desmarchelier, D. (2005). Le sens du texte : entre opacité statistique et transparence énonciative. *Corpus* 4 http://corpus.revues.org/372

Duarte, I. M., & Marques, M. A. (2014). As formas pronominais EU / TU – valor genérico e distanciação. *Revista Galega de Filoloxía* 15, 69-85. https://doi.org/10.17979/rgf.2014.15.0.3626.

Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit. Ed*. Minuit.

Fonseca, F. I. (1996). Deixis e Pragmática Linguística. In I. H. Faria et al. (org.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (pp. 437-445 ). Caminho.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. A. Colin.

Lorda Mur, C. (2005). La désignation des acteurs dans un discours de justification : Jacques Chirac et le conflit de l'Irak. *Marges Linguistiques 9,* 232-241.

Lopez Diaz, M. (2003). La parole approximative. *Verba* 30, 411-430. http://hdl.handle.net/10347/3408

Marques, M. A. (2000). *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar – a organização enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo*. CEHUM – Universidade do Minho.

Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril. *forma breve* 11, Universidade de Aveiro, 297-311. https://doi.org/10.34624/fb.v0i11.5416.

Micheli, R., & Pahud, S. (2012). Options épistémologiques et méthodologiques de l'analyse textuelle des discours : l'exemple d'un corpus de slogans politiques. *Langage et Société*, 89-101. https://doi.org/10.3917/ls.140.0089

Moirand, S. (2005). Le dialogisme, entre problématiques énonciatives et théories discursives. *Cahiers de praxématique* 43, 189-220. https://doi.org/10.4000/praxematique.1853

Mondada, L., Dubois, D. (1995). Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. T*ranel (Travaux Neuchâtelois de Linguistique) 23*, 273-302.

Powell, M. J. (1985). Purposive vagueness: An evaluative dimension of vague quantifying expressions. *Journal of Linguistics* 21, 31-50.

Rabatel, A. (2001). La valeur de «on» pronom indéfini/pronom personnel dans les perceptions représentées. *L'information grammaticale*, 88, 28-32. https://doi.org/10.3406/igram.2001.2726

Rabatel, A. (2004). Stratégies d'effacement énonciatif et posture de surénonciation dans le Dictionnaire philosophique de Comte-Sponville. *Langages 156*, 18-33. https://doi.org/10.3917/lang.156.0018

Rabatel, A. (2019). Énonciateurs Premiers, Seconds, Points de Vue, Modalité et Intentionnalité aux Défis de l'Interprétation. *Recherches en Langue et Littérature Françaises* Vol. 13, 23, 165-188

Raposo, E. (2020). Concordância Verbal. In Raposo, E., Nascimento, M. F., Mota, M. A., Seguro, L., & Mendes, A. (orgs), *Gramática do Português (pp. 2425-2495)*. Fundação C. Gulbenkian.

Viollet, C. (1988). Mais qui est-on ? Etude linguistique des valeurs de on dans un corpus oral. *Linx 18*, 67–75. https://www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1988_num_18_1_1093

Vigara Tauste, A. (1966). Espanol coloquial. Expresion del sentido por aproximacion. In T. Kotshi, W. Oesterreicher & K. Zimmermann (eds.), *El Español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica* (pp. 15-44). Iberoamericana.

Voghera, M. (2013). A case study on the relationship between grammatical change and synchronic variation. The emergence of Tipo [-N] in Italian. In A. Ramat, C. Mauri & P. Molinelli (eds), *Synchrony and Diachrony. A dynamic interface* (pp. 283-311). John Benjamins.

Zupnik, Y.-J. (1994). A pragmatic analysis of the use of person deixis in political discourse. *Journal of Pragmatics* 21, 339-383. https://doi.org/10.1016/0378-2166(94)90010-8

# *Ethos* coletivo e identidade nacional nos discursos presidenciais de 25 de Abril: uma análise discursiva

https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.5

**Rosalice Pinto***

* IFILNOVA-ArgLab/CEDIS/PROTEXTO. Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT) através do projeto estratégico da NOVA - Instituto de Filosofia (UIDB/00183/2020).

**Resumo:** Este trabalho, centrado em perspectivas teóricas que preconizam o estudo da materialidade plurissemiótica de textos sócio-historicamente situados, objetiva mostrar de que forma o *ethos individual* e o *coletivo* são materializados em dois discursos presidenciais de 25 de Abril: o de Ramalho Eanes de 1977 e o de Marcelo Rebelo de Sousa de 2017. Estudos preliminares atestam que, apesar dos *ethè* individuais *serem* distintos, os *coletivos* são similares. As tonalidades distintas, demarcadas por diferentes recursos enunciativo-retóricos, são historicamente constrangidas. Trata-se de um estudo exploratório, carecendo da recolha de um *corpus* mais alargado para uma possível generalização dos resultados obtidos.

**Palavras-chave:** 25 de Abril, discurso político, *ethos*, recursos enunciativo-retóricos

> Hoje, felizmente, 50 anos depois, somos um país democrático, em paz, aberto ao mundo e que nos podemos orgulhar, não só de não estarmos isolados, como de termos um português como secretário-geral das Nações Unidas.
>
> António Guterres, ONU, 18/3/24

## 1. Introdução

Os discursos de celebração de natureza política, em território português, apresentam algumas características que lhes são peculiares uma vez que são marcados por teor de celebração; apresentam um marco temporal relevante; estão integrados em celebrações oficiais; são preparados previamente; dirigem-se a cidadãos portugueses e são difundidos pelos *media* (Pita & Pinto, 2017).

Esses eventos discursivos, nos diversos gêneros em que possam vir a estar assentes, caracterizam-se por certo ritual: além de obedecerem a alguns constrangimentos formais, sócio-historicamente e institucionalmente determinados, também caracterizam-se por aspectos composicionais, temáticos, enunciativos regulares, mas também singulares. Tais eventos são construídos em função das imagens (*ethè*) dos atores políticos (discursivamente construídas), das representações dos interlocutores envolvidos, de modo a afetá-los e até emocioná-los (*pathos*) e dos arrazoados argumentativamente construídos para transmitir certa racionalidade ao discurso (*logos*).

O *discurso presidencial de 25 de Abril* (aqui assumido como um exemplar de gênero discursivo[1] de natureza política), especialmente, sinaliza claramente uma data histórica para Portugal: a celebração do fim da ditadura salazarista e o "renascer" da liberdade política do povo português. Em cerimônia solene, de caráter formal, o interveniente político profere um discurso que

1 Assume-se aqui que os gêneros do discurso (ou discursivos) correspondem a práticas de comunicação sócio-historicamente definidas, com características estáveis e mutáveis em função dos diversos aspectos contextuais a que estão sujeitos: papel dos participantes, circunstâncias temporais e espaciais em que ocorre a comunicação, finalidade. Para detalhes, ver: Maingueneau (2004) e Pinto (2010).

remete à história do país, mas também ao seu futuro, como bem salienta Marques (2014):

> O objeto da comemoração é representado nas suas características históricas, como movimento militar, momento de rutura política, projeto nacional, movimento patriótico, mas é sobretudo evocado e retomado nos valores que a ele são agregados de democracia, liberdade e, particularmente, de esperança, o que implica uma valorização do futuro (p. 300).

Nesse contexto, não é apenas um *ethos* de liderança individual que é representado, mas, sobretudo, um *ethos coletivo* (Amossy, 2021), construído em função das expectativas do seu alocutário. Este locutor coletivo tende a unificar grupos diversificados, podendo até vir a criar ou simular certa homogeneidade de cariz identitário a partir dos valores (Koren, 2019) a eles atrelados.

Partindo desses pressupostos, este trabalho objetiva mostrar que, embora a construção do *ethos* individual de Ramalho Eanes e o de Marcelo Rebelo de Sousa, em seus discursos presidenciais de 25 de abril de 1977 e 2017, respectivamente, seja distinta (até em função do *ethos prévio/pré-discursivo*[2] a ele atrelado), o *ethos coletivo* construído é muito similar. Tal descrição, discursivamente marcada, pode vir a contribuir também para a identificação dos valores imbricados nesses discursos para a construção de uma identidade nacional.

Para atingir os objetivos pretendidos, assume-se aqui uma pespectiva interdisciplinar para o estudo da enunciação. Convocam-se, para tal, subsídios teóricos não apenas dos estudos enunciativos, propriamente ditos, mas também da Retórica, da Análise do Discurso. Assim, conjugam-se contribuições de autores diversos que procuram estabelecer um diálogo entre estudos retóricos e discursivos tanto sobre a descrição do *ethos* quanto sobre os valores a ele atrelados. Citam-se, no primeiro caso, trabalhos de Amossy (1999, 2012, 2021); Maingueneau (1999, 2004) e Charaudeau (2005). No segundo, é de se fazer referência à pesquisa impetrada por Koren (2019), sem deixar de relevar também a contribuição de analistas que refletiram sobre

2 O *ethos prévio* ou pré-discursivo (Amossy, 1999 e Maingueneau, 1999, respectivamente), dependendo do analista teórico, corresponde às representações prévias que o alocutário/interlocutor pode ter do locutor antes de sua tomada de turno. Esta imagem é ratificada, reformulada ou mesmo atenuada discursivamente.

a enunciação em uma perspectiva mais ampla[3], em que a linguística da enunciação se apresenta imbricada à análise do discurso[4], como salientara Kerbrat-Orecchioni (1980). No caso, convocam-se, mais especificamente, as contribuições de Rabatel (2008, 2014).

Em termos metodológicos, seguir-se-á uma metodologia descendente de análise, de natureza qualitativa, procedendo-se à análise do conteúdo verbal transcrito de dois discursos: o de Ramalho Eanes e o de Marcelo Rebelo de Sousa, na sessão solene de 25 de Abril: o primeiro de 1977 e o segundo de 2017. Estes correspondem àqueles proferidos no primeiro mandato desses atores políticos, quando na celebração da data festiva. Ressalta-se que a construção desses discursos resulta da representação coletiva da população de um evento marcante para o povo português: o 25 de Abril de 1974, pautado por valores socialmente partilhados. Evidentemente, trata-se de um estudo exploratório, carecendo da análise de um *corpus* mais alargado e, como tal, mais passível de generalização.

## 2. Aspectos teóricos

Nesta parte merecem ser estabilizados alguns conceitos que são fulcrais no âmbito deste trabalho: as noções de *enunciação* (em uma perspectiva mais ampla) e a de *ethos* (individual e coletivo). Para tal, foi selecionado um percurso teórico variado, advindo de investigadores diversos que, com suas especificidades, consideram que questões sociais, retórico-discursivas e, até mesmo, psicológicas devem estar diretamente atreladas ao estudo da(s) linguagem(ns), em suas inúmeras manifestações discursivas.

3 Aqui, assume-se a terminologia adotada por Kerbrat-Orecchioni (1980). Para a autora, a enunciação pode ser estudada de um ponto de vista amplo ou restrito. No primeiro caso, esta se baseia nas relações a serem estabelecidas entre o enunciado e o quadro enunciativo. Já no segundo, são descritos os marcadores linguísticos utilizados pelo locutor para deixar no enunciado as suas "impressões digitais", demarcando maior ou menor distanciamento àquilo que enuncia.

4 Esta abordagem, a meu ver, se aproxima da teoria desenvolvida por Rabatel sobre o ponto de vista (PDV). Para este autor, este consiste na forma como um sujeito, em sua relação com outros interlocutores, apreende determinado objeto do discurso, sendo esta ancoragem social, histórica e axiológica. Dessa forma, esta seleção enunciativa deste PDV é sempre argumentativamente orientada. Para detalhes, ver Rabatel (2008).

## 2.1. Enunciação e *ethos*: uma relação linguístico-discursiva

Como já é consensual, sabe-se que a enunciação está no cerne dos estudos discursivos[5]: a enunciação, do ponto de vista discursivo, incorpora também o ato de linguagem em sua abrangência – Charaudeau (2015). Na verdade, é através do posicionamento enunciativo do locutor em relação à imagem contruída do seu interlocutor, concernente aos objetivos pretendidos, à sua situação de comunicação, ao universo de crenças que pressupõe compactuar com esse interlocutor, que é construída discursivamente determinada "versão do mundo", referenciando-o[6], de forma seletiva através de recursos linguísticos vários. Estes objetos do discurso não são, portanto, estáticos, mas criteriosamente escolhidos em função da própria posição do locutor, do seu objetivo, em sua relação intersubjetiva com o alocutário, numa situação de comunicação determinada. Assim, pelo fato de focalizar determinados elementos em detrimento de outro pode-se afirmar a existência intrínseca, em todo discurso, *de certa orientação de natureza argumentativa*. Assim, evidencia-se que a dimensão argumentativa, como já afirmara Amossy (2012), é intrínseca a qualquer discurso. No entanto, qual seria a relação a ser estabelecida entre o estatuto do Locutor/enunciador e a noção de *ethos*, fulcral nesta contribuição?

Para tal, retoma-se a tese desenvolvida por Pinto (2010, p. 252) para a qual o Locutor, constituindo-se como enunciador no universo textual-discursivo[7] não é um ser estático, podendo vir a apresentar várias imagens *(ethè),* textualmente perceptíveis, através de marcas da enunciação deixadas pelo enunciado (Fiorin, 1999), sendo estas sócio-historicamente constrangidas, ou, como afirma Maingueneau (2008):

> O *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma "imagem" do locutor exterior à sua fala; o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido

5 Vale salientar que se prioriza a dimensão social e contextual da enunciação em sua materialidade textual. Com isso, contributos de teóricos que se centraram em uma visão estritamente linguística para o seu estudo em enunciados, como Benveniste (1974); Ducrot (1984), não foram aqui apontados.

6 Para detalhes sobre os estudos da referenciação nos discursos de 25 de Abril, ver Marques (2018).

7 Este trabalho parte do princípio de que o texto é uma unidade de comunicação, sendo condicionado por fatores psicológicos, sociais, históricos e interacionais, dentre outros. Esses fatores, tradicionalmente relegados ao âmbito discursivo pela Análise do Discurso Francesa (Maingueneau, 1991), são incorporados na própria materialidade plurissemiótica dos textos.

> fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica (p. 17).

Aqui, considera-se a existência de um agente político que, no universo textual, se transfigura em um L1/E1 (doravante L) que é responsável pela criação de uma cenografia textual, materializada por recursos verbais e até não-verbais (gesto, postura, voz – aqui não estudados). Esse L procurará legitimar, textualmente, o seu papel institucional e social colocando em cena vários enunciadores, que também traz à tona pontos de vista diversos. Pelos recursos linguísticos selecionados pelo L, que é o gestor desta tessitura textual, este L pode vir a incorporar o ponto de vista de outros enunciadores, se afastar dos mesmos e criticá-los. É pela construção de todo esse universo textual, constrangido por elementos sócio-político-institucionais diversos, que o L construirá uma imagem de si – *ethos* – colocando em cena uma pluralidade de outros enunciadores que permeará uma imagem *composite* do próprio *ethos do L*. "Esta flutuação imagística pode conferir ao texto um maior ou menor teor persuasivo"[8] (Pinto, 2010, p. 252).

Essas impressões digitais lançadas pelo Locutor podem vir a transmitir ao texto *tons* diversos: mais didático, mais ponderado, mais autoritário, mais combativo. Essas percepções dão-se a partir das representações sociais que os alocutários possuem dos atributos atrelados a essas características, permitindo-os depreender o conteúdo do discurso e, possivelmente, partilhar o posicionamento enunciativo defendido. Em síntese, o *ethos* corresponde, no escopo deste trabalho, à imagem ou à representação textual desse Locutor/enunciador, constrangido socialmente e institucionalmente, que se constrói textualmente de forma multifacetada, em função de um auditório, de acordo com representações prévias que circulam socialmente junto a seu interlocutor, de forma a afetá-lo/emocioná-lo (*pathos*) e atingir o seu objetivo. Esse caráter patêmico associado à construção dessa imagem de si (*ethos*), embora não seja aqui desenvolvido, é indissociável do cunho enunciativo-retórico e discursivo atrelado à noção do *ethos*. Vale ressaltar que este *ethos* tem um caráter enunciativo, discursivo, mas também retórico. Dessa forma, é caracterizado por três elementos: a *phronesis*, a *eunonia* e *arete*. O primeiro relacionado às características únicas e específicas de determinado orador (do ponto de vista discursivo – um (L))[9]; o segundo está relacionado à identificação, à boa vontade e adaptação desse orador ao

8 Para detalhes sobre o conceito de persuasão e sua relação com a argumentação, ver: Pinto (2015).

9 Na acepção rabateliana, o L1/E1 ou (L) corresponde a uma entidade política construída textualmente, responsável por gerir diferentes enunciadores no universo textual.

auditório; e o terceiro, às qualidades propriamente ditas deste *ethos*. Assim, em síntese, defende-se aqui a natureza retórico-argumentativa deste L.

## 2.2 Do *ethos* individual ao *ethos* coletivo

A construção da imagem de si pelo discurso (*ethos*), já advinda de uma tradição aristotélica (Amossy, 1999; Pinto, 2010), é fundamental para que se possa atingir a finalidade pretendida, ao causar uma boa impressão e até a persuadir determinado auditório – Barthes (1970). Inclusive este último já sustentava a ideia de que o *ethos* não precisaria corresponder necessariamente àquilo que realmente o indivíduo era, mas o que importava era a imagem que construía e transmitia através das escolhas perpetradas a nível discursivo.

Os discursos políticos, enquanto atos de comunicação (Charaudeau, 2005) em que vários atores participam diretamente da cena comunicativa, têm a finalidade de influenciar opiniões. Na verdade, esses discursos são redutos privilegiados para a construção de uma imagem de si (*ethos*) em que a forma dos atores políticos se apresentarem socialmente tem um papel de destaque. É através desses discursos que princípios e valores devem servir de referência para a construção dessas adesões.

Contudo, como vivemos socialmente, somos, concomitantemente, seres individuais e coletivos (Charaudeau, 2005) e todas as escolhas enunciativo-discursivas perpetradas pelo ator político é um reflexo também daquilo que aspira o auditório em função do seu projeto de dizer. Assim, o *ethos* construído pelo discurso traz traços individuais deste agente, mas também os relativos ao público ao qual se dirige, de forma que se estabeleça uma relação empática, de confiança entre aquele que goza de legitimidade governativa e o povo que, democraticamente, o elegeu. É através desta construção simbiótica, discursivamente marcada, entre o individual e o coletivo que se constrói a impressão de que esse ator político, apesar de detentor de poder, é parte integrante desta coletividade. Charaudeau, inclusive, de forma tácita, vai mais além ao pontuar a relevância, na construção deste *ethos* de representações dos anseios sociais, morais e ideológicos do auditório. Como salienta:

> Les *ethos* dépendent, pour leurs effets, de la rencontre entre les stratégies déployées par l´acteur politique et une certaine demande sociale (floue et inconsciente) d´*eth*os, de sorte que cette dernière

> puisse se reconnaître dans le miroir qui lui est tendu. (Charaudeau, 2005, p. 142)

Na verdade, como bem salienta o autor referido, vivendo em sociedade e em grupos, somos seres individuais e coletivos concomitantemente. Isto nos obriga à submissão a algumas convenções linguageiras (ou mesmo de natureza plurissemiótica) partilhadas com o grupo, deixando-nos margem, individualmente, a alguma criatividade discursiva.

Por outro lado, ratificando o ponto de vista de Charaudeau sobre a simbiose existente entre o *ethos* individual e o coletivo e a dificuldade de se distinguir as duas noções, Kerbrat-Orecchioni (2008) justifica a relação estabelecida entre os dois conceitos:

> [...] l´*ethos individuel* s´ancre dans l´*ethos collectif* (l´orateur doit bien puiser dans um stock de valeurs partagées pour que "ça marche"), et inversement, l´*ethos* collectif n´est appréhendable qu´au travers des comportement individuels dans lesquels il vient s´incarner (ce sont les individus qui par leur comportement confirment et consolident les valeurs du groupe, en attestant du même coup leur adhésion à ces valeurs collectifs): il s´agit donc bien toujours de se montrer sous un certain jour, autant que possible favorable, en se conformant à certaines nomes em vigueur dans la société d´appartenance (la non-conformité étant une forme de suicide social). (p. 2)

A partir dessas considerações introdutórias sobre as noções de *ethos* individual e coletivo, pode-se considerar que ambas nutrem-se de representações sociais, de ideias pré-concebidas que circulam em uma sociedade e em determinada cultura (Amossy, 2021, p. 36) e de valores socialmente já estabelecidos e partilhados (Koren, 2019). Contudo, pode-se considerar que, em alguns discursos, fortemente condicionados sócio-historicamente, a construção do *ethos coletivo* possa vir a ser de maior eficácia persuasiva do que a do *ethos individual*. Parte-se do princípio de que a construção discursiva do *ethos coletivo*, em função de algumas marcas linguísticas e também arrazoados argumentativos, como veremos nos exemplos selecionados, densifica a pertença social do ator político e sua inserção em uma coletividade. Aspectos estes que favorecem a interação com o grupo ao qual o discurso se dirige e a sua identificação com o mesmo, como aponta Burke (1969): "You persuade a man only insofar as you can talk his language by speech, gesture, tonality, image, attitude, idea, identifying your ways with his" (p. 55).

## 3. Metodologia

Esta contribuição insere-se em uma pesquisa mais ampla, liderada pela Professora Maria Aldina Marques, em que foram coletados os discursos proferidos pelos Presidentes da República, em 25 de Abril, de 1977 a 2023. Um total de 46 discursos, apresentados por 5 presidentes: Ramalho Eanes, de 1977 a 1985; Mário Soares, de 1986 a 1995; Jorge Sampaio, de 1996 a 2005; Cavaco Silva, de 2006 a 2016 e Marcelo Rebelo de Sousa, de 2017 a 2023.

Para este trabalho, em especial, foram selecionados dois discursos: o de Ramalho Eanes, de 1977 e o de Marcelo Rebelo de Sousa, de 2017. Vale salientar que os excertos dos mesmos serão identificados nominalmente. Trata-se, nos dois casos, do discurso de 25 de Abril, do primeiro mandato. Partindo do princípio de que questões situacionais variadas, históricas, sociais e culturais influenciam a construção desses discursos de natureza política e a materialização dos mesmos, considerou-se que a defasagem temporal poderia vir a ser uma mais-valia para a depreensão dos diversos *ethè* que poderiam vir a ser identificados.

De forma a respaldar as análises aqui desenvolvidas, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, privilegiando uma abordagem descendente (parte-se do contexto de produção e de sua situação de enunciação para a análise da materialidade linguística dos discursos), como já mencionado anteriormente.

A título de exemplificação, partes dos excertos dos discursos que merecem destaque, por questões analíticas, serão colocados em itálico.

## 4. Discussão analítica

Esta etapa será dividida em subseções: primeiramente, discorrer-se-á sobre aspectos sócio-político-históricos que possam vir a influenciar a materialização retórico-discursiva dos textos selecionados. Em um segundo momento, apresentar-se-ão alguns elementos do plano de texto[10] e do conteúdo temático[11] a eles atrelados. Finalmente, por último, identificar-se-ão alguns

10 Para detalhes, ver: Pinto (2010) e Silva (2016).

11 Assume-se a definição proposta pelo círculo bakhtiniano, para o qual o tema é considerado um sistema de signos dinâmico e complexo, sendo atualizado e coibido em função dos contextos sócio-político-históricos (Volóchinov, 1979).

elementos formais (expressões nominais, verbais, índices de tempo, lugar e pessoa) de forma a delinear os *ethè individuais* e coletivos instaurados nos dois discursos. Lembra-se, dessa forma, que essas imagens de natureza retórica são depreendidas no universo textual-discursivo, através dos vários aspectos linguísticos e não linguísticos (embora aqui não analisados) textualmente selecionados pelos agentes políticos.

## 4.1. Contexto sócio-histórico-político de Portugal

Os discursos de 25 de Abril constituem eventos discursivos recorrentes, proferidos pelos Presidentes da República na data histórica para Portugal: o da libertação do regime salazarista. Normalmente são convidados a participar integrantes de vários partidos políticos e entidades diversas para participar de uma cerimônia formal. Os discursos são preparados previamente e lidos, sendo direcionados não apenas aos presentes, mas aos cidadãos portugueses de forma genérica que podem vir a acompanhá-los por *media* diversos.

No caso específico de 1977, não houve propriamente uma comemoração do 25 de Abril (o que pode vir até a justificar a restrição dos vocativos utilizados no plano de texto por Ramalho Eanes, como veremos), mas, de qualquer forma, houve um discurso do presidente para comemorar a data.

> (1) *Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, meus Senhores Portugueses*: Esta cerimônia marca o ponto mais alto dos actos com que o povo português tem vindo a celebrar o 25 de Abril. (Ramalho Eanes, 1977)

Inclusive, é de se ressaltar que, na altura, foram realizadas as primeiras eleições para a Assembleia da República de Portugal. Vale salientar, ainda, o papel desempenhado por Ramalho Eanes, um dos grandes responsáveis pela estabilização política de Portugal, tendo liderado a ordem e uma possível deriva à esquerda radical pós *25 de Abril*.

Em 2017, por outro lado, observa-se um ritual bem mais robusto da data. Nesta, são convidadas autoridades de várias áreas de atuação, influenciando a panóplia de vocativos utilizados nas saudações iniciais do discurso.

> (2) *Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Antigo Presidente da República, Srs. Presidentes da Assembleia da República e Primeiros Ministros, Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa. Sras. e*

> *Srs. Embaixadores, Srs. Capitães de Abril, Sras. e Srs. Deputados, Digníssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Se, em 1977, houve uma espécie de demonstração de ruptura com o regime anterior (o da ditadura salazarista); em 2017, houve uma tentativa, por parte de Marcelo Rebelo de Sousa, de demonstrar de que forma as conquistas democráticas estavam sendo ameaçadas pelo regime populista que crescia no mundo e podia ameaçar Portugal. Lembremos que, neste ano, em janeiro, Donald Trump, do Partido Republicano (da direita), havia sido eleito presidente dos Estados Unidos da América.

Estes são dois contextos sócio-políticos diversos que trazem constrangimentos textuais relevantes e que vão coibir diretamente as escolhas perpetradas pelo agente político (e toda a sua equipe de marketing político) na construção discursiva.

## 4.2. Plano de texto e conteúdo temático

Como já afirmara Adam (1997), a partir de pressupostos desenvolvidos pelo círculo bakhtiniano, "les genres règlent globalement, et de façon plus ou moins contraignante, les différents plans de la structure de texte" (p. 671). Dessa forma os discursos de 25 de Abril, integrados no gênero discursivo de celebração político-patriótica, apresentam também determinadas características canônicas relativas à sua estrutura.

Já vimos que os dois discursos iniciam-se, em sua parte introdutória (exórdio – *exordium prooimion*), com saudações (evidentemente, estas são, como vimos, distintas em sua materialidade, em função das circunstâncias sócio-históricas em que foram produzidas). Esse exórdio visa "a captar a benevolência do público, buscando mobilizar ao mesmo tempo as provas éticas (relacionadas ao *ethos*) e patéticas (referentes ao *pathos*)" – Pinto (2010, p. 40), apresentando um dêitico temporal "hoje", que aponta para o dia 25 de Abril de 1977 e 25 de Abril de 2017, dias em que os discursos são proferidos. Se, no primeiro caso, o L exalta a importância do enunciador (*e*) "povo", responsável pela construção da democracia; no segundo, são os deputados da Assembleia da República (*e*) "eleitos por todo o povo português" que têm a sua relevância salientada.

A seguir, observam-se o desenvolvimento (composto na *dispositio* retórica clássica por uma *narração, uma confirmação e uma digressão*) e uma

conclusão (ou *peroração*, nos moldes retóricos[12]). Contudo, estas se apresentam também de forma diferente em 1977 e 2017. Dada a limitação espacial da presente contribuição, serão apresentadas algumas estratégias textual-discursivas utilizadas, identificadas a partir de recursos enunciativo-retóricos, nos dois discursos. Inicialmente, observar-se-ão algumas características do discurso de Ramalho Eanes e, a seguir, do de Marcelo Rebelo de Sousa. Ressalta-se aqui a importância do conteúdo temático em várias subpartes que serão identificadas e estudadas.

### 4.2.1. Discurso de Ramalho Eanes de 1977

No desenvolvimento do discurso proferido na data mencionada, observa-se a todo tempo um *contraponto* estabelecido entre o L no ato da enunciação propriamente dito (25 de Abril de 1977), demarcado pelo dêitico temporal "hoje" (reiterado nas linhas 6.ª e 16.ª) e os demais atores (enunciadores) que participaram ativamente da reconquista da liberdade do povo português. Observamos o exemplo abaixo:

> (3) *Hoje*, plenamente instituídos os órgãos do Poder, a *Assembleia da República*, que em si consubstancia a própria democracia pluralista, culmina as celebrações com esta sessão em que o País está presente nos seus *mandatários* e nos seus *responsáveis*.
> Pesam, sobre a nossa *geração* sacrificada, as agonias do império, as dores de uma nova sociedade que renasce nos limites do corpo primitivo e o sofrimento de um povo em diáspora no mundo que ajudou a conhecer-se. (Ramalho Eanes, 1977)

Na verdade, a "democracia pluralista" opõe-se ao regime salazarista que apregoava uma política colonialista de "império" e repressora em territórios africanos e asiáticos em período pós Segunda Guerra Mundial.

Esta oposição é demarcada estabelecendo-se uma comparação entre o que era antes de 25 de Abril e a partir do "hoje". Tal *argumento por oposição* pode ser implicitamente desvendado por determinadas marcas linguísticas:

- expressões qualificadoras com valor axiológico negativo e positivo, respectivamente – "sacrificada" x "nova";
- expressões verbais no presente do indicativo, com valor axiológico negativo e positivo – "pesam" x "renasce";

12 Para detalhes, ver Pinto (2010).

- lexemas e expressões nominais com valor axiológico negativo em oposição aos com valor positivo – "agonias", "sofrimento" x "democracia pluralista" (implicitamente a possibilidade com este novo momento de reconstrução do país "sem agonias", "sem sofrimento").

Poder-se-ia pensar também que essas marcas formais poderiam integrar um esquema argumentativo de oposição. Lembremos que esses esquemas "are forms of arguments (structures of inference) that represent structures of common types of arguments used in everyday discourse, as well as in special contexts [...]" (Walton, Reed & Macagno, 2008, p. 1).

Em termos descritivos, teríamos:

> *Premissa maior*: Se *X* apresenta o predicado *P, X* não pode apresentar o contraditório (contrário, converso, incompatível) predicado *P´* ao mesmo tempo e em relação ao mesmo aspecto.
>
> *Premissa menor*: *X* apresenta *P*.
>
> *Conclusão*: *X* não pode apresentar *P´* ao mesmo tempo e em relação ao mesmo aspecto. (Esquema adaptado de Walton, Reed & Macagno, 2008, p. 317)

Aplicando-se ao exemplo acima, observar-se-ia:

> *Premissa maior*: Se a nossa geração é sacrificada, ela não pode deixar de ser sacrificada.
>
> *Premissa menor*: A nossa geração é sacrificada.
>
> *Conclusão*: A nossa geração não pode apresentar as benesses de um novo renascer.

Lembremos aqui a relevância da construção discursiva de um ator político que procura se identificar, ser empático a todos aqueles que sofreram as consequências de um regime totalitário (no qual ele próprio se insere):

> (4) *Não podemos continuar* a iludir o futuro com base nas frustrações do passado. [...].
> *Somos* uma geração de sacrifício. (Ramalho Eanes, 1977)

Do ponto de vista enunciativo, observam-se várias marcas linguísticas que endossam a identificação desse L com aqueles aos quais o seu discurso se dirige, como: o emprego do pronome pessoal de primeira pessoa do plural "nós" e expressões verbais no presente do indicativo. A primeira composta por uma expressão perifrástica de caráter ambíguo epistêmico/deôntico, na forma negativa "não podemos continuar"; e a segunda, pela construção verbal "somos" acompanhada pela expressão nominal "geração de sacrifício". Todos esses indícios demarcam a *eunoia* (identificação) deste *ethos com o* auditório (interlocutores que o ouvem/veem), procurando uma proximidade com os cidadãos portugueses (este L também sofreu), de forma a estimulá-los a construir um novo país, apesar de tudo aquilo que todos (ele inclusive) passaram.

O *ethos de identificação coletivo*, centrado nos valores democráticos apregoados pela Revolução de 25 de Abril, passa, também, pela construção de um *ethos individual*, em que o próprio ator político cria uma estratégia de proximidade com os seus interlocutores a partir de uma espécie de *argumento ad misericordiam*. O sofrimento foi vivido por todos (inclusive ele): "geração *de sacrifício*".

Outra estratégia utilizada pelo L para se aproximar dos cidadãos portugueses, em geral, é a utilização de recursos interdiscursivos para relembrar feitos históricos, ressaltando a força do povo e os valores nacionalistas atrelados ao "ser português". Vejamos o exemplo abaixo:

> (5) No seu trajeto histórico, o povo português *teve de enfrentar momentos difíceis, vencer crises, derrotar inimigos e defender a independência da Pátria*, a identidade cultural, a dignidade da Nação. *Hoje*, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a vencer para merecer o esforço daqueles que conquistaram o respeito do Mundo: para dar um sentido aos duros sacrifícios que se exigem a todos os Portugueses. (Ramalho Eanes, 1977)

Aqui, implicitamente, faz-se menção a etapas difíceis enfrentadas pelo país em sua história em épocas diversas: desde a época das Grandes Navegações até agora, estabelecendo uma espécie de analogia com o momento atual por que passa o país. Tal transição é demarcada pelo dêitico temporal "hoje".

Se, por um lado, as expressões perifrásticas explícitas ou implícitas: "teve de" "enfrentar"/ "vencer"/ "derrotar"/ "defender", atestam o poder do povo de

vencer as dificuldades, em diversos momentos da história, em prol da manutenção da "independência da Pátria, da identidade cultural, da dignidade da Nação", por outro, os momentos ainda continuam difíceis: "como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades".

Esta analogia (argumento por analogia (Walton, Reech & Macagno, 2008, p. 315)) funcionaria como uma espécie de modelo (argumento que funda o real (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1988, p. 489)) a ser seguido.

Vejamos o esquema argumentativo abaixo:

> *Premissa similar*: Geralmente, caso C1 é similar ao caso C2.
>
> *Premissa de base*: A é verdadeiro (falso) no caso C1.
>
> *Conclusão*: A é verdadeira (falsa) no caso C2. (Adaptado de Walton, Reech & Macagno, 2008, p. 315).

Aplicando o esquema ao exemplo, teríamos:

> *Premissa similar*: Geralmente, as dificuldades por que passam agora (pós 1974) são similares àquelas enfrentadas em outros momentos da história similar ao caso C2.
>
> *Premissa de base*: As dificuldades enfrentadas pelo povo foram intensas na história e conseguiram vencer.
>
> *Conclusão*: As dificuldades enfrentadas agora pelo povo também são intensas e conseguem vencer.

Ao relembrar a atitude do povo português, o ator político ressalta o valor do povo e a sua resiliência face aos problemas. É um comportamento a ser imitado, uma vez que só se imita aquele que é reconhecido e tem prestígio.

É interessante observar que o *argumento que funda o real* aqui, construído como um *argumento por analogia* – Pinto (2014) a partir de Walton, Reed e Macagno (2008) – pode se assemelhar a um *argumento narrativo* (Tindale, 2017; Bex & Bench-Capon, 2017). Este é de extrema importância em discursos políticos, em que se procura a adesão de um auditório a determina ideia, ou seja, a persuasão.

> The stories are not recalling what is already there, as in an allusion; but they are adding to what is currently available. The argumentative force of such a strategy is to bring an abstract idea into a lived experience where it might resonate in the lives of the audience. The arguments may have the force of reinforcement, or for persuasion itself (Tindale, 2017, p. 28).

Vale ressaltar que o argumento por modelo/analogia/narrativo, em função do quadro teórico a se refere, com suas especificidades, traz à tona, inferencialmente, eventos dos séculos XV, XVI e 2.ª parte do século XX, propriamente ditos, e não ao próprio 25 de Abril, como se observa em outros discursos comemorativos da data. Tal especificidade é uma das características estilísticas do discurso de Ramalho Eanes, em 1977, contrapondo-se ao de outros presidentes posteriores. Esta recorrência havia sido mencionada por Pita (2024) quando trabalha com a descrição de vinte discursos presidenciais de 25 de Abril (de 1977 a 2023). Tal observação talvez seja pelo fato do discurso de 25 de Abril, aqui colocado, ser o do primeiro presidente eleito após a revolução.

É um *ethos individual* que faz reviver valores históricos, que é instaurado em prol de um *ethos coletivo ciente*, seguro dos valores construídos. E, ainda, seguro de que esses valores são constitucionalmente assegurados. O L é um mero intermediário deste processo de redemocratização do país, uma vez que esta é assegurada por patamares plasmados pela própria Constituição da República Portuguesa (CRP) que assume o verdadeiro protagonismo, podendo vir aqui a ser considerado um argumento de autoridade frente ao contexto sociopolítico por que passa o país. Aqui o *ethos individual* do estadista é construído, sendo subalterno à própria CRP que representa a vontade do povo, uma vez que a Assembleia da República Portuguesa foi eleita pelo povo.

> (6) O 25 de Novembro permitiu que a Constituição da República *viesse a definir os objectivos*, as metas e os caminhos que hão-de guiar o povo português e mobilizar o seu esforço na *construção de um país mais rico e mais igual para legar às gerações que despontam nos horizontes da vida*. (Ramalho Eanes, 1977)

Tal autoridade da CRP é demarcada por todas as marcas linguísticas delineadas no discurso, evidenciadas pela expressão temporal "25 de Novembro" no cenário português. Lembremos que, nesta data, em 1975, houve uma intervenção militar liderada pelo general Ramalho Eanes que

procurava restaurar a ordem, de forma a evitar que a esquerda radical tomasse conta de Portugal. Na verdade, esse marcador temporal acompanhado da expressão perifrástica "viesse a definir" e dos lexemas "objetivos", "metas" e "caminhos", funciona como argumento narrativo, possibilitando um futuro para o país "mais" rico e "mais" igual. Implicitamente, é estabelecido interdiscursivamente um diálogo entre o discurso de forças militares mais à esquerda e as mais à direita, de tendência moderada, que consideram que os aspectos econômicos também são fulcrais. Se aqui o *ethos individual capitalista* do presidente é construído, ele o é em função de uma nova geração que está a ser construída e que precisa de respaldo financeiro para se desenvolver. Vale salientar que Ramalho Eanes é um militar que se afastou de outros militares (de tendência comunista) para defender a democratização do país, em 25 de Novembro, desconstruindo o *ethos pré-discursivo* ou *prévio que poderia vir a ser* expectável. Um *ethos combativo* é construído, em prol do *bem comum* da população. Evidentemente, o ator político que o representa goza de *credibilidade*, *autoridade moral*, servindo como um *influenciador político* para as novas gerações. Poder-se-ia pensar na existência de um raciocínio silogístico:

> "Se o povo, incluindo a nova geração, acatar ´os objetivos´, ´metas´ e ´caminhos´ defendidos pela CRP, então o povo (no qual se inclui a nova geração) se tornará ´mais rico´, ´mais igual´".

Evidentemente, o dialogismo, como indiciara Volóchinov (círculo bakhtiniano) ainda de forma incipiente e não explícita, é o princípio constitutivo da linguagem. Como o autor afirma: "Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia de atos de fala" – Volóchinov (1979, p. 98). Cabe ao interlocutor/auditório em seu percurso interpretativo estabelecer esses elos dialógicos e interdiscursivos de forma a depreender uma possível rede de sentido(s).

Outro tema que merece relevância na *dispositio* do discurso de Ramalho Eanes é a questão econômica, não sendo descuidada a questão social. Nesse contexto, é um *ethos progressista e humanitário* ao mesmo tempo do ator político que é discursivamente construído:

> (7) *A regularização das indemnizações e a sua canalização para o investimento* é por isso objectivo que *o aparelho de Estado tem de* conseguir com rapidez. *Há que* introduzir no *mercado financeiro* novos agentes ou novos métodos que respondam *à celebridade*

> de decisão que *exige o funcionamento de uma economia moderna*. (Ramalho Eanes, 1977)

A utilização de lexemas e expressões nominais, como: "investimento", "economia," "mercado financeiro", "economia moderna"; a da expressão perifrástica "tem de" + verbo no infinitivo, com valor de obrigatoriedade; a da expressão verbal como valor deôntico "há que" e a do verbo "exige" salientam tanto a necessidade do desenvolvimento econômico do país quanto a sua urgência.

Contudo, as questões econômicas devem ser pautadas por valores legais. Na realidade, todas as decisões devem ser eleitas, primeiramente, pela Assembleia (que representa o povo), antes de ser implementadas. O respeito ao princípio da legalidade é absoluto. Dessa forma, a segurança dos cidadãos e a democracia são respeitados. É a Assembleia da República (eleita pelo povo) que tem um papel urgente e decisório.

> *(8) Aguardam apreciação desta Assembleia diplomas importantes* para a regulamentação das instituições representativas dos trabalhadores. Na *ausência de ordenamento legal*, todos os dias se assiste a conflitos que, em rigor, têm de ser encarados como sabotagem económica. (Ramalho Eanes, 1977)

Ainda, não se distanciando dos valores sociais e igualitários apregoados pelos partidos de esquerda, normalmente, o L constrói também um *ethos humanitário* e *socializante*, ecoando textualmente valores atrelados aos discursos de seus opositores. Senão, vejamos:

> (9) A maioria dos trabalhadores não aceita livremente este tipo de actuações, que mais cedo ou mais tarde *lhe roubariam o pão e a liberdade*. É por isso *urgente regulamentar a greve, assim como os modos de intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas*. (Ramalho Eanes, 1977)

O que se observa é que o *ethos humanitário e socializante* está a serviço de um *ethos coletivo* que apregoa o *bem-comum* em uma sociedade democrática, mas pautada no princípio da dignidade humana.

Na última parte da *dispositio* do texto, a conclusão, observa-se claramente a preocupação do ator político com o futuro do país e o seu comprometimento nesta tarefa. Tais aspectos são observados discursivamente por vários recursos:

– uso de verbos no futuro do indicativo – "não hesitarei": "contribuirão"; "não haverá"; "exigirá"; "fará".
– emprego de qualificadores (modalidades apreciativas) – "medidas necessárias"; "corretas".
– enunciadores/vozes convocados para auxiliar o ator político na sua missão – "forças armadas"; "povo português".
– uso do pronome de 1.ª pessoa do plural – "nós vivemos".

Um *ethos* de *líder* é construído, em prol de um *ethos coletivo em busca dos princípios democráticos de direito*. Na realidade, como colocado por L, trata-se da "primeira oportunidade democrática em meio século".

### 4.2.2. Discurso de Marcelo Rebelo de Souza de 2017

Como já observamos anteriormente, o discurso de Marcelo Rebelo de Sousa, de 25 de Abril, da mesma forma que o anterior, apresenta um exórdio similar.

Contudo, a parte do desenvolvimento do discurso, que engloba a narração, a confirmação e a digressão, como vimos anteriormente, mostra-se distinta no discurso de MRS em relação ao de RE. Do ponto de vista temático, também, observar-se-ão algumas diferenças em sua materialidade textual-discursiva, em função também de contextos sócio-histórico-políticos distintos e épocas diferentes. Lembremos que há um hiato de 40 anos entre os dois discursos.

Vejamos alguns aspectos que nos parecem relevantes.

No texto em apreço, em termos analíticos, consideramos dois trechos narrativos, subdivididos em subpartes, que visam a sustentar a tese da importância da comemoração do 25 de Abril. No primeiro trecho, é o enunciador-professor que traz argumentos para provar a sua tese; no segundo, é o L, propriamente dito, que se dirige ao povo, insistindo sobre alguns argumentos já defendidos na primeira parte.

*1.º trecho narrativo: narratio que funciona como argumento por narração:*

Primeiramente, o L (demarcado pela primeira pessoa do singular "eu" e pelo verbo "ouvir "na primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo "ouvi") traz à tona um argumento narrativo através da utilização de exemplos vivenciados em sala de aula enquanto professor (enunciador-professor).

Na narração, aqui considerada como argumento estratégico utilizado, o L assume discursivamente a sua imagem de docente universitário (*ethos pré--discursivo/ethos prévio*), dirigindo-se ao seu interlocutor "jovens alunos" e, num tom professoral e didático, dirige-se ao mesmo (*ethos* didático). Essa didaticidade para mostrar a importância das comemorações da data aos jovens é demarcada por duas interrogações retóricas: uma introduzida pelo condicional presente "faria" + "ainda" e a outra pela expressão verbal condicional "seria preferível" acompanhada pela partícula negativa "não" que virão a servir como argumento para sustentar a relevância da data no cenário português:

(10) *Faria ainda* sentido uma cerimónia, aparentemente de mera rotina, num claustro fechado, dividia entre reiterar a devida gratidão aos destemidos militares de 1974 e a todos quantos os haviam antecedido, na luta pela liberdade e democracia *[...]?* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

(11) *Não seria preferível* viver a data fora deste Hemiciclo, junto de mais portuguesas e portugueses, num gesto de abertura da política a problemas concretos do dia a dia *[...]?* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

A construção deste *ethos didático* faz o enunciador-professor se integrar à linguagem e ao pensamento dos jovens, aproximando-se dos mesmos (*eunoia* do *ethos* retórico) que procura a confiança do auditório e também o rompimento de uma possível hierarquia.

Em uma segunda subparte da *narratio*, introduzida pelo organizador textual "ademais", ainda, o enunciador-professor estabelece os efeitos nefastos do mundo digital junto aos jovens e a todos: "mensagens mais sérias fluem a ritmo alucinante" x "sem que emitentes e recetores se apercebam de que *ficam reféns* de uma precipitação, de um esquecimento, de uma *menor ponderação de conteúdos"*.

Na verdade, implicitamente, aqui o enunciador-professor se funde já ao L para começar a delinear o teor perigoso do mundo digital, inclusive na proliferação de conteúdos, muitos falsos, influenciando o domínio político.

Em uma terceira subparte, introduzida pelo organizador textual e pelo pronome com valor anafórico, "é por tudo *isto*" que o L volta realmente à tona mostrando a sua conclusão:

(12) […] é por tudo isto *[*fazendo referência ao que foi exposto anteriormente*]* e mais a contingência de este empobrecimento ético e doutrinário abrir caminho a radicalismos egoístas e excludentes, racismos e xenofobias, messianismos que da democracia apenas gostam de usar o que lhes convenha, que faz sentido manter viva esta tradição. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

A utilização dos lexemas "empobrecimento" "radicalismos" (acompanhado de modificadores de nome com valoração negativa); "racismos" e "xenofobia" estabelece um diálogo interdiscursivo com o que está se passando no mundo, na época, com o crescimento da política sustentada pela direita no mundo, na altura. Ao mesmo tempo, estabelece-se, no discurso, um sinal de alarme e a necessidade de manter, no país, esta memória, ou melhor, esta tradição. A tese desta narração/confirmação é apontada ao final do parágrafo: "faz sentido manter viva esta tradição". Implicitamente, poder-se-ia resgatar um *argumento por analogia* implícito em que o que se passa no exterior (no caso, os Estados Unidos da América) funciona como um *modelo* que pode ser seguido por outros países, inclusive Portugal. Na verdade, L, com seu conhecimento (*phronesis*), se autorrepresenta discursivamente como um *ethos visionário* em relação aos problemas que ameaçam o mundo.

*2.º trecho narrativo: narratio que funciona como argumento por narração*

Esta parte inicia-se com a unidade textual "*Hoje*, mais do que nunca". Nesta, o dêitico temporal "hoje" é acompanhado da expressão "mais do que nunca" de caráter enfático. Esta demarca uma transição para outro trecho narrativo em que *argumentos de natureza histórica* são utilizados para mostrar que Portugal (pelos exemplos de seus líderes políticos, Assembleia da República, líderes políticos – *argumento por exemplo*[13]) deve continuar a celebrar a data de 25 de Abril, inclusive para ratificar a democracia e afastar a ameaça da influência da política estadunidense.

Uma primeira subparte traz à tona o *argumento por exemplo* de Mário Soares, acompanhado também de pronomes (pessoal átono e possessivo), respectivamente, de primeira pessoa do plural: "nos" e "nossa" – (L + "o povo português"). Na verdade, o emprego destas marcas na primeira pessoa do plural, implicando discursivamente sujeitos que não foram consultados

13 Para detalhes sobre o esquema argumentativo referente a este tipo de argumento, ver: Walton, Reed e Macagno (2008, p. 314).

previamente, demarca uma estratégia discursiva de força (Maingueneau, 1991, p. 110) com valor, a meu ver, persuasivo.

> (13) P*ara evocar os que já nos deixaram, como Mário Soares – ainda há três meses – mas que continuam vivos na nossa memória.* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Uma segunda subparte é centrada na importância da Casa (Assembleia da República) e dos partidos políticos que a compõem. Esta subparte como a anterior é iniciada pela anáfora: "para" + "verbo no infinitivo" + "que". Esta repetição de expressões em início de enunciado é, inclusive, uma das características dos gêneros jurídicos, como já apontara Pinto (2010). Citemos o excerto a seguir:

> (14) *Para recordar que,* se é verdade que a democracia está longe de acabar *nesta Casa, ou em todos os órgãos de soberania, a Assembleia da República é um símbolo primeiro da democracia portuguesa...protege-nos a todos contra a descredibilização da política, a tentação da demagogia, a revivescência de messianismo, oferecendo passados improváveis ou futuros ilusórios.* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Aqui a Assembleia da República é enaltecida como um "ser divino" capaz de proteger os portugueses. Evidentemente o interdiscurso com a história passada de Portugal ainda ecoa e, implicitamente, o *ethos visionário* ainda se mantém, em função das influências de outros países.

A 3.ª subparte centra-se na utilização da anáfora "Os portugueses constroem democracia" (3 recorrências) e vários argumentos são desenvolvidos para sustentar essa asserção. Nessa subparte, em especial, "os portugueses" assumem o protagonismo:

> (15) *Em suma*, aos portugueses *devemos* a nossa democracia ser *efetivamente representativa* e *salutarmente participativa*, ser passado, mas também presente e futuro. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Com o organizador textual "em suma", L enaltece a importância do povo na manutenção dos valores democráticos. O Estado Democrático de Direito é construído pelo Povo. Lembremos que o docente universitário de Direito Constitucional (Marcelo Rebelo de Souza – aqui Presidente da República) está sempre discursivamente representado através de L. O seu ponto de

vista e a orientação argumentativa são delineados pela presença de modalizadores apreciativos "efetivamente" e "salutarmente".

Todos os *ethè* individuais repertoriados do L se fundem em um *ethos coletivo* democrata, assente em valores defendidos pela democracia. Esta deve ser multicultural:

> (16) Amar a Nação de coração aberto, de alma universal, não renegando as nossas *raízes identitárias* mas sabendo que ela foram feitas (…) *de traços culturais gregos, romanos, fenícios, (...) mouros, judeus, e, mais tarde, africanos, asiáticos e americanos. Um nacionalismo patriótico e universal, não um nacionalismo egocêntrico. (*Marcelo Rebelo de Sousa*, 2017)*

Mais claramente é descrito um *ethos coletivo multicultural, universal, sem preconceitos de toda a espécie*. Este *ethos coletivo* aqui retratado se contrapõe ao *ethos coletivo xenófobo e discriminatório* de alguns Estados que defendem políticas de *extrema-direita*.

Claramente, este é o conteúdo temático central ao longo de todo texto (luta contra políticas de extrema-direita) e que reverbera na peroração, mais voltada para o futuro do país.

> (17) […] Portugal *tem de fazer mais e melhor* […] *somos uma Pátria em paz*, *com apreciável segurança, sem racismos e xenofobias de tomo* […] por isso *temos resistido* à nova vaga dita populista que percorre este mundo *afora*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

A modalidade deôntica "tem de" acompanhada com o infinitivo "fazer" pode enfatizar a preocupação do L: a guerra contra as influências políticas não está vencida. Contudo, existe, acima de tudo, um *ethos coletivo patriótico* que partilha valores identitários positivos (*arete*):

- Qualificador axiologicamente positivo: "*apreciável* segurança".
- Expressões nominais axiologicamente positivas: "*em paz*", "*sem racismos*", "*(sem) xenofobias*".

A peroração encerra-se com uma espécie de organizador textual: "Numa palavra" que se refere a todo o conteúdo discursivo anteriormente apresentado, sintetizando-o, acompanhado dos vocativos "Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados" e da unidade textual "*nós* orgulhamo-*nos* de Portugal".

Este epílogo da peroração demarca com clareza o caráter ambíguo do L (enunciador político). Por um lado, o L (enunciador político) tem um estatuto político (aqui a *phronesis*) que integra junto com os demais membros do Governo e da Assembleia da República o poder político. Por outro lado, este mesmo L (enunciador político) é um dos cidadãos portugueses e dele é próximo (a *eunoia*).

## 5. Considerações finais

Pelo exposto, constatou-se que a construção dos *ethè* individuais dos discursos políticos de 25 de Abril, textualmente desvendada, dos dois atores políticos é fortemente constrangida pelos contextos sócio-histórico-políticos em que foram produzidos.

No caso do discurso de 1977, de Ramalho Eanes, observa-se a construção de um L compósito: ora progressista (voltado para a necessidade de um desenvolvimento econômico) ora humanista (direcionado à política de proteção aos trabalhadores apregoada pelos partidos mais à esquerda). Lembremos que, na altura, logo após a Revolução de 1974, o país deveria ser reerguido pela nova geração e, ao mesmo tempo, estava ainda com forças que se opunham à democracia (em minoria, na época). Há também um *ethos* de líder, um *ethos* complacente (que se identifica com o sofrimento do povo). A identificação do L (enunciador presidente) com o público (*eunoia*) é feita, inclusive, pelo argumento *ad misericordiam*.

No discurso de 2017, o de Marcelo Rebelo de Sousa, o L apresenta uma imagem didática (*ethos* didático), mas sobretudo um *ethos* visionário, uma vez que se mostra preocupado com as possíveis influências que as políticas de direita representam para os Estados europeus, inclusive para Portugal.

As tonalidades dos *ethè* individuais construídas são distintas, os conteúdos temáticos atrelados à construção dos mesmos, também, contudo os recursos linguísticos, os tipos de argumento utilizados (o narrativo, o por analogia e o modelo), por exemplo, são similares.

Ainda, é de se ressaltar que o *ethos* coletivo que se faz presente, nos dois discursos, é o identitário, respeitando o *princípio democrático de direito* (constitucionalmente plasmado), assente em uma memória/tradição histórica do próprio povo português (argumento narrativo[14]). Contudo, este é

14 Para exemplos da utilização do argumento narrativo em discursos de 25 de Abril, ver: Pita (2023).

referenciado e focalizado com tonalidades distintas. No de 1977, existe uma centralidade em questões econômicas e sociais; no de 2017, em aspectos sobretudo políticos, o *ethos coletivo* de identidade nacional multicultural é construído, em função de um contexto político específico – o crescimento da extrema direita a nível global. Tais mecanismos enunciativo-retóricos específicos requerem materialidades retórico-enunciativas específicas e distintas.

Em suma, ao considerar a enunciação de um ponto de vista alargado, como se propôs aqui neste capítulo, conseguiu-se um percurso interpretativo mais complexo e mais adequado ao estudo dos exemplares de gênero discursivo em análise. Evidentemente, trata-se de uma pesquisa ainda com teor exploratório, carecendo de um *corpus* analítico mais extenso para uma possível generalização de resultados.

## Referências

Adam, J.-M. (1997). Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d´histoire* 75, 665-685.

Amossy, R. (1999). L´ethos au carrefour des disciplines. In R. Amossy. (dir.) *Images de soi dans le discours. La construction de l´ethos.* (pp. 127-154). Delachaux et Niestlé,

Amossy, R. (2012). *L´argumentation dans le discours*. Armand Colin.

Amossy, R. (2021). Qu´est-ce que c´est l´ethos collectif. In R. Amossy et E. Orkibi. *Ethos collectif et identités sociales* (pp. 21-51). Garnier.

Bakhtin, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. Gallimard.

Barthes, R. (1970). L´ancienne rhétorique. Aide-mémoire. *Communications* 16, 172-229.

Benveniste, E. (1974). *Problèmes de linguistique générale II*. Gallimard.

Bex, F. & Bench-Capon, T. (2017). Arguing with stories. In P. Olmos (eds.). *Narration as Argument* (pp. 31-45). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56883-6_2. Acesso em: 10 de março de 2024.

Burke, K. (1969). *A Rhetoric of Motives*. University of California Press.

Charaudeau, P. (2014). Itinéraire brésilien d´un analyste du discours. L´énonciation dans tous les moments de la vie. http://www.patrick-charaudeau.com/spip.php?page=imprimir_articulo&id_article=262.

Charaudeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Vuibert.

Charaudeau, P. (2015). De la linguistique de la langue à la linguistique du discours, et retour. In G. Engwall & L. Fant (eds.), *Festival Romanistica*. Stockholm. https://doi.org/10.16993/bac.a.

Ducrot, O. (1984). *Le Dire et le Dit*. Minuit.

Fiorin, J. L (1999). *As astúcias da enunciação*: *as categorias de pessoa, espaço e tempo*. Ática.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L´Énonciation de la subjectivité dans le langage*. Armand Colin.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2008). *L´ethos dans tous ses états*, communication prononcée au III Symposium Internatial sur l´Analyse du Discours: "Emotions, *ethos* et argumentation", Université Fédérale de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1-4 avril 2008.

Koren, R (2019). *Rhétorique et Éthique. Du jugement de valeur.* Garnier.

Maingueneau, D. (1991). *Discours et analyse du discours*. Armand Colin.

Maingueneau, D. (1999). Ethos, cénographie et incorporation. In R. Amossy. (dir.). *Images de soi dans le discours*. La construction de l´ethos (pp. 75-100). Delachaucx et Niestlé.

Maingueneau, D. (2004). Retour sur une catégorie: le genre. In J.-M Adam, J.-B. Grize & M. A. Bouacha. (eds.). *Texte et discours*: catégories pour l´analyse. (pp. 107-118). Editions Universitaires de Dijon.

Maingueneau, D. (2008). Ethos, cenografia, incorporação. In R. Amossy, (Org.) *Imagens de si no discurso*: *a construção do ethos* (pp. 69-92). Ed. Contexto.

Marques, M. A. (2018). Enunciação e referenciação. Os discursos de celebração de Abril. Enunciation and referencing. The speeches celebrating April. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* 7, 120-141.

Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril. *Forma breve 11*, 297-311. https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/5416.

Pinto, R. (2010). *Como argumentar e persuadir*. Prática: Política, Jurídica, Jornalística. Quid Juris.

Pinto, R. (2014). Analogical Argumentation in Text Genres. In H. J. Ribeiro (ed), *Systematic Approaches to Argument by Analogy* (pp. 171-187). Springer. https://doi.10.1007/978-3-319-06334-8_10

Pinto, R. (2015). Argumentação e persuasão em gêneros textuais. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em discurso e Argumentação* 9 (1), 102-114. http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/839.

Pita, S. & Pinto, R. (2017). Ethos na prática política: uma análise comparativa em contextos luso-brasileiros. *Raído* 11 (25), 271-279. https://doi.org/10.30612/raido.v11i25.5070

Pita, S. (2023). Discursos de 25 de Abril: percurso histórico de um género político/ Discourses of April 26ht: historical trajectory of a political genre. *REDIS: Revista de estudo do discurso* 13, 184-217. https://doi.org/10.21747/21833958/red13a7.

Rabatel, A. (2008). *Homo Narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit*. Tome 2. Dialogisme et polyphonie dans le récit. Editions Lambert Lucas.

Rabatel, A. (2014). Empathie, points de vue, méta-représentation et dimension cognitive du dialogisme. *Études de Linguistique Appliquée* 173, 27-45. https://www.cairn.info/revue--ela-2014-1-page-27.htm.

Silva, P. (2016). Género, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto. *Diacrítica. Revista do Centro de Estudos Humanísticos*: série ciências da linguagem 30 (1), 181-224.

Tindale, C. (2017). Narratives and the Concept of Argument. In P. Olmos (eds) *Narration as Argument*. Argumentation Library, vol 31 (pp. 11-30). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56883-6_2

Volóchinov, V. (1979). *Marxismo e FIlosofia da Linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). Hucitec.

Walton, D., Reed, C. & Macagno, F. (2008). *Argumentation Schemes*. Cambridge University Press.

## Webgrafia

Presidência da República Portuguesa. (2024). https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a--atualidade/2017/04/sessao-solene-comemorativa-do-43-o-aniversario-do-25-de-Abril/.

Parlamento (2024). http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&diary=s1l1sl1n100--3370&type=texto.

# Passado, presente, futuro nos discursos presidenciais de celebração de Abril: unidade e diversidade na construção discursiva*

https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.6

**Alexandra Guedes Pinto****

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00022/2020.

** FLUP/CLUP.

**Resumo:** Os discursos presidenciais de comemoração da Revolução de Abril constituem uma tradição que teve início em abril de 1977 e continua até aos dias de hoje, combinando as dimensões da continuidade e renovação. Proferidos por diferentes enunciadores em diferentes circunstâncias ao longo de cinquenta anos de democracia, cada um destes discursos possui uma identidade própria. Por outro lado, o seu caráter cerimonial implica a presença de elementos recorrentes que concretizam um género textual específico. Uma das recorrências é a organização semântico-pragmática em torno dos eixos passado-presente-futuro, correspondendo a três dimensões essenciais nestes discursos: evocação da data, foco no contexto da enunciação e projeção para a posteridade. Utilizando uma abordagem enunciativo-pragmática, propomo-nos analisar a forma como estas três dimensões são desenvolvidas nos discursos de comemoração de Abril dos presidentes António Ramalho Eanes e Marcelo Rebelo de Sousa. O resultado principal demonstra que estruturas linguísticas distintas materializam uma configuração semântico-pragmática similar, sintetizável na fórmula: *elogio da efeméride – diagnóstico da nação – apelo à transformação*. Não obstante esta configuração estável, cada enunciador constrói, por meio das suas escolhas linguísticas, forças e imagens discursivas variáveis que procuraremos ilustrar.

**Palavras-chave:** organização enunciativo-pragmática, discursos presidenciais de celebração, 25 de Abril, recorrências, singularidades

La parole est moitié à celui qui parle, moitié à celui qui écoute.

Michel de Montaigne, *Essais*

## 1. Introdução

Os discursos presidenciais de comemoração do 25 de Abril constituem uma tradição discursiva que, iniciada em abril de 1977 e até hoje vigente, concilia as dimensões da continuidade e da renovação. Enunciados por sujeitos diferentes num período de cinquenta anos de democracia, os discursos são reflexo de circunstâncias enunciativas específicas que os marcaram com singularidades notáveis. Por outro lado, o seu caráter ritualístico implica a existência de recursividades que constroem, em cada um dos textos, a identidade de um género textual determinado. Um dos aspetos recursivos é a organização semântico-pragmática em torno dos eixos passado-presente-futuro, correspondentes a três dimensões centrais destes discursos: evocação da data, foco no contexto da enunciação e projeção para a posteridade. A partir de um enquadramento enunciativo-pragmático e com base nas declarações presidenciais de celebração de Abril dos primeiro e último presidentes da República Portuguesa, do período histórico pós-revolução, António Ramalho Eanes e Marcelo Rebelo de Sousa, analisaremos, neste estudo, a forma como estas três dimensões se realizam nos textos[1].

## 2. O recorte de um género

Os discursos de celebração de Abril em análise neste estudo constroem-se entre os eixos da singularidade e da identidade, resultantes do facto de cada um dos textos ser a manifestação de um género determinado. Referiremos, brevemente, neste apartado inicial, algumas destas características recursivas, usando o quadro de análise de Adam (2001), que conceptualiza o género em oito planos complementares – semântico, enunciativo,

1 "Último" significa o presidente que se encontra ainda em exercício de funções à data de finalização deste estudo.

pragmático, composicional, estilístico-fraseológico, metatextual, peritextual e material[2].

No género que optamos por designar como *discurso presidencial de celebração de Abril*[3], existe um domínio temático central altamente estável, relacionado com a data celebrada, a Revolução do 25 de Abril, podendo certos subdomínios temáticos secundários divergir de texto para texto, mas exibindo sempre alguma constância. Os discursos organizam-se, tendencialmente, em torno do *Agora* da enunciação, momento em que decorre a cerimónia de comemoração, repetidamente assinalada nas sequências de abertura dos textos ("Celebramos hoje a liberdade dos Portugueses e a legitimidade das instituições que nos regem", "Comemorar Abril, como hoje fazemos, é um acto político que a todos vincula […]", "Comemoram os Portugueses mais um aniversário do 25 de Abril, hoje com um significado especial", "Celebramos hoje o 25 de Abril, uma ocasião de festa e alegria […]"). Nestas sequências, o presente do indicativo predomina, assumindo a sua função deítica plena.

No seguimento desta introdução, os discursos abrem para o passado, fazendo não só a evocação histórica da data que justifica a celebração, sempre motivo de exaltação ("Em Abril de 1974 as forças armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia", "Há precisamente 40 anos, no dia 25 de Abril de 1975, os portugueses participaram nas primeiras eleições verdadeiramente livres da nossa História", "[…] foram estes homens, eles mesmos, não outros, os heróis naquela madrugada do 25 de Abril!", "Foi assim aquele dia 25 de Abril […]"), como também a reconstituição do passado mais remoto, correspondente ao tempo pré-revolução, caracterizado como um tempo, a todos os títulos, disfórico ("Certos progressos da década de sessenta eram enganadores […]. A ordem estabelecida não tinha bases sólidas", "[…] tudo era uma frágil construção", "Foi um tempo […] que, para sempre, marcou a vida de mais de um milhão de jovens saídos das suas terras para atravessarem mares e viverem e morrerem noutro continente […]") e que foi interrompido pelo evento de mudança, a Revolução do 25 de Abril, que permite a divisão do passado em dois momentos diametralmente

2 A proposta de Adam (2001, pp. 40-41) situa-se numa linhagem que entronca em Bakhtine (1984), com os três grandes eixos de organização dos géneros: semântico, composicional e estilístico, e que tem sequência, por exemplo, também em Maingueneau (2009, p. 69). Não incluiremos um tratamento explícito das componentes material e peritextual neste estudo e a caracterização da componente estilístico-fraseológica será feita ao longo da análise.

3 Usaremos frequentemente as expressões mais sintéticas "discursos de celebração de Abril" e "discursos de Abril".

diferentes. Os tempos verbais que dominam estas macroestruturas semânticas são os pretérito perfeito simples e imperfeito do indicativo.

Relevante também é a parte dos discursos dedicada à caracterização de um presente mais alargado, que abrange o passado recente, vizinho do T0, o tempo da enunciação. Neste agregado semântico, os locutores descrevem o *estado da nação,* fazendo um diagnóstico mais ou menos positivo-negativo da situação vigente. Os tempos verbais são o presente e o pretérito perfeito composto do indicativo, que, pelos seus traços semântico-aspetuais de iteratividade e continuidade, se presta a traçar um quadro que invade o T0, sem limites temporais precisos ("[...] o País, tem desfrutado de um período de acalmia política e de harmonização de forças sociais", "Vivemos em liberdade; não há presos políticos; não há censura", "Sabemos todos, por duras experiências até nesta Assembleia, que os ideais do 25 de Abril têm sido muitas vezes adulterados", "Hoje, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a vencer [...]", "[...] somos uma Pátria em paz [...] temos resistido à nova vaga dita populista que percorre esse mundo fora"). Nestas passagens textuais, dominam os verbos de estado, retratando situações permansivas, e o advérbio "hoje", em conjunto com o presente do indicativo, é bastas vezes usado, já sem o seu sentido de coincidência com o tempo da enunciação, mas sim de referência a um intervalo de tempo alargado, que abarca o passado recente e o presente.

Uma macroestrutura semântica igualmente central nos discursos presidenciais de celebração de Abril é a invocação de um intervalo temporal que, embora centrado sobre o presente se abre para um futuro[4]. Neste agregado semântico, concentram-se os aspetos do estado da nação que precisam de ser alterados, predominando os apelos à mudança ("[...] é imperativo reanimar este país e organizar o esforço dos seus cidadãos [...]", "Temos de melhorar, e muito, o que queremos oferecer de futuro [...]", "Não o minimizemos!", "É urgente essa vontade popular, constante e firme").

A ordenação destas macroestruturas nos textos específicos pode variar, com exceção das sequências de abertura e de fecho, que, para além de ocorreram sempre na mesma posição, tendem a ser semântica e pragmaticamente estáveis. Os diferentes momentos históricos referidos nos discursos são objeto de avaliações positivas ou negativas por parte do locutor, como já aventamos acima. Sobre o passado, antes da Revolução, o tempo da Ditadura,

4 Usamos o termo *macroestrutura* no sentido de Fonseca (1998), como um agregado de enunciados com uma forte "coerência pragmático-funcional" (p. 15).

o locutor projeta uma avaliação fortemente negativa; sobre o momento da mudança, identificado com a Revolução, o locutor projeta uma avaliação inversa à anterior, fortemente positiva; sobre um dos planos do presente, identificado como o T0 do discurso de celebração, o locutor projeta uma avaliação positiva, de louvor e homenagem; sobre o outro plano do presente, que cobre um intervalo mais alargado, que inclui o T0 da enunciação, mas também os antecedentes imediatos do T0, as avaliações axiológicas divergem, sendo tendencialmente mais positivas ou mais negativas, consoante o locutor e as circunstâncias históricas específicas; finalmente, sobre o futuro, o locutor tende a projetar uma avaliação axiológica positiva, manifesta em atos expressivos de desejo e esperança, mas não isenta de emoções negativas, como o receio, por vezes presente em atos de aviso e, até, de ameaça.

A componente enunciativa dos discursos presidenciais de celebração de Abril é também altamente regular, sendo a declaração política necessariamente proferida por um locutor investido da função de Presidente da República, que sinaliza a sua presença à superfície do discurso de forma explícita, embora oscilando entre graus mais ou menos patentes. As marcas deíticas de pessoa, pronominais e verbais, podem funcionar como um itinerário dessa maior ou menor marcação. A 1.ª pessoa do singular ("Em 14 de Julho do ano passado jurei, neste mesmo lugar, garantir condições de existência de um Estado de direito democrático. Mas não sou eu o único português que assumiu compromissos com a Nação", "Não posso deixar de alargar a muitos outros que, também entre nós, vindos de fora, não falantes de português, constroem Portugal [...]") coocorre com a 1.ª pessoa do plural ("Podemos assim comemorar o 25 de Abril [...]" "Houve, há e haverá sempre um só Portugal, um Portugal que amamos e do qual nos orgulhamos, além dos seus claros e escuros, também porque é nosso. Nós somos esse Portugal", "Esta hora impõe-nos unidade"), com largos segmentos de texto dominados por fórmulas linguísticas várias de impessoalização ("Ao Presidente da República importa menos quem governa e mais como se governa", "O Presidente da República mantém a sua inflexível determinação de assegurar, por todos os meios constitucionais, as condições de realização do projecto nacional", "Olhar longe e fundo, eis por que razão o Presidente da República nunca hesitou um segundo sequer em aqui vir e aqui estar nesta evocação de Abril", "Foi muito o que se fez. Mas não basta para que se encarem com despreocupação os próximos anos")[5].

5 Adiante, na secção 2.2.2, voltaremos a estes índices deíticos.

Do ponto de vista composicional, os discursos adotam planos de texto diferenciados, havendo, todavia, macroestruturas regulares, como já referimos acima. Uma delas é a macroestrutura de abertura, que concretiza um ato de saudação do auditório, seguido de um ato de evocação e homenagem da data em causa. A macroestrutura de fecho é também previsível, compondo prototipicamente um ato de aclamação da data e do povo português, podendo conter também atos diretivos de apelo. As macroestruturas intermédias divergem, relacionando-se diretamente com as circunstâncias enunciativas particulares (T0) de cada discurso, mas revelam uma configuração comum, que, por ser central, antecipamos no título deste capítulo, em torno do eixo temporal passado-presente-futuro. Estes momentos temporais são objeto de avaliações axiológicas diferentes por parte do locutor, como já mencionado[6].

Dada a natureza do texto, a sequência textual predominante é a argumentativa e o discurso realiza, obrigatoriamente, um macroato ilocutório expressivo de homenagem e elogio, com a presença forte de atos expressivos de crítica e atos diretivos de apelo, orientados para a mobilização dos cidadãos.

Em referência à componente metatextual (Adam, 2001), o género em causa é explicitamente identificado como um discurso de celebração em todas as alocuções do *corpus*.

## 3. A celebração de Abril nos discursos dos presidentes Ramalho Eanes e Marcelo Rebelo de Sousa

Como referimos acima, um dos aspetos recursivos nestes discursos é a sua organização semântico-pragmática em torno do eixo passado-presente-futuro, correspondente a três dimensões centrais: evocação e elogio da data (passado-presente), diagnóstico do estado da nação (passado-presente) e projeção para a posteridade, com a mobilização para as transformações necessárias (presente-futuro).

Em contrapartida, enunciados por locutores diferentes num período que cobre quase cinquenta anos de democracia, os discursos são reflexo de circunstâncias enunciativas específicas. O próprio *ethos* de cada um dos

6 A contraposição entre momentos históricos associados a valores do Mal e do Bem é uma estratégia argumentativa frequente no discurso político (Cf. Pinto, 2014).

locutores contribui para essa zona de diferenciação que torna cada discurso num exemplar único.

É verdade que existe, conforme notam Marques e Ramos (2015), um "*ethos* de género", determinado pelas próprias constrições da f(ô)rma textual em que o texto se insere:

> As escolhas linguísticas e discursivas dependem, entre outros fatores, do género discursivo que, sobretudo nos géneros mais ritualizados, prevê uma determinada imagem de locutor. Existe, assim, um "ethos de género", isto é, a imagem do locutor que o género prevê quer nos modos de dizer – que regula –, quer nos conteúdos que privilegia. (Marques e Ramos, p. 150)

No entanto, nos discursos de celebração de Abril, subsiste uma larga margem para a construção de imagens discursivas específicas, quer estas se projetem sobre a identidade do próprio presidente, quer sobre os objetos de discurso (Mondada & Dubois, 1995) e as representações discursivas (Adam, 2011)[7] referenciados nestes textos. É possível, por isso, afirmar que, embora o eixo passado-presente-futuro seja uma matriz que sustenta todos os discursos, os diferentes locutores[8] estabelecem um equilíbrio específico entre estes três polos.

## 3.1. A celebração de Abril nos discursos de Ramalho Eanes

Os discursos de celebração de Abril do Presidente Ramalho Eanes (RE), totalizando 8 textos no período dos dois mandatos de 1976 a 1986[9], são

7 Embora não utilizemos de forma explícita as categorias de análise propostas por Adam (2011) no seu estudo das "representações discursivas", o conceito encontra-se subjacente na nossa abordagem: "a atividade discursiva da referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável" (p. 113), sendo a forma prototípica de manifestação da referência a relação entre tema e predicação no enunciado-proposição.

8 A desmultiplicação da instância de produção discursiva é conhecida entre os que estudam o *discurso*, referindo-se às zonas de não coincidência entre *quem fala* e *quem diz*. (Fonseca, 1992, p. 278) O locutor (*quem fala*), frequentemente, traz para o seu discurso outros enunciadores (*quem diz*), que exprimem "pontos de vista". Esta convocação pode ser explícita, sob a forma de retoma manifesta de outros discursos, ou implícita, remetendo para uma plurivocidade que justifica a rejeição da unidade do falante e a consideração da dimensão polifónica do sentido e do enunciado. Para dar conta deste desdobramento de figuras enunciativas (Authier-Revuz, 1984; Ducrot,1984; Fonseca, 1992; Rabatel, 2009; Vion, 2005, entre outros), usaremos, nesta análise, o conceito de *polifonia* e de instanciação de diferentes *vozes* num mesmo enunciado. Aplicaremos a palavra Locutor para designar os sujeitos que produziram os discursos sob estudo.

9 O primeiro mandato do Presidente Ramalho Eanes estendeu-se de 1976 a 1980 e, o segundo mandato, de 1980 a 1986. No ano de 1983, tal como explicado na introdução desta publicação, não

marcados pelos complexos desafios colocados à nação depois da Revolução do 25 de Abril de 1974, que depôs a ditadura do Estado Novo e instaurou a democracia. É um período de luta pela estabilização política, institucional, económica e de reposicionamento internacional do país. Ganham particular relevância a redação da Constituição da República Portuguesa, promulgada em 1976, em que RE desempenha um papel ativo, e a gestão de problemas relacionados com a descolonização[10].

Estas circunstâncias históricas altamente singulares deixam vestígios fortes nos discursos de celebração de Abril de RE. Podemos, até, afirmar que nos mesmos perpassam vários passados, vários presentes e vários futuros. Ao passado negro da Ditadura contrapõe-se o passado heroico da Revolução, mas a este sobrepõe-se um passado-presente difícil e desafiante, cheio de aspetos contraditórios, que se arrumam entre o polo da conquista da democracia e o da desilusão de expectativas não cumpridas. O futuro é, simultaneamente, o futuro da esperança e da ameaça, revelando como o locutor se bate pela conciliação entre tendências contrárias num tempo histórico difícil e instável.

### 3.1.1. "A memória e a lembrança": a crítica como arma para o progresso

O passado heroico do 25 de Abril, sempre atualizado no presente da celebração que justifica o discurso, não é alvo de muitas palavras nas alocuções de RE. Ele é um valor em si mesmo, o objeto subjacente de cada um dos discursos, pelo que se torna redundante adjetivá-lo, para além do necessário. RE é, tendencialmente, sintético nas referências ao valor cerimonial do seu discurso:

> (1) Em Abril de 1974 as forças armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia. Em Novembro de 1975, apoiados pela PSP e pela GNR, de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída. Hoje desfilaram nas ruas de Lisboa, reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores. (Ramalho Eanes, 1977)

houve comemoração do 25 de Abril, já que, nessa data, se realizaram eleições para a Assembleia da República.

10 Salientamos apenas alguns dos desafios mais complexos do período histórico em análise. A forma como RE geriu estes problemas elevou a sua popularidade, facilitando a sua recondução para um segundo mandato.

(2) Celebramos o projecto democrático que esteve na origem e que justifica o 25 de Abril. Estes são o dia e o lugar apropriados para que se medite no que foi feito e, para que se afirme o que é possível e necessário fazer de modo que Abril não fique como uma esperança sem resposta. (Ramalho Eanes, 1978)

(3) O 25 de Abril é uma data que, sendo digna de comemoração, exige a todos os portugueses uma responsável reflexão política. (Ramalho Eanes, 1980)

As fórmulas discursivas de abertura, dedicadas à identificação da efeméride, resumem-se a uma breve frase de elogio, que dá passagem imediata à reflexão sobre o presente e à projeção no futuro:

(4) Celebramos [...] o 25 de Abril [...]. O momento não autoriza que esta cerimónia decorra sem a sombra de perigos que ameaçam a obra incompleta da Revolução e que obrigam os Portugueses a considerar o futuro com natural ansiedade.
Neste dia, que devia ser de alegria e confiança, as palavras não podem ser usadas para ocultar ou iludir a gravidade da situação. (Ramalho Eanes, 1978)

(5) O 25 de Abril é uma data que, sendo digna de comemoração, exige a todos os portugueses uma responsável reflexão política. (Ramalho Eanes, 1980)

Em alguns dos seus discursos, o locutor assinala metadiscursivamente essa passagem da celebração para a denúncia, momento discursivo, que é, no seu entendimento, muito mais relevante[11].

(6) Perfaz 10 anos a democracia.
Constituindo um marco politicamente significativo na vida e no sentido dos Portugueses, seria um momento adequado para que de novo se falasse do fim do regime autoritário, da democracia renascida, da descolonização efectuada, das profundas modificações operadas na sociedade portuguesa, e se louvasse enfim a paz, a liberdade, a democracia e o reencontro da Nação portuguesa com a comunidade internacional.

11 Uma hipótese que justifica a parcimónia de RE no louvor da data é que, sendo ele um dos "Capitães de Abril", as dedicatórias de elogio seriam também, de alguma forma, um autoelogio.

> Se o fizesse não seria polémico, não chocaria as boas consciências e, provavelmente, não me voltariam a acusar de falta de clareza nas minhas intervenções.
> Resisti a essa tentação ao pensar que uma parte significativa da juventude portuguesa não viveu, ou se viveu não sentiu, o regime anterior.
> Resisti a essa tentação ao pensar no que vai ser o 25 de Abril de 1984 dos portugueses que se debatem no seu quotidiano com carências acrescidas – a atingir, por vezes, o limiar de uma sobrevivência digna.
> Resisti, também, ao pensar nos empresários e nos trabalhadores que, contribuindo com seriedade para a construção do nosso futuro colectivo, se encontram confrontados com aqueles que, de forma expedita e ilegítima, vão enriquecendo rapidamente, sem capacidade para um trabalho sério, sem esforço honesto, sem aceitar o risco que outros têm de suportar.
> Resisti, ainda, porque acredito que «a primeira categoria da consciência histórica não é a memória ou a lembrança; é o anúncio, a expectativa, a promessa». (Ramalho Eanes, 1984)[12]

Na sequência (6), a passagem da exaltação para o lamento e a acusação é concretizada por um movimento concessivo / contra-argumentativo que envolve todo o parágrafo, em que intervém a subordinada gerundiva ("constituindo um marco politicamente significativo") e a subordinante ("seria um momento adequado para que se falasse... e se louvasse") que, enunciada no condicional e no imperfeito do conjuntivo, remete para um estado de coisas hipotético, não real, que o seguimento do texto habilita a dizer que não se confirmou: o locutor não fala de, nem louva o 25 de Abril, reiterando essa opção através do paralelismo que se segue ("resisti (a essa tentação)") onde se aloja o movimento contra-argumentativo da sequência. Esquematicamente, RE enuncia: "Esperava-se que eu louvasse x, mas eu não louvo x; antes, lamento e denuncio y".

As fórmulas rituais da celebração parecem surgir, aos olhos deste locutor, como ocas. Na verdade, alguns dos traços de caráter associados a este presidente, que é, simultaneamente, um militar – a disciplina, a sobriedade, a modéstia e a moderação, a resiliência, a exigência e o rigor, a convicção – são confirmados nas suas palavras, conduzindo à construção de um *ethos* discursivo (Maingueneau, 2005, 2008) muito coerente. Este locutor não

12 Os sublinhados são nossos.

desperdiça tempo a tecer altos louvores à efeméride – o seu foco não é tanto "a memória, a lembrança"; antes, ele concentra a sua energia na exposição e análise dos problemas, para chegar à proposta de soluções – "o anúncio, a expectativa, a promessa".

A celebração é, aliás, ressignificada por este locutor como um momento de assunção de responsabilidades, que só se justifica como uma etapa no caminho para um futuro melhor:

> (7) Estamos a viver tempos difíceis. Para muitos, tempos de desilusão e de frustração, porque não encontram o resultado das promessas em que acreditaram e que a liberdade e a democracia justificam. De nada servirá pretender ocultar o desânimo e as críticas que, por todas as formas, nos são transmitidas [...].
> Não se justificaria continuar a comemorar esta data se o seu significado ficasse confinado ao acto, localizado no tempo, do derrube de um regime autoritário, moralmente indefensável, socialmente injusto. O que hoje comemoramos não é o fim da ditadura, mas sim a afirmação da liberdade, da responsabilidade democrática, da solidariedade social. (Ramalho Eanes, 1982)
> (8) As comemorações do 25 de Abril, para além do ritual próprio das cerimónias, não se podem esgotar numa solene evocação histórica.
> E mesmo as mais sinceras declarações de intenção não podem fazer esquecer o que ainda se não fez e está ao nosso alcance realizar.
> No plano político, o recurso exagerado à palavra, ainda que com a dignidade do discurso, pode ser, e é muitas vezes, um sintoma preocupante. (Ramalho Eanes, 1984)

Nos discursos de celebração de Abril, ao longo dos seus dois mandatos, RE vai traçando o retrato de um país que oscila entre a procura de uma nova estabilidade institucional e de uma economia mais próspera e a dispersão em divisionismos internos, falhando alcançar uma verdadeira união nacional e uma sociedade mais justa e igualitária. A projeção de visões diferentes sobre o mesmo momento histórico surge sempre nas passagens em que RE caracteriza os momentos *passado recente* (pós-revolução) e *presente*, tempos de evolução e conquista, mas também de estagnação e fracasso.

Em 1977, o locutor reconhece o período de conciliação social, apesar de os ideais de Abril estarem ainda por cumprir. A compatibilização destas duas

visões antagónicas faz-se a partir da construção concessiva-contrastiva[13], a partir do conetor *porém,* em (10):

(9) [...] nada pode desculpar que os ideais de Abril continuem por concretizar, à mercê dos que deles se servem, sem servir a Pátria. (Ramalho Eanes, 1977)

(10) Temos, porém, de reconhecer que o País, tem desfrutado de um período de acalmia política e de harmonização de forças sociais que os mais optimistas não se atreveriam a prever há dois anos atrás. Fizemos progressos evidentes na nossa convivência em liberdade. (Ramalho Eanes, 1977)

O paralelismo estrutural fica bem evidente no exemplo (11), em que RE expressa uma censura veemente, a partir de uma sucessão de perguntas retóricas ("que é feito de x?"), que identifica cada um dos ideais de Abril por cumprir. O paralelismo eleva a força da sequência:

(11) O desencanto que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e erros: que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país?
Que é feito das torrentes de alegria com que nos lançámos na construção de um país diferente, de uma pátria renovada? Que é feito da tolerância e do respeito com que decidimos conviver? Que é feito da segurança e da paz assente na justiça que afirmámos respeitar? Que é feito das habitações que quisemos construir? Que é feito da saúde que decidimos melhorar? Que é feito da educação que nos propusemos elevar? Que é feito da velhice que nos obrigámos a proteger? Que é feito do trabalho que prometemos redobrar? Que é feito da riqueza que protestámos aumentar? Que é feito das promessas de uma vida melhor que nos propusemos atingir? (Ramalho Eanes, 1977)

O balanço da situação do país vai conhecendo equilíbrios diferentes ao longo dos vários anos de mandato de RE, mas ele tende a permanecer negativo.

Em 1978, ocorre um movimento argumentativo idêntico ao de 1977, que equilibra os lados bom e mau do passado-presente. A combinação dos

13 Cf. Duarte, Pinto & Rodrigues (2022), sobre sequências discursivas de concessão e contraste.

conetores *porém* e *apesar de,* em (13), concretiza esta oposição, que também é verbalizada a partir de construções paralelas:

(12) A ingenuidade de alguns, o desespero de outros e a passividade de muitos permitiram que a estratégia organizada ou o oportunismo se servissem dos ideais de Abril. [...] Distribuiu-se para consumo o capital acumulado pela Nação e que o regime anterior não soubera aplicar produtivamente; criaram-se expectativas a que não se podia corresponder; difundiu-se a confusão e sectarismo na Administração do Estado; desorganizou-se uma parte importante do aparelho produtivo; instalou-se um clima de insegurança, de incerteza e de arbitrariedade. (Ramalho Eanes, 1978)

(13) Porém, apesar dos ataques e da violência, apesar das dificuldades acrescidas, o que era essencial no projecto que fez o 25 de Abril foi retomado em 25 de Novembro e tem vindo a ser realizado.
Vivemos em liberdade; não há presos políticos; não há censura. Assegurou-se a expressão regular e periódica da vontade popular. As instituições encontram-se legitimadas e os órgãos de Soberania dispõem de condições para o exercício efectivo das suas competências.
Respeita-se a responsabilidade democrática dos representantes do povo.
Abriram-se perspectivas de uma maior justiça social.
Estão reconhecidos os direitos fundamentais dos trabalhadores.
As forças armadas restabeleceram a sua unidade e a sua dignidade com base nos valores da hierarquia e da subordinação à sua vocação nacional. Concretiza-se o abandono gradual de funções políticas pelos militares.
Vivemos em paz.
Recuperámos uma posição de convivência democrática na comunidade internacional, diversificámos relações e voltámos a inserir-nos na Europa, a que pertencemos. (Ramalho Eanes, 1978)

Em (12) e (13), o paralelismo estrutural materializa-se de várias formas, servindo, sucessivamente, a construção de uma imagem negativa e positiva do país:

(1) a repetição de "passivas de se" (Mateus *et al.*, 2003, p. 839): "Distribuiu-se o capital", "criaram-se expectativas", "difundiu-se a confusão", "desorganizou-se uma parte importante do aparelho produtivo", "instalou-se um clima de insegurança"; "Assegurou-se a expressão regular", "Respeita-se a responsabilidade democrática", "Abriram-se perspectivas", "Concretiza-se o abandono";

(2) os grupos nominais complexos, constituídos pela coordenação assindética de construções com a mesma estrutura interna em (12): "A ingenuidade de alguns, o desespero de outros e a passividade de muitos";

(3) A repetição de construções verbais em (13) como: "vivemos em x", "não há x", ou ainda, "recuperámos, diversificámos e voltámos (a) x".

A projeção de avaliações axiológicas ambivalentes sobre o passado-presente é um traço característico dos discursos de celebração de Abril de RE, resultado do contexto desafiante do país à data, mas também do próprio caráter do homem por detrás da função. A sua exigência e o seu sentido de responsabilidade impeliam-no a observar de forma sempre muito crítica o estado da nação. A crítica tem, nos seus discursos, uma função pedagógica e construtiva de quem quer ver o país a melhorar.

Em 1979, coexiste uma longa sequência de homenagem aos que concretizaram Abril (14) com passagens igualmente longas de alerta para os aspetos negativos da pátria (15):

(14) É difícil imaginar outra data histórica em que o País pudesse mais legitimamente celebrar a liberdade da Pátria e mais justamente prestar homenagem aos que a tomaram possível.
Homenagem às forcas armadas, que em 25 de Abril de 1974 restituíram Portugal aos Portugueses, permitindo à Nação que reassumisse a sua dignidade soberana e a direcção do seu próprio destino.
Homenagem às forças militares e políticas que, no 25 de Novembro, repudiando todos os totalitarismos, restabeleceram as condições de construção de um país fraterno e viabilizaram de novo o projecto nacional de liberdade, de democracia e de justiça que impulsionou a intervenção militar.
Homenagem aos que nesta Casa se bateram, em circunstâncias por vezes quase dramáticas, para consagrar constitucionalmente

a intenção democrática original e fizeram triunfar sobre os desvios vanguardistas a concepção democrática do Estado, assente no sufrágio universal, na coexistência de diferentes opções ideológicas, no pluralismo político e no respeito da vontade maioritária.
Homenagem, enfim, ao povo português, vencedor real do 25 de Abril e do 25 de Novembro, e vencedor porque criou os pressupostos do êxito do movimento libertador; porque assumiu com confiança e entusiasmo a promessa que as forças animadas lhe fizeram; vencedor porque, quando pôde determinar a dinâmica da revolução, tornou possível o regime democrático de que os órgãos institucionais são expressão e garantia; porque resistiu às ameaças e venceu as confrontações que tentaram impedi-lo de definir livremente a sua decisão de concretizar os ideais de Abril. (Ramalho Eanes, 1979)

(15) Continuamos a viver tempos de confusão e perplexidade. Trata-se de uma evidência irrecusável no quotidiano dos portugueses: é uma realidade social, determinante e determinada, em que a acção política se exerce [...].
Se a confusão e a perplexidade persistem, e a crise se instala, é sobretudo porque continuamos a não conseguir o que parece e é realmente mais fácil num regime democrático: o entendimento entre os partidos: o compromisso político estável; o exercício consequente do Poder com conhecimento, trabalho, determinação, liberdade e integridade.
Esquecem-se ou minimizam-se as vitórias democráticas do nosso passado recente. (Ramalho Eanes, 1979)

A repetição das construções "homenagem a x, que y", em (14), permite ao locutor identificar os beneficiários da homenagem de Abril: as forças armadas, as forças políticas e o povo. Mas, logo de seguida, o locutor enuncia um conjunto de fatores que justifica a minimização das vitórias democráticas recentes.

Neste equilíbrio entre os dois pratos da balança, o que pende para baixo – a depreciação – e o que pende para cima – a exaltação, é frequente que o primeiro pese mais do que o segundo, ganhando a componente negativa do lamento preponderância sobre a do louvor.

Em 1980, a conciliação do bom e do mau acontece no interior da mesma frase, pelo recurso a construções concessivas-contrastivas, com o conetor *mas*:

> (16) Foi muito o que se fez. Mas não basta para que se encarem com despreocupação os próximos anos. Resistimos eficazmente aos primeiros embates da crise económica, mas as dificuldades que se apresentam no horizonte internacional serão, certamente, ainda mais graves. (Ramalho Eanes, 1980)

Em 1982, o balanço é claramente desfavorável. As construções reiteradas em (17) "são tempos que/onde x" enunciam os aspetos negativos do presente:

> (17) Estamos a viver tempos difíceis. Para muitos, tempos de desilusão e de frustração, porque não encontram o resultado das promessas em que acreditaram e que a liberdade e a democracia justificam. [...]
> Vivemos, de facto, tempos difíceis. São tempos que não permitem continuar a repetir muitas das promessas eleitorais, que a realidade se encarrega de reduzir à sua verdadeira dimensão.
> São tempos onde o valor e o rigor das atitudes se devem sobrepor à facilidade das palavras.
> São tempos que devem exigir uma meditação serena quanto à validade dos processos e das políticas gerais adoptadas. (Ramalho Eanes, 1982)

Em 1984, mais uma vez, a construção frásica realça o lado negativo em desfavor do positivo (18):

> (18) Estas são verdades que não satisfazem, por exemplo, a nossa juventude, que, vivendo em paz, em liberdade e em democracia – valores inestimáveis, sem dúvida – se confronta hoje com dificuldades múltiplas, designadamente de emprego, não tendo, por isso, mobilizadores horizontes de vida. (Ramalho Eanes, 1984)

A gerundiva concessiva que verbaliza as conquistas (a juventude que, vivendo em paz, em liberdade e em democracia), cede a centralidade ao outro membro da frase, onde se enunciam os problemas (a juventude que se confronta com dificuldades múltiplas). Para além disso, o reconhecimento do valor inestimável da liberdade e da democracia surge num aparte (– valores inestimáveis, sem dúvida –), secundarizado face à proposição restante.

Já em (19), a construção concessiva-contrastiva com *mas* dá a saliência ao tempo dos erros, em vez do tempo dos acertos:

(19) 10 anos é um período muito curto para avaliar as potencialidades de um regime político [...]. Mas 10 anos são um tempo longo se for apreciado na perspectiva dos erros cometidos e que são responsabilidade de todos os dirigentes políticos, de onde naturalmente me não excluo. (Ramalho Eanes, 1984)

Em 1985, se, por um lado, o locutor expressa um elogio mais longo (20), por outro lado, remata a sequência com uma crítica (21), não só longa e circunstanciada, como retoricamente mais forte, em virtude dos paralelismos (por via da repetição de "é inaceitável que x"):

(20) O 25 de Abril representou o momento e o tempo inadiáveis da realização de um projecto nacional, de árdua maturação, pelo qual personalidades diversas se bateram e que, em boa verdade, uma geração já antes conscientemente assumira na essencialidade dos seus pressupostos culturais e dos seus objectivos nacionais. É geração de todos os que se recusaram a ser herdeiros passivos do autoritário Estado Novo. (Ramalho Eanes, 1985)

(21) Não podemos, em boa verdade, deixar de constatar que, nestes curtos – e já longos – anos de democracia a pobreza aumentou, o desemprego não foi sustido, e as desigualdades sociais se agravaram, apesar de, recentemente, alguns indicadores económicos mostrarem tendência mais favorável. [...]
Temos vindo a assistir a situações sociais degradantes que não são moral e socialmente admissíveis, que não podem ser justificadas nem esquecidas.
É socialmente inaceitável que a pobreza atinja a dimensão e a expressão publicamente denunciadas.
É inaceitável que continuem a existir homens que trabalham sem serem remunerados.
É inaceitável que, em todos estes anos de democracia, se tenham adiado soluções que poderiam, pelo menos, ter reduzido as crescentes desigualdades e que acabaram por assumir dimensões tão vastas, e áreas tão diversas, desde as que decorrem de um sistema fiscal iníquo até à falta de racionalização dos serviços públicos, não falando já no desrespeito relativamente

> frequente pelos critérios de competência, rigor e equidade na atribuição de cargos e recursos públicos. (Ramalho Eanes, 1985)

Construções como a reiterada no enunciado (21) bem como outras fórmulas deônticas copresentes ("não podemos", "não são admissíveis", "não podem ser") concretizam complexos ilocutórios, que executam simultaneamente os valores pragmáticos da crítica e da recomendação[14]. É destes atos pragmáticos com força projetiva que falaremos na secção seguinte.

### 3.1.2. "O anúncio, a expectativa, a promessa": o apelo à mudança

Passado-presente e futuro constituem, como dissemos acima, um eixo estruturante dos discursos de Abril. A celebração é uma oportunidade para o chefe do estado falar diretamente à população, oferecendo uma análise abrangente e estratégica da nação e uma visão para o futuro. Nos discursos de RE, a componente vindoura ganha uma saliência muito alta. Nestas sequências estão algumas das passagens mais fortes dos seus discursos. A presença de uma diretividade acentuada mantém-se ao longo dos anos, materializando-se em estruturas muito diversas.

Os enunciados seguintes servem de amostra deste tom moralizador e mobilizador:

(22) Temos de retomar o esforço para procurar unir, onde forem úteis e onde se julgar prioritário, os homens capazes de responder aos grandes problemas concretos. (Ramalho Eanes, 1979)
(23) [...] teremos de encarar a oportunidade de revisão constitucional. (Ramalho Eanes, 1980)
(24) [...] é imperativo reanimar este país e organizar o esforço dos seus cidadãos para que os ideais de Abril não venham a ser um sonho traído. (Ramalho Eanes, 1977)
(25) [...] é forçoso encontrar uma resposta concreta para aspirações, que se vão tornando desespero [...]. (Ramalho Eanes, 1977)
(26) [...] é imprescindível que a acção do Poder seja límpida, adequada, eficaz. (Ramalho Eanes, 1978)
(27) É urgente pôr termo às situações irregulares ou ilegais. (Ramalho Eanes, 1978)

14 Sobre complexos ilocutórios idênticos a estes, ver Pinto, Pinho e Teixeira (2017).

(28) Torna-se imperativo restaurar a hierarquia do mérito e julgar o mérito, imparcialmente, pelos resultados. (Ramalho Eanes, 1978)
(29) Este consenso essencial é indispensável para continuar Abril. (Ramalho Eanes, 1981)
(30) Essa foi, e é, a esperança de Abril, que é necessário realizar. (Ramalho Eanes, 1981)
(31) É tempo de estabelecer, sem dúvidas ou concessões, o que é possível para Portugal. (Ramalho Eanes, 1978)
(32) Há que reabrir pela via corajosa das reformas profundas as portas que o desvario revolucionário fechou. (Ramalho Eanes, 1977)

Nas construções exemplificadas em (22) e (23), vemos um locutor que se dilui por detrás de um *nós*. RE enuncia muitos dos seus atos diretivos a partir de formas verbais na 1.ª pessoa do plural (temos /teremos de), com valor de "nós inclusivo" (Benveniste, 1966/ 1986), incluindo-se a si, enunciador, e ao enunciatário no grupo-alvo do enunciado deôntico. A construção da solidariedade com o povo passa pelo uso desta estratégia, com valor exortativo, que permite construir um *ethos* coletivo, mobilizado e unido em torno dos mesmos ideais[15].

Os enunciados de (24) a (28) assumem a forma "É adj que x" ("é forçoso; é urgente; é imprescindível; é imperativo" x). Como defendemos anteriormente, num estudo dedicado a estas construções (Pinto & Rodrigues, 2020, p. 227), quando um segmento de texto surge encabeçado por estas estruturas de enquadramento proposicional, existe uma focalização sobre o posicionamento do enunciador quanto àquilo que diz, que, podendo oscilar entre uma modalização epistémica, evidencial, avaliativa ou deôntica, assinala sempre uma dada orientação argumentativa do enunciador.

No caso das proposições em análise, por força dos adjetivos usados, estamos perante uma modalização deôntica, que exprime as noções de necessidade, obrigação, dever. Parret (1988) classifica construções do tipo de "É verdade que X" como "construções impessoais"[16], na medida em que

15 Marques e Duarte (2016) consideram as "formas verbais na 1ªp/pl, como uma estratégia privilegiada de construir comunidade" no discurso científico (p. 205).

16 No original francês, a construção corresponde a "C'est vrai que" tendo, por isso, uma estrutura sintático-semântica diferente da sua equivalente em português. O autor justifica a sua proposta de considerar estas construções como formas de impessoalização do discurso, mostrando outras formas frásicas que ocultam o sujeito da enunciação: "enunciados como [p1] A terra gira à volta do sol., [p. 2] É verdade que a terra gira à volta do sol., escondem os suportes enunciativos Eu digo que, eu acho que etc." (Parret, 1988, p. 75).

efetivam uma estratégia de camuflagem do enunciador, que procura "fazer parecer o seu discurso não como sendo o discurso de um sujeito, mas como o enunciado das relações necessárias entre as coisas, apagando assim as marcas de enunciação" (p. 75). Embora no sentido sintático estrito não possamos designar as construções "É adj que x" em português como construções impessoais, já que elas são "frases complexas que contêm uma oração completiva de sujeito selecionada por um adjetivo" (Barbosa, 2013, p. 1857) ou seja, "completivas de adjetivo" (Oliveira, 2003, p. 261), o efeito semântico-pragmático destes "predicados deslocados" (Busse, 2004, p. 38) e "cristalizados" (Koch, 2002, p. 85), é o de enunciarem uma asserção, uma avaliação, uma obrigação, através de um apagamento enunciativo do sujeito falante. O enunciado oculta a sua *origo* enunciativa, parecendo, nesse sentido, um enunciado atribuível à *voz do mundo*. O locutor constitui-se, por esta via, como um *ethos* de autoridade, construído a partir da sua posição social, que o habilita a produzir um discurso em nome e em benefício da nação. As construções marcam uma obrigatoriedade forte, externa ao locutor, apoiam-se em constrições que vêm de fora, de valores situados num ponto alto da escala do bem comum. Tais construções geram um efeito de incontestabilidade que torna a imposição mais aceitável.

Já nos exemplos abaixo, de (33) a (35), o locutor assume-se como a fonte do *dever* deôntico, expressando a sua firmeza através de verbos e outros lexemas com polaridade diretiva e compromissiva elevada:

(33) [...] é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades. (Ramalho Eanes, 1977)

(34) O mandato que recebi do povo português obriga-me a garantir, dentro das soluções democráticas, a recuperação do País [...]. (Ramalho Eanes, 1977)

(35) Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da Nação como sociedade livre onde valha a pena viver. (Ramalho Eanes, 1977)

O grau de compromisso de RE com a nação é alto, a sua exigência com os camaradas do governo, do parlamento e das forças militares, também. A vontade de mobilizar o povo é o que o move. A dívida de gratidão para com os que concretizaram Abril (em que ele se inclui) dá-lhe um sentido de responsabilidade acrescido. O valor da herança de que é zelador, a

liberdade, eleva a fasquia da sua missão. Todos estes aspetos tornam a dimensão prospetiva dos discursos de RE muito relevante na organização global dos seus discursos.

Relacionamos a dimensão pragmática prospetiva com os enunciados de valor deôntico, baseados na aceção de "deôntico" de Campos (2001), quando a autora, recuperando a definição de Charles Bally, indica que este valor modal corresponde ao desejo de que um determinado estado de coisas "seja ou não seja" (Campos, 2001, p. 172)[17] ou, ainda, com a sua proposta para a modalidade intersujeitos:

> A modalidade intersujeitos corresponde a uma relação interagentiva entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado: o sujeito da enunciação age sobre o sujeito do enunciado, procurando desencadear uma situação dinâmica— representada pela relação predicativa — em que esse sujeito do enunciado é Agente. (Campos & Xavier, 1991, p. 370)

Estamos, assim, perante um tipo de enunciados que se projetam no futuro e que instanciam um desejo por parte do enunciador de agir sobre um enunciatário, que adquire um papel de Agente. Enunciador e enunciatário podem coincidir no mesmo sujeito do mundo (Campos, 2004, p. 268).

Relacionamos, ainda, estas ocorrências com os atos ilocutórios diretivos de Searle (1981, p .13), que, segundo o enquadramento do autor, têm, por parte do falante, o propósito ou intenção comunicativa ("ilocutionary point") de levar o ouvinte a executar uma ação. Esse propósito pode corresponder a (e ser expresso em) graus variados, dependendo da força ilocutória do ato ("ilocutionary force"). Esta força ilocutória depende, por sua vez, do desejo ou da vontade do enunciador ("psychological state"), sendo a relação entre o enunciado e a realidade marcada por um ajustamento da realidade às palavras ("direction of fit: world-to-words").

Enquadram-se também, nesta área semântica, os atos compromissivos, já que estes, dependentes de um estado psicológico de intenção, comprometem o próprio falante com a execução de uma ação futura, mantendo uma relação com o mundo empírico de ajustamento da realidade às palavras, à

17 Diz Charles Bally (1932/1944): "La phrase est la forme la plus simple de la communication d'une pensée. Penser, c'est réagir à une représentation en la constatant, en l'appréciant ou en la désirant. C'est donc juger qu'une chose est ou n'est pas, ou estimer qu'elle est désirable ou indésirable, ou enfin désirer qu'elle soit ou ne soit pas [...]" (pp. 35-36).

semelhança dos atos diretivos ("direction of fit: world-to-words") (Searle, 1981, p. 14). Sendo que a relação enunciativa de tipo deôntico pode partir de e incidir sobre o mesmo sujeito (por exemplo, sempre que o enunciador verbaliza uma instrução dirigida a si mesmo: "o mandato obriga-me a x"), os atos compromissivos também instauram uma relação deôntica, que conduz um dado sujeito a agir.

Um outro fator que eleva a diretividade do discurso de RE são os enunciados com valor de ameaça e de aviso, alguns deles reforçados por *só* (36 e 40), advérbio focalizador exclusivo de caráter exaustivo (Costa, 2008, p. 65), ou por construções condicionais, tanto no formato simples (normalmente condicionais com negação "se não x, (não) y" (37 a 39)), como no formato de condição necessária ("só se x, é que y" (40)). Outros fatores de reforço surgem sublinhados nos exemplos abaixo, incluindo o pronome *tudo* e o uso explícito de lexemas da família de *ameaça(r):*

(36) só a vivência democrática oferece as condições para romper com o hábito de séculos [...]. (Ramalho Eanes, 1980)
(37) A crise dos equilíbrios mundiais [...] é uma ameaça evidente que, se não for encarada com firmeza, serenidade e ponderação, destruirá as sociedades e o quadro de relações em que o progresso é possível. (Ramalho Eanes, 1980)
(38) Não o conseguiremos, ou não o conseguiremos rápida e eficazmente, se não soubermos promover e defender o realismo nas medidas políticas. (Ramalho Eanes, 1980)
(39) Tudo será no entanto frágil e se manterá ameaçado se não soubermos estimular uma produção cultural, viva e actuante, com manifestação em todas as dimensões da vida colectiva. (Ramalho Eanes, 1980)
(40) [...] a acção política, entendida como orientação da colectividade e como resolução dos problemas, só tem real sentido democrático se for realizada em justiça, em equilíbrio, num espírito de solidariedade, pois só assim se poderá aspirar à estabilidade política e à aceitação social das decisões. (Ramalho Eanes, 1981)
(41) Porque falta o que pareceria mais simples, tudo fica ameaçado. (Ramalho Eanes, 1979)

Nos discursos de RE, projetam-se visões axiologicamente opostas sobre os tempos históricos relevantes. Tal como dissemos acima, diferentes passados, presentes e futuros sobressaem. O passado da Ditadura; o passado dicotómico do pós-revolução e o presente do muito que se alcançou,

mas também das expectativas que se goraram; o futuro promissor, que se cumprirá, se os apelos à mudança forem realizados, ou o futuro sombrio e ameaçador, que pode vencer, se os desígnios da nação não forem respeitados, sobretudo pela mão de fações que, mascarando-se de democráticas, apenas contribuem para minar a democracia.

Os discursos de RE são, entre muitas outras coisas, o espelho de uma democracia ainda frágil, nos seus primeiros passos, pela mão protetora e receosa de um dos seus pais.

## 3.2. A celebração de Abril nos discursos de Marcelo Rebelo de Sousa

Os discursos presidenciais de celebração de Abril de MRS contemplados no *corpus* deste livro totalizam 7 exemplares, de um conjunto de dois mandatos, o último dos quais ainda em curso.

Quarenta anos passaram desde o primeiro discurso de RE. Quarenta anos que consolidaram a democracia no país, mas que trouxeram desafios novos, alguns deles inauditos na História recente. Falamos da pandemia de COVID–19, que assolou o mundo no ano de 2020; da guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022; da crise dos migrantes, mais transversal em termos de datas, mas que afeta toda a Europa de uma forma crescente; da emergência ambiental, que se impôs como um problema prioritário no cenário político e social; da polarização política crescente, que exige o equilíbrio entre a preservação dos valores democráticos e a resposta firme a movimentos populistas emergentes; da afirmação de um mundo digital, que coloca tantas oportunidades como ameaças. Enfim, um conjunto de desafios exigentes, que marcam o exercício do poder presidencial de MRS.

As diferenças que observamos entre os discursos de Abril de RE e MRS devem-se, por isso, não apenas aos *ethe* dos respetivos locutores, mas também a um contexto socio-histórico muito diferenciado.

### 3.2.1. Dar a voz aos portugueses

No primeiro discurso de celebração de Abril que dirige à nação, MRS começa por refletir sobre a pertinência da efeméride nos seus moldes tradicionais. Numa mesma sequência, assinala o momento presente da celebração, evoca o passado, recordando o 25 de Abril e as suas tradições discursivas, e remete para o futuro, através da invocação de um cenário hipotético:

> (42) Faz, hoje, exatamente 40 anos que, pela primeira vez, aqui, nesta Casa da democracia, se iniciou o que já é uma tradição cívica — a celebração do 25 de Abril, pela voz dos eleitos por todo o povo português.
>
> E a dúvida que, de quando em vez, ouvi suscitar, a tantos dos meus jovens alunos foi esta: faria ainda sentido uma cerimónia, aparentemente de mera rotina, num claustro fechado, dividida entre reiterar a devida gratidão aos destemidos militares de 1974 e a todos quantos os haviam antecedido, na luta pela liberdade e pela democracia, e repetir os argumentos do confronto político de cada instante, nalguns casos pontuados por avisos ou mesmo quase ultimatos presidenciais? Não seria preferível viver a data fora deste Hemiciclo, junto de mais portuguesas e portugueses, num gesto de abertura da política a problemas concretos do dia a dia do cidadão comum, inovando nas ideias e ultrapassando a sensação de se estar a ver o mesmo, ainda que pessoas e circunstâncias fossem diferentes? (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Num tempo histórico já tão distante de 1974, em que os jovens têm do 25 de Abril um conhecimento mediado pelas narrativas dos mais velhos, MRS cria um pretexto para justificar a relevância da data e da sua comemoração, ao mesmo tempo que prepara algumas mudanças na tradição: a mudança dos tempos deve corresponder a uma mudança no espaço e no foco do discurso, que deve recentrar-se em "problemas concretos do dia a dia do cidadão comum, inovando nas ideias [...]".

O presidente está empenhado em estabelecer uma ligação mais próxima com as pessoas, transcendendo as formalidades do cargo. Neste discurso inaugural, surge uma estratégia linguística que se tornará uma das suas principais aliadas: a pergunta retórica ("Faria ainda sentido x?", "Não seria preferível y?"), que voltaremos a encontrar mais adiante, sempre como um instrumento de comunicação, que introduz um modo interativo, mesmo num discurso de natureza cerimonial, tornando-o mais envolvente e acessível.

As perguntas retóricas, atos linguísticos indiretos, em que o que se diz (locução) não corresponde ao que se quer dizer (ilocução) – o locutor não pretende, efetivamente, obter uma informação do alocutário através da sua pergunta – incorporam o alocutário no discurso, simulando uma construção colaborativa do sentido. Ao mesmo tempo, porque são perguntas

orientadas para uma dada resposta, são também estratégias eficazes de conduzir o raciocínio na direção pretendida, tornando-se um recurso argumentativo-persuasivo.

Depois de enunciar uma série de sinais do tempo, ligados ao apelo digital, de "substituição da substância pela forma", de um certo "empobrecimento ético e doutrinário" e de "populismos anti-institucionais", MRS conclui que a celebração da efeméride se justifica mais do que nunca:

> (43) […] é por tudo isto […] que faz sentido manter viva esta tradição. Hoje, mais do que nunca. Para mostrar que não nos esquecemos da nossa História e que há datas, como a do 25 de Abril — bem hajam os destemidos e corajosos Capitães de Abril —, que não foram, nem nunca serão, indiferentes ao nosso destino coletivo. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Ao mesmo tempo que reatualiza a tradição, MRS cumpre os três momentos canónicos dos discursos de celebração de Abril, que são os da evocação do passado, diagnóstico do presente e projeção no futuro. Fá-lo, usando os portugueses como fio condutor entre os três momentos: os portugueses concretizaram Abril, continuam Abril no seu dia a dia (nas escolas, no trabalho, na emigração) e perpetuarão Abril com a sua vontade e determinação. Os portugueses são os agentes do passado, do presente e do futuro.

Este movimento semântico cria o ensejo para que MRS formule uma longa sequência de elogio aos portugueses, com base na ideia de que são eles os fazedores de Abril. O paralelismo estrutural, que já vimos acontecer nos discursos de RE e que sabemos ser um recurso frequente no discurso político, denuncia uma estrutura retórica forte e a dominância da sequência argumentativa:

> (44) […] não podemos olvidar que, se há heróis da nossa democracia, para além dos que a prepararam e que, no 25 de Abril, lhe abriram caminhos de futuro, esses heróis são os portugueses.
> Os portugueses constroem a democracia pelo voto […] Os portugueses constroem democracia nas escolas, nos lugares de trabalho […] Os portugueses constroem democracia quando, emigrantes, nunca se esquecem das suas terras […] Os portugueses constroem democracia quando, ao fim de anos de sacrifício, sentem que valeu a pena […] aos portugueses devemos a nossa democracia. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

A passagem entre os diferentes tempos relevantes – passado, presente e futuro – acontece, como dissemos, de forma muito fluida, a partir da colocação dos portugueses como os agentes do futuro:

> (45) [...] cabe assim aos portugueses, e ao seu inquebrantável patriotismo, em primeira linha, o combate fundamental pela nossa democracia. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Os protagonistas dos discursos de MRS são, invariavelmente, os portugueses, aqueles que lhe garantiram a eleição e que o sustêm com uma taxa de popularidade, medida a partir de indicadores de aprovação, das mais altas da história da democracia. Os discursos de celebração de Abril tornam clara uma das prioridades de MRS, de manter vivo e forte o vínculo direto com os eleitores.

### 3.2.2. A polifonia como estratégia comunicativa

A estratégia polifónica do *nós* inclusivo é regular ao longo das intervenções de Abril de MRS.

> (46) Em suma, temos muito orgulho na nossa história, no nosso patriotismo aberto ao universo, na nossa capacidade para nos reinventarmos em democracia, mantendo-nos fiéis à nossa língua, às nossas raízes, à nossa maneira de ser: plataforma entre culturas, civilizações, continentes e oceanos. Numa palavra, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, nós orgulhamo-nos de Portugal. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

> (47) Houve, há e haverá sempre um só Portugal, um Portugal que amamos e do qual nos orgulhamos, além dos seus claros e escuros, também porque é nosso.
> Nós somos esse Portugal. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

Já Benveniste (1966 (1986)) afirmava que o *nós* é uma junção entre o *eu* e o não-*eu*. Este não-*eu* pode ser o *tu* ou o *eles*, distinguindo-se a forma inclusiva (*eu* + *tu*), que inclui o interlocutor, da forma não inclusiva (*eu* + *eles*), de que o interlocutor é excluído. A maior parte das ocorrências do *nós* nos discursos de MRS são ocorrências do *nós* inclusivo, em que se fundem o *eu* e o *tu*. Desempenhando um papel significativo na construção do *ethos* solidário do presidente, este *nós* ensaia também uma ideia de nação coesa,

inclusiva, unida em torno de valores essenciais – "a língua, as raízes, a maneira de ser".

Todavia, o valor do *nós* nos discursos é dinâmico, permitindo construir diferentes grupos referenciais. Nos enunciados de MRS, o *nós* não se reporta sempre ao mesmo grupo de pessoas:

> (48) Temos de melhorar, e muito, o que queremos oferecer de futuro aos nossos jovens, tal como aos nossos anciãos, que tanto nos deram já. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)
>
> (49) Não o minimizemos! Os vazios que venham a ser deixados pelos protagonistas institucionais alimentarão tentações perigosas de apelos populistas e até de ilusões sebastianistas, messiânicas ou providencialistas. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)
>
> (50) Não é esse, hoje — nem nunca poderá ser esse no futuro —, o nosso caminho na construção da liberdade, da justiça social e, portanto, da democracia e, mais amplamente, da coesão interna e da projeção externa da nossa Pátria. Nenhuma cedência de princípio pode ser admitida e nenhum tempo pode ser perdido. São os portugueses que no-lo exigem! É Portugal que no-lo impõe! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)

Nos enunciados (46) a (50) deparamo-nos com essa ambiguidade referencial do *nós,* que alude a grupos diferentes, com os quais o locutor vai estabelecendo relações interacionais específicas. Esta dinamicidade foi reportada por Marques e Ramos (2015) em discursos de outros tipos e géneros:

> A presença do locutor no discurso é dinâmica, ou instável, dependendo da perspetiva; este assume responsabilidades diversas face ao conteúdo do seu dizer e constrói relações diferentes com os interlocutores [...].
> [O NÓS plural] dá conta das relações interpessoais que o locutor estabelece com o outro, o alocutário/destinatário da sua alocução. Por isso, NÓS recorta diferentes grupos referenciais, os grupos com os quais o locutor estabelece relações interacionais específicas. (pp. 153-163)

O *nós,* nos enunciados acima, transita de um *nós-portugueses*, (46), (47 (e (48)?), inclusivo de todos os cidadãos, em que se promove uma simbiose

entre o locutor e todos os alocutários, para um *nós-políticos,* (49) e (50), recortando, como referente, as forças políticas e já não a população, que, fora deste grupo do *nós-políticos,* a ele dirige exigências e imposições: "São os portugueses que no-lo exigem! É Portugal que no-lo impõe!". O dinamismo do *nós* permite, enfim, ao locutor, executar movimentos argumentativos subtis, construindo alianças provisórias com diferentes grupos de alocutários, consoante os objetivos que, num dado momento, lhe interessam potenciar.

Por outro lado, ao colocar as exigências e imposições, projetadas sobre o futuro, na voz dos portugueses e de Portugal, MRS dilui a impositividade dos atos diretivos, desinscrevendo-se e desresponsabilizando-se dos mesmos, logo, tornando-os menos autoritários. O *nós,* nos apelos (ver acima, (48) "Temos de melhorar, e muito" ou (49) "Não o minimizemos!"), coloca o enunciador, simultaneamente, como fonte e como alvo do ato deôntico, simulando um exercício do poder mais partilhado.

A polifonia torna-se uma estratégia central nos discursos de MRS, consentânea com o *ethos* construído por este locutor de presidente consensual, popular, próximo, afetivo. No discurso de 2019, este mecanismo é estruturante: MRS vê Portugal pelos olhos dos jovens.

Usando um desdobramento enunciativo, o presidente constrói uma longa sequência, em que não fala em seu nome, mas, sim, em nome dos jovens, ativando um efeito de diluição da responsabilidade enunciativa, ao apagar-se para fazer "falar" outro enunciador, outro "ponto de vista" (Ducrot, 1984), aliás bem diferente do seu, pois que dele geracionalmente muito distante:

> (51) Os jovens de 2019 querem, além de tudo isso, respostas inequívocas para algumas perguntas urgentes.
> Quando e como voltará Portugal a querer ser uma sociedade a rejuvenescer [...] e não a envelhecer?
> Quando e como esbateremos mesmo as desigualdades que ainda persistem [...] entre pessoas, grupos e territórios?
> Quando e como anteciparemos o que aí vem, nesta era de revolução digital [...]?
> Quando e como conseguiremos explicar aos menos jovens, e são muitos, numa sociedade a envelhecer, que há mesmo alterações climáticas [...]? (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

A sequência de perguntas, numa passagem marcada por paralelismo estrutural, enuncia questionamentos dos próprios jovens. MRS será, pois, um mero porta-voz da mensagem destes para a nação. As palavras de Fonseca (1992) ajudam-nos a compreender este recurso e os objetivos do mesmo:

> […] o Locutor fala, mas a sua voz retoma ou responde a outra ou outras – do seu interlocutor ou de um Locutor ou Alocutário fictícios, ou de uma *doxa* ou de um *topos* ou mesmo a voz das coisas, do mundo. Muitas vezes o Locutor suscita essas vozes para nelas se apoiar, mas fá-lo não raro para as anular ou para, após uma fase de acordo, as orientar ou delas se servir para outras conclusões ou rumos argumentativos. (p. 275)

As perguntas dos jovens são reptos, desafios, que dão o ensejo a MRS de seguir um dado "rumo argumentativo": a introdução da dimensão projetiva no seu discurso, formulando apelos para o futuro de forma altamente modulada, sem sequer se assumir como autor dos mesmos:

> (52) A maioria destas causas não existia ou não era decisiva para os jovens de 74 […].
> O desafio dos jovens de 25 de Abril de 2019 é muito mais global, muito mais complexo, muito mais exigente, na diversidade dos fatores de que depende e do prazo alargado que envolve.
> Mais ambição no Portugal pós-colonial.
> Mais ambição na democracia.
> Mais ambição na demografia.
> Mais ambição na coesão.
> Mais ambição na era digital e na antecipação do futuro do emprego e do trabalho.
> Mais ambição na luta por um mundo sustentável. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

Os desígnios para o país surgem através de um elenco de vetores – democracia, demografia, coesão, sustentabilidade, emprego… – em que os jovens exigem "mais ambição": não é MRS que exige, são os jovens. O desdobramento enunciativo funciona não só como uma estratégia de diluição da autoridade, como também de redução da força ilocutória dos atos de crítica e de recomendação, implicados, respetivamente, no diagnóstico do presente e na projeção do futuro.

Os anos de 2020 e 2021 significaram celebrar Abril em condições inauditas, já que o mundo estava em tempo de pandemia. Como seria de esperar, as palavras iniciais de MRS, em 2020, aludem a esta circunstância:

> (53) Deliberou a Assembleia da República manter, neste tempo de sacrifício de todos os portugueses, a cerimónia oficial de evocação do 25 de Abril e mantê-la aqui, nesta Casa, nos termos em que a tem realizado, embora com um número muito reduzido de Deputados e convidados. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

Foi uma celebração minimalista, como exigiam os tempos. O presidente dedica, aliás, uma parte inicial do seu discurso a justificar a própria celebração, incompreendida por muitos portugueses:

> (54) Evocar o 25 de Abril é falar deste tempo, não é ignorá-lo. É falar dos seus desafios presentes e futuros, do que fazemos e do que falta fazer, do que acertamos e do que erramos. É ainda ir às raízes buscar forças adicionais, encontrar mais razões para mobilizar, para enfrentar cansaços, desânimos e frustrações. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

E é, justamente, a partir de um jogo polifónico, em que MRS responde a perguntas que ele próprio reconstitui, que o presidente integra as vozes discordantes da sua no discurso:

> (55) Não é este um tempo excecional e, em tempos excecionais, não devem dispensar-se evocações costumeiras e, para muitos, ritualistas? Não!
> Mas, sendo este um tempo em que vários de nós não vemos filhos ou netos, nem visitamos doentes ou lares há mais de um mês e em que só podemos, alguns de nós em grupo de risco, sair das nossas casas em termos muito mais limitados, não é um tempo que rejeite o que nesta evocação traz consigo um espírito de festa de políticos? Não!
> Mas, mesmo aceitando que o espírito da sessão é esse, num tempo de confinamento de tantos portugueses, como foi na Páscoa e é agora no Ramadão, não estamos perante um mau exemplo em estado de emergência, no plano dos princípios, como no do acatamento das diretivas sanitárias? Não! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

As interrogativas podem, como sabemos, servir de suporte a outros valores ilocutórios para além do da pergunta. No caso dos discursos de MRS, constitutivamente dialógicos no sentido fundador de Bakhtine/Volochinov (1977), mas de formato monologal, já que não incorporam uma matriz conversacional que implique a troca de intervenções entre Locutor e Alocutário, as interrogativas veiculam, com certeza, outro valor ilocutório. No caso (55), a forma interrogativa orienta-se para um objetivo pragmático que não é o objetivo prototípico da pergunta, impondo, por isso, uma situação de derivação ilocutória. Estaríamos perante "perguntas orientadas" (Kerbrat-Orecchioni, 1991, p. 22), que Rodrigues (1998) explica da seguinte forma:

> [...] perguntas directas de tipo total que, contrariando a sua aparente vocação de pedidos de informação, não visam buscar o valor de verdade da proposição subjacente a elas, mas antes orientar o seu receptor no sentido de este confirmar o valor de verdade que o locutor fez passar na sua pergunta; são orientadas precisamente porque desejam que L2 admita o ponto de vista de L1. Através de uma pergunta orientada, L1 expressa aquilo que julga ser verdade, ou aquilo que crê como óbvio e irrefutável e ao mesmo tempo convida L2 a confirmar as suas assunções e a corroborar essa evidência. (p. 52)

Em (55), o locutor condensa no seu discurso o par pergunta-resposta, deixando um espaço de liberdade muito curto para o Alocutário encontrar a sua própria resposta à pergunta colocada: a interrogativa simula um diálogo que não existe, não só porque o género textual não o prevê, como também porque, sendo a interrogativa uma interrogativa orientada, ela busca apenas a ratificação de uma dada informação. Trata-se de um uso retórico do par pergunta-resposta que dramatiza o diálogo verdadeiro e funciona como um recurso de envolvimento do Alocutário. Campos e Xavier (1991) indicam que este tipo de perguntas tende a ocorrer em situações previsíveis, em que se inclui o discurso político:

> [...] a interrogativa retórica [...] ocorre geralmente em contextos em que o enunciador se dirige a um co-enunciador que não tem voz. Por outras palavras, a um co-enunciador ao qual não é dada a oportunidade de se constituir em segundo enunciador. Esses contextos são aqueles em que se produz o discurso político, religioso ou publicitário. (p. 348)

A estruturação da sequência sob a forma de pergunta-resposta permite não só integrar outros pontos de vista – a "voz do *outro*" – num movimento de

abertura e inclusão, como também dialogar com esses pontos de vista – veja-se o "Não!" reiterado e intensificado[18]. Esta estratégia de procura de consenso abre espaço para que o presidente ressignifique a evocação de Abril, reatualizando o significado desta efeméride:

> (56) *Evocar Abril é*, nesta circunstância, combater a crise na saúde
> *Evocar Abril é* chorar os mortos
> *Evocar Abril é* testemunhar gratidão
> *Evocar Abril é* reconhecer improvisos, impreparações, atrasos
> *Evocar Abril é* retirar a seu tempo as lições do que foi e é esta vivência única
> *Evocar Abril é* viver tudo isto em liberdade e democracia. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

Contrariando a ideia tradicional da unicidade do sujeito falante[19], de que no enunciado se expressa uma só pessoa, a teoria polifónica da enunciação (Ducrot, 1984) defende que o próprio sentido é polifónico, realçando o facto de, no mesmo enunciado, se fazerem ouvir vários "sujeitos", com estatutos linguísticos diferentes, e se confrontarem várias *vozes*, não necessariamente em concordância. Assim, dar conta do sentido de um enunciado, consistiria em reconstituir essas *vozes* que se sobrepõem nos textos, considerando o locutor e a sua posição face a elas.

MRS usa as *vozes* que convoca, e a decorrente plurivocidade do seu discurso, como um mecanismo de distância enunciativa face ao dito. Seria um caso de "imputação de responsabilidade enunciativa" (Rabatel, 2009), que consiste na delegação da responsabilidade enunciativa em enunciadores segundos. Note-se que, de acordo com a proposta de Rabatel, a imputação da responsabilidade enunciativa não impede que o L1/E1 demarque o seu posicionamento face ao ponto de vista que trouxe para a cena. Esta desresponsabilização enunciativa face ao dito não significa que o locutor queira marcar um afastamento face à voz que convoca, significa, antes, que ele quer juntar mais vozes à sua voz, dando espaço a que estas se manifestem,

18 Trata-se de um *Não* intensificado pelo ponto de exclamação, que assinala a elevação da força ilocutória do ato. Todavia, atendendo ao *ethos* discursivo construído por este locutor, é um *Não* mais paternalista do que autoritário.

19 Diz Ducrot no seu capítulo intitulado "Esquisse d'une Théorie polyphonique de l'Énonciation" do livro *Le Dire et le Dit* (1984): "L' objectif de ce chapitre est de contester – et, si possible, de remplacer – un postulat qui me paraît un préalable (généralement implicite) de tout ce qu'on appelle actuellement la "linguistique moderne " […]. Ce préalable, c'est l'unicité du sujet parlant." O autor especifica mais adiante o seu objetivo: "mettre en doute le postulat selon lequel um énoncé isolé fait entendre une seule voix." (p. 171).

apagando a sua, para que outras sejam ouvidas, e para que, no final, o seu discurso, espaço de encontro de vozes, ganhe a força do consenso.

Os eixos programáticos da conciliação e da unidade perpassam por todos os discursos de MRS. Na intervenção de 2021, o presidente tenta unir os portugueses do presente e do passado, de Portugal e das ex-colónias, dos tantos destinos que a Ditadura e a Revolução forjaram, numa longa sequência marcada por um paralelismo estrutural forte:

(57) Foi um tempo feito de vários tempos e modos que, para sempre, marcou a vida de mais de um milhão de jovens saídos das suas terras [...]
Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida das suas famílias, dos seus lugares, das suas aldeias, das suas vilas e mesmo das suas cidades [...]
Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida daqueles que, por opção de princípio, recusaram aquela partida [...]
Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida dos que viveram e morreram do outro lado da trincheira [...]
Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida de famílias, de lugares, de aldeias, de vilas e mesmo de cidades, de pátrias afirmadas como Estados independentes [...]. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

Por via da repetição da construção "Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida de x", MRS evoca a época da Ditadura do Estado Novo e da Guerra Colonial, enumerando vários segmentos do povo, sempre no papel semântico de [Paciente], que sofreram os efeitos do regime e do colonialismo.

O discurso de conciliação implica também a aceitação do passado e da história, que não pode ser reescrita, sendo impossível julgar o passado com os olhos do presente:

(58) Por isso, é tão difícil olhar com os olhos de hoje e tentar olhar com os olhos do passado que, as mais das vezes, não nos é fácil entender, sabendo que outros, ainda, nos olharão, no futuro, de forma diversa dos nossos olhos de hoje [...].
Acreditando muitos, nos quais também me incluo, que o olhar de hoje não era, as mais das vezes, o olhar desses outros tempos, o que obriga a uma missão ingrata, a de julgar o passado com os olhos de hoje. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

A polifonia é, mais uma vez, a estratégia escolhida para permitir a perspetivação do passado e do presente a partir de um conjunto de pontos de vista. A aceitação desta diversidade é o cerne da democracia onde a divergência convive com a convergência. A dimensão argumentativa da polifonia destacada por Ducrot, em que diferentes vozes ou pontos de vista podem ser utilizados estrategicamente para construir ou contestar argumentos, torna-se bem visível nos discursos de MRS.

Porque os discursos são vestígios do seu contexto, o posicionamento de 2022 é marcado pela guerra na Ucrânia. A saliência é dada às Forças Militares: a sua função na paz e na segurança, na vida e na morte, em tempo de paz e em tempo de guerra:

> (59) Forças Armadas garantes da independência, da soberania, da integridade e da unidade da nossa Pátria. E, nestes tempos em que a guerra na Europa reentra nas nossas casas, toca as nossas vidas, muda o nosso dia a dia, falar em Forças Armadas é falar daquilo que, sendo passado, é muito presente e, mais ainda, futuro. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2022)

As Forças Armadas são o pretexto para definir a Pátria, uma pátria que não é só um conceito abstrato, mas, antes, um desígnio unificador, feito de pessoas de "carne e osso":

> (60) Pela Pátria! E o que é a Pátria que elas existem para servir? É um Estado independente há quase 900 anos? <u>É, mas é mais do que isso.</u>
> É uma comunidade de vida, de cultura, de língua, de identidades forjadas na diversidade, a que muitos chamam Nação, mesmo se o nosso Estado é, há muito, plurinacional? <u>É, mas é mais do que isso.</u>
> É uma História, feita de glórias e fracassos, e mais glórias do que fracassos, senão, porventura, aqui não estaríamos agora? <u>É, mas é mais do que isso.</u>
> É uma ideia, um projeto, um desígnio que nos une para além daquilo que nos separa, como o sermos universais, espalhados pelos mundos e servindo como plataformas de encontro entre eles? <u>É, mas é mais do que isso.</u>
> Uma Pátria são pessoas de carne e osso, todas somadas e cada uma delas per se, vivam cá dentro das fronteiras físicas, vivam

> fora delas, no território espiritual, que é onde estiver cada um de nós.
> Portugal são os portugueses. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2022)

Mais uma vez, a opção por uma estrutura abertamente dialógica, a partir do par pergunta-resposta, evidencia a antecipação por parte do locutor das possíveis intervenções que o alocutário traria para uma enunciação que se assume como coconstruída, incluindo, no discurso do próprio locutor, a voz do alocutário:

> [...] esse Outro que não só não está de fora como também não está ausente da produção discursiva nem muito menos a ela é alheio, antes *com o qual* (sempre, e algumas vezes tanto ou talvez mesmo mais que para o qual) o Locutor enuncia. (Fonseca, 1985, p. 250)

Ao mesmo tempo, a repetição da construção "É, mas é mais do que isso" aparece como uma espécie de refrão que estrutura a sequência, reforçando-a.

Fonseca (1992) defendeu que a matriz da comunicação-interação marca de forma indelével a língua e o discurso, que têm naquela a sua razão de ser:

> Só procedendo deste modo se estará a assumir por inteiro a matriz dialógica inscrita na língua e em consonância com isso a fazer da interlocução-interacção o que de verdade ela é – o núcleo primitivo ou a dimensão primeira, fundadora, da comunicação. Proceder deste modo é, afinal, dar-se conta do papel decisivamente interventor do Alocutário na génese, na elaboração e configuração da actividade discursiva do Locutor [...]. (p. 283)

O que nos diz Fonseca é que esta vocação comunicativa gera um "dialogismo profundo", presente em qualquer discurso, já que o Alocutário está presente na génese do discurso do Locutor.[20] Nos discursos de MRS esta vocação dialógica profunda ganha uma materialidade particularmente saliente, tornando-se um dos eixos definidores das suas declarações. Entretanto, plurivocidade e pluralismo são conceitos que se cruzam e se encontram.

20 Adam (2011) defende um princípio semelhante quando diz que toda a proposição "é enunciada por um enunciador inseparável de um coenunciador" (p. 108). Aliás, este autor formula também o conceito de "responsabilidade enunciativa", que se torna central na Análise textual dos discursos, na medida em que permite identificar os enunciadores responsáveis pelos diferentes pontos de vista (PdV) que se cruzam nos enunciados, sempre objeto de desdobramento polifónico.

Incorporar a voz do *outro* na minha voz é uma forma de fazer valer o pluralismo de vozes. Por vezes, o presidente explicita isso no seu discurso:

> (61) Ontem, como hoje, há quem concorde e discorde relativamente às atuações internas ou às posições externas e se tenha manifestado ou manifeste: 1, 100, 1000, 10 000, 100 000, 300 000. O número real ou sonhado não é o essencial, o dos que aparecem e o dos milhões que não aparecem, mas pensam diferente, agem diferente, escolhem diferente, entre si, esse pluralismo é crucial. Faz parte da essência da democracia e em ditadura nunca haveria. É essa a razão da nossa esperança. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2023)

Sendo o *ethos* o resultado de uma construção discursiva (Amossy, 2011, p. 9), percebemos que MRS alcança, com a estratégia da polifonia, vários efeitos relevantes. Constrói uma imagem empática de si e estabelece uma relação próxima com o povo, a partir de recursos como (1) o *nós* inclusivo e outras formas de incorporação da voz do *outro* e de diluição da sua autoridade de presidente; (2) a elevação do povo ao papel de protagonista e o seu elogio: o povo é o Agente do sucesso (dos êxitos políticos, da superação das crises, da própria Revolução); e a vítima, ou o Paciente dos fracassos; (3) a enunciação dos atos diretivos e de crítica pela voz de outros enunciadores; (4) os metacomentários que o colocam numa posição humilde face ao auditório: "seja-me permitido sublinhar alguns traços que poderão suscitar reflexões para outras épocas"; "E permitam-me que aqui evoque"; "Admito que assim não seja"; (5) o discurso confessional, que procura o *pathos*: "Lembro bem, lembramos bem o que nos unia, a nós, jovens, dos mais opostos pensamentos, na alvorada da mudança"; "Confesso que sinto alguma emoção quando penso que o meu avô partiu para o Brasil, naquele dia 24 de abril de 1871, levando irmãos mais novos, para fugir da miséria das Terras de Basto, no Minho mais profundo".

Estas estratégias têm também impacto na forma como o locutor constrói os momentos passado, presente e futuro nos discursos de Abril. O presidente do consenso não deseja criticar o passado ou o presente de forma veemente nem falar sobre o futuro num tom ameaçador ou impositivo. A distância enunciativa é um veículo de redução da força ilocutória muito eficaz neste propósito.

Uma análise das ocorrências de 1.ª pessoa do singular (pronomes pessoais, possessivos e formas verbais) nos discursos de MRS e de RE acrescenta

dados interessantes a esta conclusão. Como é sabido, os marcadores enunciativos de pessoa, a par de outras categorias linguístico-discursivas, constroem uma dada (inter)subjetividade no discurso (Marques, 2014) e uma dada proxémica (Araújo Carreira, 1997, p. 29), no sentido de regulação da proximidade-afastamento entre locutor e interlocutor(es). É uma arquitetura do espaço contextual, entendido como espaço físico, social e relacional:

> […] il s'agit d'un mode de qualification des entités. Ce mode de qualification est nécessairement – puisqu'il s'agit de l'adresse – une manifestation de la façon dont le locuteur envisage la relation interlocutive et se situe et situe l'autre, au sein de cette relation, et au sein d'un contexte relationnel et social plus large. (Araújo Carreira, 2009, p. 30)

Às 40 ocorrências em MRS contrapõem-se 94 ocorrências em RE. Mas não é só a nível quantitativo que estas diferenças sobressaem, a nível qualitativo também. Retirando as passagens em que MRS partilha memórias e informações mais pessoais com o auditório, exemplificadas acima, a maioria das ocorrências da 1.ª pessoa do singular dão-se em contextos metadiscursivos, sem grande relevância semântico-pragmática, em que o locutor faz comentários sobre a própria enunciação, seja para repetir, reforçando, o dito ("pessoas, grupos e territórios — sublinho territórios"; "Patriotas. Patriotas, digo bem"; "pelos que recebe de fora — digo bem, pelos que recebe de fora!"; "Já disse, e repito"), seja para sinalizar movimentos textuais ("seja-me permitido sublinhar alguns traços que poderão suscitar reflexões"; "termino, pois, por onde comecei").

Já em RE, as ocorrências da 1.ª pessoa do singular incluem-se, tipicamente, em enunciados diretivos e compromissivos de força ilocutória alta, em que o locutor assume um compromisso total com o dito. Vejam-se exemplos como: "recuso demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros."; "É meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades."; "o mandato que recebi do povo português obriga-me a garantir […]"; "Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e corretas […]"; "Não hesitei em assumir as responsabilidades das funções que exerço"; "não acredito em qualquer outra fórmula de poder pessoal […]"; "os compromissos irrevogáveis que assumi perante o nosso povo". Destas escolhas de RE, resulta o recorte de um *ethos* firme, com um sentido de autoridade vincado. Uma autoridade que é sinónimo de responsabilidade, decorrente da decisão popular que o elegeu. Os seus discursos são marcados por um grau forte de assunção de responsabilidade enunciativa (Adam, 2011; Rabatel, 2009) e logo por uma

força ilocutória alta, quer na crítica do passado e do presente, quer nas exigências para o futuro[21]. Já as escolhas discursivas de MRS revelam um grau elevado de imputação de responsabilidade enunciativa, consentâneo com um presidente apostado em diluir a sua autoridade, procurando o consenso. Tirando o elogio ao povo e ao próprio 25 de Abril, o seu discurso constrói uma versão modalizada e moderada do passado, do presente e do futuro.

## 4. Conclusão

Tal como afirma Fonseca (1998),

> A partir do título e das dimensões agregadas à situação enunciativa [...] e ainda da enciclopédia que se lhes liga / que eles activam, fica configurado [...] um *complexo* ou um *agregado de sentido* nuclear, a desdobrar adequadamente no discurso (p. 11),

É altura, pois, de retomarmos o tema que nos propusemos desenvolver neste capítulo: "*Passado, presente, futuro nos discursos presidenciais de celebração de Abril: unidade e diversidade na construção discursiva*".

Os modos da presença do locutor na superfície discursiva são uma das estratégias disponíveis para a construção de uma subjetividade e uma intersubjetividade específicas. MRS e RE constroem a sua presença de forma notavelmente diferente nos seus discursos de celebração de Abril. Enquadrados por um género textual muito ritualizado, que impõe uma força centrípeta rumo à unidade do género, estes dois locutores encontram, ainda assim, espaço para se afirmarem de forma diversa, demonstrando que o género comporta uma certa margem para a construção de imagens de si diferentes. Adam e Heidmann (2007) salientam esta flexibilidade da relação entre texto e género:

> En dépit des régularités observables, la variation caractérise toute réalisation textuelle. Le facteur principal d'innovation est lié aux conditions pragmatiques de tout acte d'énonciation: la situation d'interaction et les visées ou buts des locuteurs contraignent plus ou moins ces derniers à respecter le principe d'identité ou, au

21 Seria produtivo aprofundar outros mecanismos linguísticos de elevação da força ilocutória em RE e, inversamente, de redução, em MRS. Aspetos como um léxico de polarização semântica alta (irrevogável), atos performativos explícitos (recusar, obrigar, não hesitar) contribuem para o reforço, ao passo que verbos modais epistémicos como *poder* e advérbios de dúvida como *talvez* contribuem para a atenuação. Não nos é possível desenvolver esta análise no presente estudo devido a limitações de espaço.

> contraire, à s'en libérer en introduisant plus ou moins de variations novatrices, de décalages, en jouant tant avec la langue qu'avec les systèmes de genres disponibles. (p. 8)

Adicionalmente, embora os textos partilhem uma parte dos referentes semânticos relevantes no género (a efeméride, o passado pré-revolução, o pós-revolução, o lugar do povo, a pátria, entre outros) e os objetivos pragmáticos do mesmo, as imagens do mundo neles construídas, especificamente do passado, do presente e do futuro, são marcadamente diferentes. Elas decorrem, como ficou comprovado, não só dos diferentes momentos históricos recortados pelos discursos, como também de dois modos muito diferentes de *ser presidente*.

## *Referências*

Adam, J.-M. (2001). En finir avec les types de textes. *In* M. Ballabriga, (org.), *Analyse des discours. Types et genres: Communication et interprétation* (pp. 25-43). EUS.

Adam, J.-M. (2011). *A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. Cortez.

Adam, J.-M. & Heidmann, U. (2007). Six propositions pour l'étude de la généricité. *La Licorne*. https://licorne.edel.univ-poitiers.fr:443/licorne/index.php?id=3709.

Amossy, R. (2011). *Imagens de si no discurso. A construção do ethos*. (2.ª edição). Contexto.

Araújo Carreira, M.H. (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Peeters.

Araújo Carreira, M.H. (2009). Qualification et adresse : complexité modale et enjeux interlocutifs. L'exemple du Portugais. *Synergies*. Pologne 6, 29-34.

Authier-Revuz, J. (1984). Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages* 73, 98-111.

Bakhtine, M./ Volochinov, V. (1977). *Le Marxisme et la philosophie du langage*. Éditions de Minuit.

Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. Gallimard.

Bally, C. ((1932) 1944). *Linguistique générale et linguistique française*. A. Francke

Barbosa, P. (2013). Subordinação argumental finita. *In* E. P. Raposo, M. F. B. Nascimento, M. A. C. Mota, L. Segura & A. Mendes (eds.). *Gramática do português* (Vol. I, Cap. 36, pp. 1821-1897). Fundação Calouste Gulbenkian.

Benveniste, É. ((1966) 1986). L'homme dans la langue *in Problèmes de linguistique générale I*. Gallimard, *O Homem na linguagem* (tradução portuguesa Maria Alzira Seixo). Vega Editora.

Busse, S. (2004). *Uma tentativa de descrição das macroestruturas sintático-semânticas geradas pelo predicado nominal em porções textuais retiradas de redações produzidas pelos candidatos ao vestibular especial 2002 da Unioeste*. (Tese de mestrado não publicada), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil.

Campos, M.H.C. e Xavier, M.F. (1991). *Sintaxe e semântica do português*. Universidade Aberta.

Campos, M.H.C. (2001). Gramática e construção da significação. *In* F.I. Fonseca, I.M. Duarte & O. Figueiredo, (coords.), *Actas do colóquio: A Linguística na formação do professor de português*. CLUP.

Campos, M.H.C. (2004). A modalidade apreciativa: uma questão teórica. *In* F. Oliveira & I.M. Duarte (orgs.), *Da língua e do discurso* (pp. 265-281). Campo das Letras.

Costa, J. (2008). *O advérbio em português europeu*. Edições Colibri.

Duarte, I.M., Pinto, A.G., & Rodrigues, S.V. (2022). Contraste, concessão e contra-argumentação em textos académicos: uma análise exploratória. *Linguística: Revista de estudos linguísticos da Universidade do Porto*. 2, 149-176. https://doi.org//10.21747/16466195/ling2022v2a7

Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit.* Les Éditions de Minuit.

Fonseca, J. (1985). Sintaxe, semântica e pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, 1. FLUP.

Fonseca, J. (1992). *Linguística e texto / discurso. teoria, descrição, aplicação*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Fonseca, J. (1998). "Elogio do Sucesso": a força da palavra / o poder do discurso. *In* J. Fonseca (org.), *A organização e o funcionamento dos discursos*. Tomo III (pp. 9-78). Porto Editora.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1991). *La question*. P. U. de Lyon.

Koch, I. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. (5.ª ed). Cortez.

Maingueneau, D. (2005). *Ethos*, cenografia, incorporação. *In* R. Amossy (org.), *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. (pp. 69-92). Contexto.

Maingueneau, D. (2008). A propósito do *ethos*. *In* A. R Motta & L. S. Salgado (orgs.), *Ethos discursivo* (pp. 11-29). Contexto.

Maingueneau, D. (2009). *Les termes clés de l'analyse du discours*. Éditions du Seuil.

Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril. *forma breve* 11, Universidade de Aveiro, 297-311. https://doi.org/10.34624/fb.v0i11.5416

Marques, M. A., & Ramos, R. (2015). Marcas deíticas da presença do locutor no discurso científico: dissertações de mestrado apresentados na Universidade do Minho. *Redis: Revista de estudos do discurso*, (4), 144-168. https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/3093

Marques, M. A. & Duarte, I. M. (2016). Dêixis e valores enunciativo-pragmáticos dos predicados verbais no discurso académico. *In* X. M. Sánchez Rei & M. A. Marques (orgs), *As Ciências da Linguagem no espaço galego-português – diversidade e convergência* (pp. 179-208). Universidade do Minho /CEHUM/Húmus.

Mateus, M.H.M. *et al*. (2003). *Gramática da língua portuguesa*. Caminho.

Mondada, L. & Dubois, D. (1995). Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. *TRANEL*, 23, 273-302.

Oliveira, F. (2003). Modo e modalidade. *In* M. H. M. Mateus *et al.*, *Gramática da língua portuguesa* (Cap. 9, pp. 243-272). Editorial Caminho.

Parret, H. (1988). *Enunciação e pragmática*. Editora Unicamp.

Pinto, A.G. (2014). O discurso da ditadura: ditadura, ordem e desordem em António de Oliveira Salazar. *forma breve*. Universidade de Aveiro. (11), 313-341.

Pinto, A.G., Pinho, C.A. & Teixeira, J. (2017). Polarização e construção da força discursiva em manifestos políticos: o caso das presidenciais portuguesas de 2016. *Linha d'água*. 30 (1), 35-68. https://doi.10.11606/issn.2236-4242.v30i1p35-68

Pinto, A.G. & Rodrigues, S.V. (2020). Contributo para o estudo das construções É Adj que X como marcadores argumentativos. *In* I.M. Duarte & R. Ponce de León Romeo (orgs.), *Marcadores discursivos: o português como referência contrastiva*. (pp. 227-255). Peter Lang.

Rabatel, A. (2009). Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée… *Langue française*, 162, 71-87. https://doi.org/10.3917/lf.162.0071

Rodrigues, M.C.C. (1998). A sequência discursiva *pergunta-resposta*. *In* J. Fonseca (org.), *A organização e o funcionamento dos discursos*. Tomo II (pp. 11-220). Porto Editora.

Searle, J. (1981). *Expression and meaning*. Cambridge University Press.

Vion, R. (2005). Modalités, modalisations, interaction et dialogisme. *In* J. Bres, *et al.* (org.), *Dialogisme, polyphonie: approches linguistiques* (pp.143-156). De Boeck Duculot.

# Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril*

https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.7

**Maria Aldina Marques****

---

* Este texto, agora pontualmente revisto, foi publicado inicialmente na revista *forma breve* 11, pela Universidade de Aveiro, a quem agradeço, na pessoa do seu Editor-chefe, Professor Doutor António Manuel Ferreira, a pronta anuência à sua integração na presente publicação.

** ELACH – CEHUM. Investigação financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020 https://doi.org/10.54499/UIDB/00305/2020

**Resumo:** A celebração do 25 de Abril é um evento discursivo institucional que tem como momento central o discurso presidencial. O objetivo principal deste trabalho é analisar a construção da imagem de autoridade do locutor-presidente, nos discursos presidenciais de celebração de Abril, segundo uma perspetiva teórica pragmático-enunciativa. Nestes discursos, está em causa a função social-política ***de*** Presidente da República e a imagem de locutor que o género discursivo, o *discurso de celebração nacional*, prevê e se corporiza como expectativas dos interlocutores. Pretende-se considerar a construção do *ethos* presidencial, enquanto imagem de autoridade, em duas vertentes que conjugam a imagem institucional **de** Presidente da República com a imagem pública **do** Presidente da República. O *corpus* de análise é constituído pelos discursos presidenciais de celebração do *25 de Abril* (até ao centenário da República), que abrange os discursos proferidos pelos quatro presidentes eleitos após o 25 de Abril.

**Palavras-chave:** discursos de celebração, discurso político, *ethos*, autoridade, categorias linguístico-discursivas

> E aqui está um outro tema que deve constar da agenda para uma boa governação.
>
> Jorge Sampaio, 25 de Abril de 2005

## 1. Introdução

A celebração do 25 de Abril, realizada na Assembleia da República, é um evento discursivo institucional que tem como momento nuclear o discurso presidencial. É sobre estes discursos que me vou centrar para analisar a construção da autoridade presidencial como parte fundamental da construção contextual dos sentidos do discurso. Deste processo discursivo complexo, apenas será feita a análise da relação entre a construção da autoridade, ou melhor, da imagem de autoridade do locutor, e os referentes discursivos, do ponto de vista de uma perspetiva teórica pragmático-enunciativa.

Os discursos, qualquer discurso e não apenas o discurso político, constroem imagens dos interlocutores; imagem de si e *ethos* são termos usados para designar essas imagens discursivas. Goffman (1973), Maingueneau (1998, 1999), Amossy (1999, 2010), entre outros, recuperam, de forma crítica e reformuladora, a tradição retórica, de Aristóteles, mas também de Cícero e Quintiliano, na distinção que estabelecem entre *ethos* discursivo, a imagem que o locutor constrói de si no discurso, e *ethos* pré-discursivo ou *ethos* prévio, i.e., a imagem pública, as representações sociodiscursivas que circulam num determinado momento sobre o locutor.

A construção do *ethos, ou ethe, t*endo em conta a pluralidade de imagens que o locutor constrói e reconstrói, mobiliza duas questões fundamentais: por um lado, a relação entre a construção da imagem de si e a função social do locutor, e, por outro, a relação entre a construção da imagem de si e o género discursivo, na medida em que nele está prevista uma imagem de locutor. Nos discursos de Abril, está em causa a função social-política ***de*** Presidente da República e a imagem de locutor que o género discursivo, o *discurso de celebração nacional*, prevê e se corporiza como expectativas dos interlocutores. É ainda relevante considerar o *ethos* presidencial enquanto imagem de autoridade, em duas vertentes que conjugam a imagem institucional de Presidente da República com a imagem pública do Presidente da República.

## 1.1. Constituição do *Corpus*

O *corpus* de análise é constituído pelos discursos presidenciais de comemoração do 25 de Abril (de 1977 a 2011, o centenário da República), realizados na Assembleia da República, abrangendo os discursos dos quatro presidentes eleitos após o 25 de Abril. Dada a extensão do *corpus*, foram selecionados, num total de sete discursos, o primeiro e o último discursos proferidos por cada um, excetuando o caso do Presidente Cavaco Silva, do qual apenas foi considerado o primeiro, por estar ainda em funções, aquando da constituição do *corpus*. Os dois quadros abaixo apresentados sintetizam os dados quantitativos relativos aos discursos e número de palavras por discurso, que constituem os dados em análise.

Quadro 1 – Discursos presidenciais de Abril: total de discursos e de palavras por presidente

| | | António Ramalho Eanes | Mário Soares | Jorge Sampaio | Aníbal Cavaco Silva | Total | Média [aproximada] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1977--1985 | discursos | 8 | | | | | 2.830 |
| | palavras | 22.637 | | | | | |
| 1986--1995 | discursos | | 8 | | | | 1.703 |
| | palavras | | 13.623 | | | | |
| 1996--2005 | discursos | | | 10 | | | 4007 |
| | palavras | | | 40.065 | | | |
| 2006--2011 | discursos | | | | 6 | | 1.962 |
| | palavras | | | | 11.771 | | |
| Total | discursos | | | | | 32 | |
| | palavras | | | | | 88.096 | |

Fonte: elaboração pessoal.

Quadro II – Discursos presidenciais em análise: total de palavras por presidente

| | 1977-1985 | | 1986-1995 | | 1996-2005 | | 2006- | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| António Ramalho Eanes | 2.072 | 3.385 | | | | | | | 5.457 |
| Mário Soares | | | 2.302 | 1.602 | | | | | 3.904 |
| Jorge Sampaio | | | | | 2877 | 3629 | | | 6.506 |
| Aníbal Cavaco Silva | | | | | | | 2274 | – | 2274 |

Fonte: elaboração pessoal.

O Quadro I diz respeito ao total de discursos e de palavras, por presidente, entre 25 de Abril de 1977 e 2011, data da comemoração do centenário da república[1]. O número de discursos por presidente não é coincidente com o número de anos de mandato, porque a 1.ª celebração foi apenas em 1977 e, do Presidente Mário Soares, apenas foram considerados 8 discursos, pois em 1992 e 1993 as comemorações oficiais do 25 de Abril não ocorreram no Parlamento.

Sendo discursos relativamente breves, apresentam uma oscilação considerável entre a média mais baixa, dos discursos de Mário Soares e a mais alta, dos discursos de Jorge Sampaio. Poder-se-á atribuir estas diferenças a dimensões idiossincráticas, dada a ritualização deste género discursivo.

O Quadro II sintetiza o número de palavras dos primeiros e últimos discursos de cada presidente, realizados no período de 25 de Abril de 1977 a 25 de Abril de 2006. Também aqui se notam diferenças: Mário Soares, que pronuncia os discursos mais breves, acentua essa brevidade no último discurso, ao contrário dos presidentes Ramalho Eanes e Jorge Sampaio, que se tornam mais prolixos. Merecendo uma análise mais aprofundada, que dê conta nomeadamente de todos os discursos proferidos por cada presidente, aponta-se, mais uma vez, para a ocorrência de variação idiossincrática.

## 2. Os discursos de celebração/comemoração nacional

### 2.1. As condições históricas dos discursos de celebração nacional

O quadro histórico-discursivo dos *discursos de comemoração* do 25 de Abril é diretamente devedor do contexto sociopolítico da Revolução de Abril, que determina a perspetiva de abordagem do ato de celebração. De facto, a representação da atualidade social e política no discurso é feita por comparação com o evento comemorado. Desse contraste sobressai, em todos os discursos, uma imagem atual de crise por não cumprimento, mais ou menos modalizado, dos valores de Abril. Esta é uma sistematicidade instaurada no primeiro discurso de celebração, em 1977, pelo Presidente Ramalho Eanes e retomada por cada Presidente da República nos discursos que analisámos[2]:

1 Esta fronteira decorre do facto de este estudo fazer parte do projeto *O Discurso do Presidente. Cem anos de discursos presidenciais em Portugal*.

2 Como já referido, esta é uma "sistematicidade relativa", dado que seria necessário analisar todos os discursos para robustecer esta conclusão.

(1) Sabemos todos, *por duras experiências* até nesta Assembleia, que *os ideais do 25 de Abril têm sido muitas vezes adulterado*s no decurso destes três anos. (Ramalho Eanes, 1977)

(2) Os Portugueses estão naturalmente *orgulhosos da liberdade que usufruem* – e daquilo que ela lhes promete no domínio da criatividade e da participação –, mas sabem que lhes *falta ainda construir uma sociedade, donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância e que nos recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos direitos de todos*. (Mário Soares, 1986)

(3) Infelizmente, *após trinta anos de vida democrática*, subsistem na sociedade portuguesa *outros problemas graves*. (Jorge Sampaio, 2005)

(4) Confrontá-la [a nossa sociedade] com sonhos que marcaram aqueles dias de Abril, mas que a *realidade dos nossos dias não só não valida* como em vários aspectos nos interpela. (Cavaco Silva, 2006)

## 2.2. Os discursos de celebração de Abril

Os discursos de celebração de Abril, como género discursivo, são tematicamente determinados pelo evento comemorado, nas representações que os sucessivos locutores dele fazem. Nos discursos presidenciais de comemoração do 25 de Abril, pese embora a especificidade de cada contexto histórico particular e a especificidade dos locutores-presidentes, o objeto da comemoração é representado nas suas características históricas, como *movimento militar*, *momento de rutura política* (Ramalho Eanes, 1985), *projeto nacional* (Ramalho Eanes, 1985), *movimento patriótico* (Mário Soares, 1986), mas é sobretudo evocado e retomado nos valores que a ele são agregados de *democracia*, *liberdade* e, particularmente, de *esperança*, o que implica uma valorização do futuro. Essa projeção para o futuro é construída pela reiteração de nomes como *esperança*, *futuro* e *sonho*:

(5) […] que os ideais de Abril não venham a ser um *sonho* traído". (Ramalho Eanes,1977)

(6) Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que, para Portugal, começou o f*uturo*". (Mário Soares, 1985)

(7) O legado inestimável do 25 de Abril foi abrir-nos de par em par as portas do *futuro*". (Mário Soares, 1985)

(8) O 25 de Abril representou o restaurar da *esperança*". (Jorge Sampaio, 1996)

(9) O 25 de Abril abriu novos horizontes ao *futuro* de Portugal". (Jorge Sampaio, 1996)

(10) [...] um país à altura da *esperança* que o 25 de Abril trouxe aos portugueses". (Jorge Sampaio, 2005)

(11) Confrontá-la com *sonhos* que marcaram aqueles dias de Abril". (Cavaco Silva, 2006)

(12) Temos sabido alimentar a *esperança* nascida há trinta e três anos? (Cavaco Silva, 2006)

Esta representação de Abril condiciona os objetivos discursivos do evento de comemoração, a sua orientação discursiva, porque, como diz Plantin (1996), as palavras designam e orientam o discurso. Por isso é um discurso todo ele voltado necessariamente para o futuro, como o testemunham as próprias palavras presidenciais: "Invocando o 25 de Abril, mas *a pensar no futuro*, dirijo-me a todos os portugueses" (Mário Soares, 1995). Mas, na verdade, a evocação não constitui um fim em si. O Presidente Ramalho Eanes, no seu discurso duplamente inaugural, o primeiro do seu mandato e o primeiro das celebrações de Abril na Assembleia da República, afirma:

(13) Srs. Deputados, entendo ser este *o momento apropriado para se fazer uma pausa e reflectir* sobre o percurso realizado, sobre os sintomas da crise de desenvolvimento, de projecto e de valores que empobrecem o nosso presente e ameaçam o nosso devir democrático. (Ramalho Eanes, 1985)

Trinta anos mais tarde, o Presidente Cavaco Silva, no primeiro discurso de celebração de Abril como Presidente da República, sintetiza estes condicionamentos, que se individualizam como características do ato de celebração e, por essa via, dos discursos presidenciais de celebração:

(14) Uma forma tentada ao longo dos anos para que esta cerimónia de homenagem, a 32.ª, o seja menos à data e mais à história que

nela se encerra, *foi a de fazer dela um momento de reflexão sobre o nosso tempo*. (Cavaco Silva, 2006)

Na proposta inicial do Presidente Ramalho Eanes, retomada em cada um dos discursos posteriores, o locutor assume a tarefa de, em nome do país, apontar sucessos e insucessos e traçar caminhos.

## 3. A autoridade do Presidente

Este objetivo pressupõe a afirmação de *autoridade* do locutor-presidente, que está duplamente ancorada. Com efeito, a autoridade do Presidente da República decorre da legitimidade institucional, mas também da sua credibilidade política. É, pois, necessário distinguir o estatuto **de** presidente, no primeiro caso, e o estatuto **do** presidente, no segundo. Coexistem aqui imagens de si complementares, construídas por mecanismos discursivos diversos. As estratégias e recursos linguísticos para a sua realização são comuns a todos os discursos em análise.

### 3.1. O estatuto de Presidente da República – da legitimidade à credibilidade

O Presidente, representante máximo da República, eleito por sufrágio universal, é uma figura emblemática da democracia e garante da coesão nacional. A função de Presidente da República agrega, portanto, uma imagem positiva, de árbitro e defensor da democracia, uma imagem suprapartidária de "presidente de todos os portugueses", na expressão de Mário Soares ao vencer as eleições em 1986, e sempre retomada pelos presidentes seguintes no momento de vitória eleitoral. A legitimidade conferida pelo voto popular dá-lhe autoridade institucional, que o locutor explicitamente assume. Nos exemplos (15) e (16), o pronome pessoal de 1.ª p/sg mostra um locutor individual que assume as responsabilidades que lhe foram cometidas, mas a que agrega, desde logo, uma atitude própria de empenhamento e liderança. O contraste semântico entre a posição de objeto, "subordinado" ao verbo *obrigar* (obriga-*me; Está o Presidente da República obrigado*), e a de agente (*Não hesitarei; tenho atribuído alto significado*) põe em destaque uma autoridade recebida, delegada, mas também construída:

(15) *O mandato que recebi do povo português obriga-me, a garantir*, dentro das soluções democráticas, a recuperação do País, a

identidade nacional e o desbloqueamento da angústia coletiva perante o presente e perante o futuro.
*Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e corretas* que assegurem a viabilidade da Nação como sociedade livre onde valha a pena viver. (Ramalho Eanes, 1977)

(16) [...] está o Presidente da República *obrigado a fazer cumprir a Constituição* que jurou e que só a vontade soberana desta Assembleia da República, dotada de poderes de revisão, pode alterar. Mas, também, está o Presidente da República *obrigado a interpretar* as condições de garantia da Coesão Nacional, por isso *tenho atribuído* tão *alto significado à necessidade de um amplo debate e de um amplo consenso*. (Jorge Sampaio, 1996)

A defesa de Portugal e dos portugueses, a que a função de presidente o obriga, leva o locutor a privilegiar outras estratégias de aproximação ao alocutário, nomeadamente por intermédio de um voz coletiva (pelo uso de NÓS) a partir do qual o locutor individual constrói uma imagem de solidariedade.[3] Com distintos valores referenciais, ora identificando os políticos – presentes na cerimónia –, ora o povo, ausente fisicamente, mas presente na relação interacional construída por cada locutor, é o país/nação que com mais frequência se constitui como referente do deítico *nós*. Em (17) a cadeia anafórica (portugueses – lhes – nos) é assegurada pela identificação de NÓS com o povo português. Na sua função de presidente, o locutor integra-se nestes diferentes grupos, assumindo as responsabilidades, as dores, os sonhos e os insucessos que, na sua perspetiva, são de todos:

(17) Os *Portugueses* estão naturalmente orgulhosos da liberdade que usufruem – e daquilo que ela lhes promete no domínio da criatividade e da participação –, mas sabem que lhes falta ainda construir uma sociedade, donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância e que *nos* recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos direitos de todos. (Mário Soares, 1986)

(18) Talvez nos últimos anos *tenhamos esquecido a necessidade de manter, de forma equilibrada, o mesmo nível de investimento em todas estas áreas*. (Jorge Sampaio, 2005)

3 O *ethos* de solidariedade, diz Charaudeau (2005), é próprio de "um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas". (p. 163)

(19) Julgo poder expressar o sentimento geral ao dizer que muito *progredimos* na modernização da economia e na afirmação de novos estilos de vida, mas *ficámos* muito aquém na concretização dessa ambição de uma sociedade com maior justiça social. (Cavaco Silva, 2006)

A proximidade ao povo, à nação, é uma estratégia reforçada por estruturas avaliativas axiologizantes que, sendo simultaneamente estruturas de desinscrição enunciativa, fazem sobressair uma voz genérica responsável pelos atos de repúdio face a injustiças de que os portugueses são vítimas:

(20) *É socialmente inaceitável* que a pobreza atinja a dimensão e a expressão publicamente denunciadas.
*É inaceitável* que continuem a existir homens que trabalham sem serem remunerados.
*É inaceitável* que, em todos estes anos de democracia, se tenham adiado soluções que poderiam, pelo menos, ter reduzido as crescentes desigualdades [...]. (Ramalho Eanes, 1985)

(21) A carência extrema reveste *formas particularmente insuportáveis* de injustiça e humilhação. (Jorge Sampaio, 2005)

(22) E a exclusão – a dimensão de não pertença a que demasiados dos nossos concidadãos se veem remetidos – *é tão intolerável que*, por contraste, têm de ser reduzidas à sua devida proporção as controvérsias geradas a propósito de pequenos aperfeiçoamentos dos nossos direitos. (Cavaco Silva, 2006)

Esta imagem do presidente, de solidariedade com o povo que sofre, é completada por uma imagem de firmeza, de combatividade – contra quem pretende trair os ideais de Abril –, e que se articula à responsabilidade política assumida como Presidente da República. Por isso, o locutor decide assumir essa responsabilidade novamente na 1.ª p/sg nos exemplos (23) e (24). A escolha desta modalidade elocutiva na defesa de um futuro digno de Abril e dos interesses do povo português dá visibilidade ao *ethos* de credibilidade, mas também de liderança, pela imagem modelar que o locutor estrategicamente constrói de si enquanto indivíduo, e semiotizada pelo uso das estruturas frásicas "recuso demitir-me das responsabilidades"; "Eu assumi e continuarei a assumir as minhas"; "Continuarei sempre, mobilizando os portugueses, a lutar por um país melhor"; "é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades":

(23) não sou *eu* o único português que assumiu compromissos com a Nação. Porque *recuso demitir-me das responsabilidades* que o povo português colocou sobre os meus ombros, *é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidade*s. (Ramalho Eanes, 1977)

(24) Repito: não há tempo a perder nem *responsabilidades a transferir*. *Que cada um assuma as suas*. *Eu assumi e continuarei a assumir* as minhas até ao último dia do meu mandato. *Continuarei* sempre, *mobilizando os portugueses, a lutar por um país melhor*. (Jorge Sampaio, 2005)

E porque, como reivindica o Presidente Mário Soares no último discurso que proferiu na celebração da revolução, "o Presidente da República [...] é o garante da unidade nacional e do regular funcionamento das instituições", e lhe cabe assegurar, portanto, a salvaguarda de tais desígnios constitucionais sem criar divisões entre os portugueses, os atos de advertência e crítica que constrói não têm destinatários identificados:

(25) *Não se pode ser democrata* nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis. (Ramalho Eanes, 1977)

(26) *Se temos o crédito das liberdades e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos a esperança de um povo a respeitar,* nada pode desculpar que os ideais de Abril *continuem por concretizar*, à mercê *dos que deles se servem,* sem servir a Pátria. (Ramalho Eanes, 1977)

(27) Da voz desta Assembleia nasce a legalidade. *O seu silêncio é fonte de arbítrio*. (Ramalho Eanes, 1977)

(28) Se não *fizermos* o que é necessário fazer, essas crises, sob idênticas ou diferentes formas, regressarão, enfraquecendo, pela sua própria repetição, *a nossa capacidade* de as enfrentar. (Jorge Sampaio, 2005)

(29) Mas, dentro destas, ressaltam as que conseguiram manter uma dimensão humana, proporcionando satisfação e bem-estar aos que nelas habitam, em contraste com as que se tornaram autênticas chagas urbanísticas, *produto da desorganização e da*

> *irresponsabilidade,* condenando os seus habitantes a um mau viver resignado, sem qualidade e sem horizontes. (Cavaco Silva, 2006)

Em todos estes excertos, o locutor apaga, na superfície discursiva, os destinatários do seu discurso, através de estruturas de generalização e indeterminação (25 e 26), de atos indirectos (27), de nominalizações (29) ou ainda pela integração do locutor no grupo-alvo (25, 27 e 28), numa atitude de generosidade na preservação da imagem dos adversários, que reforça a sua imagem de solidariedade em construção no discurso.

## 3.2. O estatuto do Presidente da República – a autoridade pessoal no quadro institucional

Em inter-relação com as imagens institucionais, cada presidente da República vai também construir o seu *ethos* discursivo pela recuperação e integração de um *ethos* pré-discursivo, ou prévio, que o credibiliza fortemente, atendendo a que, como refere Charaudeau (2005, 92), a credibilidade repousa sobre "un pouvoir de faire". Assim, mostrar-se credível é fazer prova de que se tem esse poder. O passado pessoal, a história democrática de cada locutor, reforça o *ethos* positivo que a função de presidente (garante da democracia) lhe confere e fortalece a sua credibilidade, pelas provas dadas. Esta estratégia está presente, de modo sistemático, nos últimos discursos presidenciais.

Os discursos dos três primeiros presidentes recuperam as suas imagens prévias de democratas, heróis de Abril. Desde logo, com o Presidente Ramalho Eanes, que nunca se mostra explicitamente como capitão de Abril, mas se integra na geração dos que tornaram Abril possível:

> (30) *A transição do autoritarismo para um regime de democracia* pluralista ficou, em suma, a dever-se ao empenho de uma *geração* que para o seu projecto encontrou indiscutível apoio popular. […]. A verdade é que, apesar de tudo, o projecto da *geração a que pertenço* ainda está bem longe da sua plena realização. (Ramalho Eanes, 1985)

O Presidente Mário Soares reclama também a pertença a essa geração de Abril a que agrega a valorização da sua função de "*constituinte*" e de *parlamentar*:

(31) *Sou*, *confessadamente, um homem do 25 de Abril*. *Pertenço a uma geração de portugueses* para quem esse dia singular foi o melhor das suas vidas, porque representou a concretização de uma *luta intransigente pela liberdade*, que sempre mantiveram, década após década. (Mário Soares, 1995)

(32) Esta é a última vez que comemoro, como Presidente da República, o dia da liberdade. É com emoção que o faço nesta Casa, a Assembleia da República, a que me sinto tão ligado como c*onstituinte* e *como parlamentar que tanto me orgulho de ter sido*, [...]. (Mário Soares, 1995)

O Presidente Jorge Sampaio faz idêntica recuperação do seu passado "antifascista" e do seu ativismo político no parlamento, que, de igual forma, avalia positivamente:

(33) *Pertenço a uma geração* que esperou e *lutou* por esse dia. A sua chegada representou uma alegria ímpar que a nossa memória conserva como um daqueles grandes momentos que tornam a vida exaltante e a abrem ao futuro. (Jorge Sampaio, 2005)

(34) De facto, ao dirigir-me, neste Dia, à Assembleia da República, não posso nem quero esquecer que *fui, com muita honra, um parlamentar dedicado*. *Tenho orgulho em tê-lo sido e conservo dessa experiência uma grata recordação*.
*Aprendi* nesta Casa que, sem debate parlamentar exigente, é o próprio debate democrático que se empobrece e desprestigia. *Aprendi* que há momentos de convergência e momentos de divergência, momentos de consenso e momentos de dissenso. (Jorge Sampaio, 2005)

Não se restringe, obviamente, ao discurso final de cada presidente a construção desta vertente pessoal. É esse o caso do Presidente Cavaco Silva, que, não tendo feito ainda o último discurso presidencial de Abril, não deixa de convocar no seu discurso inaugural esta dimensão pessoal, que passa pela construção de um *ethos* de humanidade, de proximidade e atenção aos outros, um comportamento da esfera pessoal, que precede o seu estatuto presidencial, e é materializado pelo recurso a formas verbais na 1.ª p/sg, como lembrar, reparar, ouvir, reconhecer:

(35) Ao evocar esses dias de sonho e de esperança, *lembro*-me *sempre* daquele cartaz em que uma criança colocava um cravo no cano de uma espingarda. [...] *Preocupam-me* os casos de crianças vítimas de negligência e de maus-tratos físicos e psicológicos, que regularmente são objecto das notícias dos órgãos de comunicação social. *Reparo* no número de processos instaurados pelas instituições vocacionadas para a sua protecção. *Ouço* o testemunho do cidadão anónimo ou do técnico que lida diariamente com estes casos e *não posso deixar* de *reconhecer* que essas mesmas crianças constituem o elo mais fraco dessa cadeia social que alimenta a exclusão. (Cavaco Silva, 2006)

Esta imagem de humanidade sobressai no contexto de ocorrência por ser o único excerto de um conjunto de reflexões sobre injustiças sociais que o locutor apresenta como um ponto de vista singular, marcado no uso da 1.ª p/sg.

## 3.3. Construir um ethos de guia: propor caminhos que cumpram os desígnios nacionais

A reflexão, assumida como objetivo dos discursos presidenciais nas comemorações de Abril, traduz-se em orientações para o futuro de Portugal, na construção de uma "agenda para uma boa governação", como refere o Presidente Jorge Sampaio. O discurso de comemoração torna-se, assim, um discurso de forte influência política ou, por outras palavras, um exercício de autoridade presidencial, que propõe a visão do Presidente da República sobre Abril e sobre o futuro político, económico e social de Portugal.

Todos os discursos presidenciais adotam uma representação dessa reflexão organizada em duas partes, a primeira de "diagnóstico" ou constatação (a, b, c, d) e a segunda de princípios orientadores (a', b', c', d'), na forma de atos injuntivos indiretos, que pretendem responder à assertividade inicial, e que são apresentados no Quadro III.

Quadro III: Construção discursiva da reflexão presidencial: Diagnóstico e princípios orientadores

| | |
|---|---|
| a) *A intolerância* introduzida na sociedade portuguesa *mantém* ainda afastados do contributo que devem à Pátria homens indispensáveis em sectores decisivos para o desenvolvimento do País. (Ramalho Eanes, 1977) | a') *Precisamos de quadros*, de quadros qualificados e motivados, para conceber e realizar programas audaciosos que multipliquem os empregos. (Ramalho Eanes, 1977) |
| b) Nunca como *agora* foram tão grandes *as expectativas legítimas* nem as possibilidades, a prazo razoável, de dar expressão concreta aos anseios dos Portugueses. (Mário Soares, 1986) | b') Nesse sentido, *torna-se urgente* fazer um esforço formidável na educação e na formação profissional da nossa juventude, apostando a fundo na investigação científica e tecnológica e abrindo grandes espaços, nas nossas preocupações quotidianas, à plena criatividade e à inovação. (Mário Soares, 1986) |
| c) *O problema crónico* da economia portuguesa *está*, como sabemos, *na insuficiência* de competitividade e no *excesso* de despesa relativamente ao produto que tem sido capaz de gerar. (Jorge Sampaio, 2005) | c') Para corrigir esta situação, *é preciso* gastar menos, [...], e produzir mais, especialmente para exportação. *Temos de* vencer o desafio da globalização competitiva e produzir [...]. Mas também *temos de* moderar a despesa interna... (Jorge Sampaio, 2005) |
| d) Sabemos que *os efeitos da crise económica tendem* a potenciar esses sinais, nomeadamente através do desemprego de homens e mulheres que, pelo seu nível de escolaridade e pela sua idade avançada, enfrentam dificuldades acrescidas na procura de um novo posto de trabalho. *É nestas situações que o risco de exclusão social aumenta.* (Cavaco Silva, 2006) | d') Para que esse risco possa ser atenuado *não chega exigir* mais medidas ou mais dinheiro [...]. Todos somos responsáveis, *todos temos que assumir* a quota-parte de responsabilidade [...]. *Temos de romper* com o conformismo e o comodismo [...]. *Temos de conseguir* enaltecer, através de uma nova atitude cívica, o exemplo de milhares de cidadãos [...]. (Cavaco Silva, 2006) |

Fonte: elaboração própria.

O diagnóstico da situação político-social é feito pelo locutor em enunciados marcados pela modalidade epistémica, mas a que a *modalidade delocutiva* (Charaudeau (2005)[4], por desinscrição enunciativa (Rabatel, 2003,

4 A modalidade delocutiva assenta numa estratégia de apagamento enunciativo, ao apresentar o que é dito como um efeito de verdade, que não é, por isso, da responsabilidade de nenhum dos interlocutores como se a palavra dada não fosse da responsabilidade de uma voz, identificada ou identificável.

2004), confere o estatuto de evidência que decorre da verdade das coisas; são verdades enunciadas independentemente das circunstâncias da enunciação e que criam um mundo de evidência. São, pois, atos assertivos que trazem para o discurso uma voz coletiva, genérica, que pressupõe a concordância dos interlocutores. O locutor apaga-se dando lugar a uma voz – de autoridade – que se responsabiliza pela verdade das constatações. Ou seja, os enunciados são marcados por *expressões definidas* que não só pressupõem a verdade dos factos enunciados (*A intolerância* introduzida na sociedade portuguesa; *o problema crónico* da economia portuguesa, etc.) como introduzem um referente discursivo já conhecido dos interlocutores[5].

Quanto aos *princípios orientadores*, que pretendem ser compromissos políticos para o futuro de Portugal, sobressai a modalidade deôntica, marcada por valores de necessidade que se articula com os valores do ato assertivo anterior. Este, ao convocar um consenso alargado, faz com que o conteúdo do ato injuntivo que se segue seja do interesse dos destinatários mais do que do locutor. Por isso, este privilegia, mais uma vez, estruturas de desinscrição enunciativa, ao serviço de um processo de referenciação que representa o objeto discursivo independentemente do locutor, ou melhor, independentemente da sua presença explícita no discurso. O locutor põe em cena um enunciador universal, a que pretende que o alocutário se identifique. De facto, as orientações políticas, plasmadas em estruturas de impessoalização (*é preciso que*, *torna-se urgente*, *não chega*) e de construção de uma voz coletiva (*temos de*; *precisamos de*) a que o locutor individual se assimila, aliadas às suas específicas competências de Presidente da República, fazem da injunção um ato de exortação. Ora, o ato exortativo é uma "ordem travestida" (Duarte, 2006) em ato de sedução. Por isso, e à semelhança do que ocorre com os atos discursivos de crítica e advertência, acima referidos, o locutor evita assumir uma posição de comando, potencialmente agressiva, face aos seus interlocutores institucionais e procura antes o seu assentimento.

Mas são estratégias que reforçam a credibilidade e a autoridade presidenciais, apoiadas na imagem de Presidente da República partilhada pelos portugueses.

Por isso, os atos exortativos são, com frequência, sequencialmente contextualizados por sequências explicativas (Adam, 1985), que esclarecem os

5 Em dois dos exemplos selecionados, esta estratégia é reforçada pelo comentário (*como sabemos*), que afirma a partilha desses conhecimentos, implícita nos outros, por força da generalização.

princípios orientadores enunciados, contribuindo também para a construção da imagem de credibilidade do locutor pelo reforço do efeito de evidência antes conseguido. Veja-se o exemplo seguinte que ilustra o percurso privilegiado de constatação, exortação, explicação e avaliação:

i) *Constatação:* Há que reconhecer que *o enorme apoio financeiro* da União Europeia, nos últimos 20 anos, apesar do seu extraordinário contributo para a modernização e infra-estruturação do País, com reforço da coesão nacional, *produziu resultados muito aquém do necessário*, em termos de redução de assimetrias regionais de desenvolvimento, da nossa posição competitiva e da produtividade nacional.

ii) *Exortação: Torna-se*, por isso, *indispensável*, agora que estamos no limiar de novo quadro comunitário de apoio, *que sejam adoptadas políticas públicas com claras apostas estratégicas, que rompam com a artificial compartimentação* de programas segundo as fontes de financiamento ou a verticalização ineficiente por ministérios.

iii) *Explicação: Do que se trata é de* privilegiar a transversalidade dos programas e das políticas, virados para a modernização da nossa estrutura económica e social, forçando uma efectiva colaboração inter-ministerial para esses objectivos e operacionalizando-os segundo uma lógica territorial coerente.

iv) *Avaliação: Este é um enorme desafio* que os governos têm pela frente e que exige uma rigorosa reflexão. (Jorge Sampaio, 2005)

A modalidade deôntica, marcando um valor de obrigatoriedade (Há que reconhecer; torna-se indispensável) reforça o raciocínio em curso e o objetivo de persuasão que subjaz ao discurso. Em convergência com uma estratégia de apagamento enunciativo, a informação é apresentada não como opinião pessoal, mas como fazendo parte da ordem das coisas.

## 4. Conclusão

Os discursos de celebração de Abril são, em primeiro lugar, discursos políticos com claros fins persuasivos, que condicionam a estrutura e a temática discursivas. A celebração da *Revolução dos Cravos* não é tomada como um fim em sim, unicamente de rememoração, a que se adequaria, em termos discursivos, uma modalidade narrativa. Antes constitui um momento

privilegiado para o Presidente da República traçar objetivos e caminhos para o país, ao nível político, económico, cultural e social, marcados na estrutura discursiva por atos assertivos, injuntivos e explicativos. A sistematicidade desta *agenda*, nos discursos analisados, configura-se como o emergir de uma finalidade constitutiva deste género discursivo. Os discursos de comemoração parecem ser, assim, uma oportunidade para o exercício do poder político presidencial.

E por isso a construção de um *ethos* global, um *macroethos*, de autoridade e credibilidade é tão fundamental. Permite distinguir, mas também correlacionar duas vertentes: a imagem **de** presidente, institucional, e a imagem **do** presidente, pública, na sua idiossincrasia, a que o *ethos* prévio vem também dar suporte.

De facto, a autoridade dos presidentes assenta num complexo trabalho discursivo de construção de *imagens de si* que sustentam o objetivo confessado de marcar a agenda política, mas em nome dos portugueses e da democracia, no exercício da função institucional para que foram eleitos e a que agregam dimensões pessoais fundamentais. Fica, no entanto, claro que é necessário matizar tais conclusões, que são forçosamente provisórias, ou pelo menos parcelares, e prosseguir com a análise de todos os discursos presidenciais de comemoração de Abril.

## Referências

Adam, J.-M. (1985). *Les Textes, Types et Prototypes*. Armand Colin.

Amossy, R. (1999) (ed.). *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Delachaux et Niestlé.

Amossy, R. (2010). *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. PUF.

Charaudeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Vuibert.

Duarte, I. M. (2006). De la suggestion à l'injonction. In Carreira, M. H. A. (ed.), *«Venez*, *venez!»: de la suggestion à l'injonction dans les langues romanes* (*Travaux et Documents*, 32) (pp. 155-176). Université Paris 8 Vincennes.

Goffman, E. (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne 1: la présentation de soi*. Minuit.

Maingueneau, D. (1998). *Analyser les textes de communication*. Nathan.

Maingueneau, D. (1999). Ethos, scénographie, incorporation. In Amossy, R. (ed.), *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos* (pp. 75-100). Delachaux et Niestlé.

*Parlamento português, http://www.parlamento.pt*

*Plantin, Ch. (1996). L'Argumentation* (col. Mémo). Seuil.

Rabatel, A. (2003). L'effacement énonciatif dans les discours représentés et ses effets pragmatiques de sous-énonciation et de sur-énonciation. *Estudios de lengua y literatura francesas*, 33-61.

Rabatel A. (2004). L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques. *Langages* 156, 3-17.

# Bionotas dos autores

Maria Aldina Marques é Professora Associada com Agregação do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos, da Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Portugal. É investigadora do CEHUM, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, e as principais áreas de investigação são a análise dos discursos, com especial destaque para os discursos políticos, mediáticos e os discursos do quotidiano. Com doutoramento em Ciências da Linguagem, ramo de Linguística Portuguesa, pela Universidade do Minho (2000), tem orientado trabalhos de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento, e possui mais de uma centena de publicações nacionais e internacionais.

Isabel Margarida Duarte é Professora Catedrática de Linguística no Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É atualmente Diretora do Mestrado em Português Língua Segunda / Língua Estrangeira. Tem inúmeras publicações nacionais e internacionais. É membro do Centro de Linguística da Universidade do Porto. Áreas de investigação: Pragmática e Análise do Discurso (relato de discurso, marcadores discursivos); confronto entre línguas românicas e aplicação da Linguística ao ensino do Português, Língua Materna e Língua Estrangeira.

Isabel Roboredo Seara é professora do Departamento de Humanidades e coordenadora do Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa, na Universidade Aberta, e coordenadora do Doutoramento em Didática de Línguas – Multilinguismo e Educação para a Cidadania Global, Universidade Aberta e NOVA de Lisboa. É investigadora do grupo Gramática & Texto, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, e do PraDiC, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Colabora em projetos de investigação no Laboratório de Educação à Distância e e-learning (LE@D). Doutorada em Linguística Portuguesa, desenvolve trabalho de investigação no âmbito dos estudos de Pragmática, Análise do Discurso, Linguística Textual, Retórica, e Didática do Português Língua Materna, privilegiando igualmente os estudos de comunicação digital, nomeadamente as questões de cortesia e de violência verbal.

Rosalice Pinto é investigadora integrada do Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa (IFILNOVA) e colaboradora do Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (CEDIS) e do grupo PROTEXTO da Universidade Federal do Ceará. É doutora em Línguística pela Universidade Nova de Lisboa, com pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela mesma Universidade e pela Universidade de Genebra. É docente convidada de universidades nacionais e estrangeiras. É autora de várias publicações em Linguística Textual, Análise do Discurso, Multimodalidade em Contextos Profissionais, Linguagem e Argumentação Jurídicas, Empreendedorismo, Retórica e Comunicação Empresarial.

Alexandra Guedes Pinto é Professora Associada de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e membro do Centro de Linguística desta mesma Universidade. É diretora da licenciatura em Ciências da Linguagem, membro do Conselho Científico do mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos e membro da Comissão de Acompanhamento do Doutoramento em Ciências da Linguagem. As suas principais áreas de investigação e publicação são a Análise linguística do discurso, a Pragmática e a Sociolinguística. É, neste âmbito, organizadora das Jornadas Internacionais de Análise do Discurso (JADIS) e diretora da Revista de Estudos do Discurso (REDIS).

Rui Ramos possui doutoramento em Linguística, é Professor Associado da Universidade do Minho (Instituto de Educação) e investigador do CIEC – Centro de Investigação em Estudos da Criança e do CEHUM – Centro de Estudos Humanísticos daquela universidade. Desenvolve investigação em Linguística (Análise do Discurso) e em Ensino da língua. É autor de artigos, capítulos e livros; é editor da revista Child Studies. Tem experiência de trabalho em projetos de investigação relacionados com a língua e as crianças, e projetos de intervenção, especialmente em Timor-Leste e na Guiné-Bissau, relacionados com o ensino da língua.

UMinho Editora

Universidade do Minho

A democracia, em Portugal, tem data de nascimento. Vozes que moldam Abril tem como objetivo primeiro assinalar os 50 anos do 25 de Abril, na atenção aos discursos presidenciais de comemoração da Revolução, realizados maioritariamente na Assembleia da República Portuguesa. Concordamos com Balandier (1992) quando sublinha a importância simbólica da dimensão cerimonial na manutenção do poder. Em eventos de celebração nacional, os discursos amplificam esta dimensão.

Os discursos presidenciais são lugar de legitimação e credibilização da função de Presidente da República, cujo poder se materializa, assim, no exercício público e institucional da palavra. Não se pode dissociar o que o Presidente diz dos modos linguísticos, discursivos, como o diz, do contexto onde o diz ou dos destinatários do que diz. A pertinência e importância da investigação realizada assenta no pressuposto de que os discursos, todos os discursos, não são transparentes, não são simples espelho do mundo, antes são modos particulares de o construir, a partir de um olhar marcado por dimensões experienciais, sociais e culturais, entre outras.

Por isso, analisar os modos como são construídos os discursos presidenciais de celebração do 25 de Abril é um contributo central para o conhecimento do seu lugar na História de Portugal, a partir dos olhares privilegiados dos presidentes da República, cujas vozes, sem dúvida, moldam Abril. Este livro, que reúne pesquisas de investigadores em Ciências da Linguagem, é a nossa forma comum de celebrarmos Abril e os 50 anos da democracia portuguesa.

ISBN 978-989-9074-44-6

9 789899 074446 >